



Marcelo Pessoa; Álvaro de Souza Vieira; Aparecida Helena Ferreira Castro; Suelen Cristina da Silva; Naiara Mendes; Adriano Silva; Arianna Calderón; Leandro Queiroz Borges Affonso da Mata Moraes; Sócrates José de Queiroz dos Santos

MARCELO PESSOA
(Org.)

COLEÇÃO ALL FACES

**VOL. I - PRÁTICAS EDUCACIONAIS
E CULTURAIS**

2025



AKEDIA

AKEDIA

Coleção All Faces – v. I

Práticas educacionais & culturais

AKEDIA BOOKS

Coleção All Faces – Vol. I – Práticas Educacionais & Culturais
ISBN 978-65-01-74268-7 – 2025

AKEDIA

Marcelo Pessoa (Org.)

Marcelo Pessoa
Álvaro de Souza Vieira
Aparecida Helena Ferreira Castro
Suelen Cristina da Silva
Naiara Mendes
Adriano Silva
Arianna Calderón
Leandro Queiroz Borges
Affonso da Mata Morais
Sócrates José de Queiroz dos Santos

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

2025

AKEDIA

Revisão Linguística

Dr. Marcelo Pessoa

Direção de Diagramação e Arte

Equipe Editorial AKEDIA Books & Journal

Marketing

Arianne Moraes

Informata

Paulo Henrique Pedro

Capa

Equipe AKEDIA de criação

Responsável pela Editoração

Prof. Dr. Marcelo Pessoa

Editor Corporativo

AKEDIA Books

Outros títulos publicados pelo do Grupo SIC, Marcelo Pessoa, AKEDIA Books

1. **Nas Gerais da Cultura** – temas e práticas de redação jornalística / Área-Mãe das Letras – Linguística Textual: ISBN 9788590986102, 2009
2. **Linguagens, Sistemas & Sociedade (org.)** // Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9788590986119, 2013
3. **Publicações do Grupo de Pesquisa Sociedade, Imagens e Cultura [SIC] (org.)** // Área-Mãe da Divulgação Científica: ISBN 9788567463827, 2015
4. **Romance Digital** // Área-Mãe das Letras – Literatura: ISBN 9788590986140, 2017
5. **Divulgação Científica Universitária I (org.)** // Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9788590986133, 2017 – 1º semestre
6. **Divulgação Científica Universitária II (org.)** // Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9788590986126, 2017 – 2º semestre
7. **Divulgação Científica Universitária III (org.)** // Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9788590986157, 2019
8. **A Crônica-Canção de Caetano Veloso** // Área-Mãe das Letras – Crítica Literária: ISBN 9781655813313, 2020
9. **A Crônica-Canção de Chico Buarque** // Área-Mãe das Letras – Crítica Literária: ISBN 978-85-909861-6-4, 2020
10. **Fronteiras em Movimento (org.)** – os desafios da ciência na era digital // Área-Mãe da Linguística Aplicada: ISBN 9781656124340, 2020
11. **Fala sério!** // Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9786500264654, 2021
12. **Sangue de Alquimista** (org.) – o mistério do quinto elemento // Área-Mãe das Letras – Literatura: ISBN 9798532879300, 2021
13. **Projetos e práticas em neurociência (org.)** // Área-Mãe dos Estudos Filosóficos Intersemióticos: ISBN 9786500456585, 2022
14. **O uso de holdings e offshores (org.)** // Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9786500493153, 2022
15. **Perdeu, mané, não amola** – um ‘dicionário’ do governo ‘borsonaro’ // Área-Mãe da Linguística: ISBN 9798850114961, 2023

AKEDIA

Conselho Consultivo – Selo Editorial Marcelo Pessoa / AKEDIA Books

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha (USP – Universidade do Estado de São Paulo). Instituto de Biociências – Depto. de Zoologia, Cidade Universitária Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0940432323590880>

Dr. Fábio Akcelrud Durão (UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Depto. Teoria Literária, Cidade Universitária Zeferino Vaz) Currículo: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/88713/fabio-akcelrud-durao/>

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL – Universidade Aberta – Lisboa, Portugal) Currículo: <https://www2.uab.pt/departamentos/DH/detaildocente.php?doc=38>

Dra. Susanna Busato (UNESP – Universidade Estadual Paulista, Ibilce) Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6152020642730749>

Dr. Isaar Soares de Carvalho (UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal) Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5170432437971562>

Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes (UEL – Universidade Estadual de Londrina) Currículo: <https://scholar.google.com.br/citations?user=mxLDTXIAAAAJ&hl=en>

Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal) Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4521089561104903>

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal) Currículo: <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal) Currículo: <http://jorgepedrosousa.ufp.edu.pt/jorge-pedro-sousa---curriculo>

Dr. Eder Ângelo Milani (UFGO – Universidade Federal de Goiás – Campus Samambaia) Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1420630122459706>

DOI NUMBER: [doi>10.33726/akdbooks2447-7656allfacesyear2025p06a146](https://doi.org/10.33726/akdbooks2447-7656allfacesyear2025p06a146)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Práticas educacionais & culturais [livro eletrônico] / Marcelo Pessoa (org.). -- São José do Rio Preto, SP : Ed. dos Autores, 2025. -- (Coleção all faces ; 1) PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-74268-7

1. Educação - Coletâneas 2. Educação e cultura
3. Linguística I. Pessoa, Marcelo. II. Série.

25-308420.0

CDD-370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Coletâneas 370

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Coleção All Faces – Vol. I – Práticas Educacionais & Culturais

ISBN 978-65-01-74268-7 – 2025

06. APRESENTAÇÃO

PESSOA, Marcelo

08. UEMG – UMA UNIVERSIDADE À LUZ DE VELAS APAGADAS: QUESTÕES SOBRE REVOGAÇÕES E AS NOVAS RESOLUÇÕES

PESSOA, Marcelo

23. SOCIALIZAR PARA RESSOCIALIZAR: POR UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS NO SISTEMA PRISIONAL MINEIRO

VIEIRA, Álvaro de Souza & PESSOA, Marcelo

45. DISCUSSÃO SOBRE O MODELO DE REEDUCAÇÃO SOCIAL DA APAC E SUA RELEVÂNCIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS

CASTRO, Aparecida Helena Ferreira & PESSOA, Marcelo

63. A SANITIZAÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL COMO PARTE DO PROCESSO DA SAÚDE MENTAL, FÍSICA E SOCIAL

SILVA, Suelen Cristina da & PESSOA, Marcelo

78. O *PARI PASSU* DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO CAMINHO PARA JOVENS NA BOLSA DE VALORES

MENDES, Naiara; SILVA, Adriano & PESSOA, Marcelo

90. IMPORTÂNCIA E POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM REDE, VISANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TERRITÓRIOS

CALDERÓN, Arianna & PESSOA, Marcelo

105. ESTUDOS SOBRE AS NOVAS GERAÇÕES E A SOCIEDADE CAPITALISTA PÓS-INDUSTRIAL

BORGES, Leandro Queiroz & PESSOA, Marcelo

114. INDÚSTRIA CULTURAL: CONCEITOS E DIÁLOGOS

MORAIS, Affonso da Mata & PESSOA, Marcelo

126. POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E SUSTENTÁVEIS: O CASE DO PRÉDIO DO INSTITUTO SÃO PAULO APÓSTOLO – ISPA, EM FRUTAL/MG

SANTOS, Sócrates José de Queiroz dos & PESSOA, Marcelo

146. REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA, LINGUAGEM E MOVIMENTOS SOCIOCULTURAIS: PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

PESSOA, Marcelo

APRESENTAÇÃO

Sobre o título do livro, a expressão inglesa que o compõe, *all faces*, suscita um duplo sentido – e, de propósito. Um, o de sua tradução literal: todos os rostos, as várias faces etc. Outro, o que esconde um trocadilho metafórico. A alface é uma planta ambígua na culinária cotidiana – desperta tanto interesse na cozinha quanto o chuchu num churrasco. Isto é, ao entrecruzarmos as várias espécies da hortaliça ‘alface’, que ilustram a capa desta obra, com os temas inscritos no volume I da Coleção, textos também metaforizados pela marca d’água impressas no miolo do volume, em segundo plano da imagem, hasteamos uma bandeira simbólica, como sinal de posicionamento combativo, diante de uma conjuntura específica da Universidade, tal qual, a saber.

No caso dos capítulos internamente dispostos, tratando-se de Educação & Cultura, as duas acepções do título se ajustam alternada ou cumulativamente, tanto às interfaces das duas áreas do conhecimento supra, quanto ao desdém e à (des)nutrição da verdura.

Isto foi concebido assim, em função de que a Equipe AKEDIA, ao criar a ‘Coleção All Faces’ – ou, ‘alfaces’, como quiserem lê-la –, resgatou escritos já divulgados noutros tempos de sua prole editorial, somando perto de trinta textos que, ao longo de 10 anos, foram publicados pela Revista AKEDIA, em seu *site*, desde o seu nascimento, em 2015.

Essa retomada, em 2025, de uma relevante quantidade de textos já dados ao público, se justifica, visto que se prende ao fato de que a academia brasileira, nesta última década editorial, simplesmente ignorou a existência de parte desta produção e de seus autores, condição símile noutros periódicos de igual quilate na CAPES. Como exemplo, abaixo, um trecho de Edital de Concurso Docente, promovido pela UNESP (2025):

12.5.2 Serão consideradas as produções dos últimos 10 anos. b.1) Publicações na área de Linguística (máximo 3,0 pontos): [...] artigo científico, de autoria individual ou em coautoria, publicado em periódico com ISSN e com avaliação no QUALIS / CAPES nos estratos A (A1, A2, A3, A4) ou B (B1, B2): 0,5 por artigo (EDITAL Nº 331/2025-CSJRP - PROC. Nº 730/2025-CSJRP – ABERTURA DE INSCRIÇÕES)

Isto aconteceu, tanto por motivações de estratificação QUALIS, quanto pela ‘linha de montagem de produção intelectual’ que se alojou nas universidades, e que, desde então, tem imposto aos profissionais da Educação, uma rotina infundada de publicações, da qual redunda um imenso volume de conteúdos feitos apenas para atender quesitos burocráticos de avaliação institucional intramuros, ainda que, parte de tudo o que for produzido, muitas vezes, seja vazio de importância ou eficácia científica.

A AKEDIA, por sua vez, esperou uma década para ser avaliada pela CAPES, instituição única responsável pela emissão desse tipo de classificação no Brasil. E, quando a nota saiu, atribuiu-se à a tal periódico, um B4. Neste estrato, praticamente em nenhuma das atividades rotineiras da produção científica, tais artigos poderiam ser aproveitados para quaisquer modalidades de ranqueamento – nisso, a AKEDIA virou churrasco de chuchu!

Isto quer dizer que, independentemente da seriedade ou não do que estiver inscrito nos textos publicados numa Revista B4, B3, B5 ou C, e. g., meio que todas passam a responder uniformemente pela mesma chancela outorgada pela CAPES aos Programas de Pós-Graduação (ver *print* abaixo), os quais se utilizaram de publicações da AKEDIA *inter alia*, em algum momento, entre uma e outra ‘Coleta de dados CAPES’, dando origem ao estrato B4 emitido. Pior que isto, a exemplo do trecho do Edital lido acima, Revistas A1, A2, A3, A4, B1 e B2, são pontuadas, num Edital de Concurso, com a mesma nota, como se não houvesse distinção entre um estrato A1 e um B2 – tudo igual.

Daí, para as AKEDIAs semelhantes, uma vez obtido este estrato, e vale ressaltar, depreciado e atrasado que foi, no caso akediano, quase ninguém passa a se interessar

em ler, avaliar ou adotar como ‘produção científica válida’ o que ali estiver, mesmo que o B4 chancelado não diga respeito aos textos, mas aos Programas de Pós em si:



Pra que serve?

A função do **QUALIS** é **exclusivamente**, para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação. Qualquer outro uso fora do âmbito de avaliação dos programas de pós-graduação não é de responsabilidade da CAPES.

(Imagem retirada de: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 10/10/2025, às 21h58min)

Nisso, víamos que ocorria um equívoco fundamental: o de que o **QUALIS**, ao mensurar, não os conteúdos dos artigos, mas os Programas de Pós-Graduação que eventualmente houvessem citado publicações das Revistas em suas próprias publicações, passaram a balizar conceitos a serem dados a Pesquisadores e às Revistas. Logo, o uso incorreto do **QUALIS**, enquanto ele existiu ou estiver ‘navegando’ em meio às ondas acadêmicas, tem feito repousar sobre os autores e Revistas como os da AKEDIA, o ônus / bônus de uma análise que se fez, por anos a fio, direcionada aos Programas de Pós-Graduação, e não aos conteúdos das publicações.

O que assim se sancionou como ‘correto’, é fruto de adesão enviesada dos avaliadores, ao B4 dos Programas em que os textos da AKEDIA foram publicados. Nesse engano, embarcaram involuntariamente, todos os autores que nela tiveram seus feitos publicados e, nisso, suas obras simplesmente passaram a ser ignoradas em baremas avaliativos de produção docente, em atividade discente, e editais de concurso *inter alia*.

Por isso, no contexto em que o **QUALIS/CAPES** foi descontinuado (31/10/24), e que será reformulado (2025/2028), passando a avaliar os conteúdos publicados, e não mais os Programas de Pós para qualificar os periódicos, é não apenas pertinente recuperarmos parte dos textos que foram ‘perdidos’ e postos em ‘desuso’ nesta linha do tempo, como talvez, neste ano de 2025, tenhamos o último e raro momento, em que ainda possamos fazê-lo, realinhando a produção de nossos autores aos novos dias:

Três procedimentos para a (nova) classificação dos artigos:

Primeiro – a classificação se dará pelos indicadores bibliométricos dos veículos de publicação, baseada no desempenho da revista, como é feito atualmente pelo **QUALIS Periódicos**, mas a classificação vai recair sobre artigos.

Segundo – os indicadores serão extraídos diretamente do artigo, através, por exemplo, do índice de citações alcançadas para a análise quantitativa e dos critérios de indexação e acesso aberto, dentre outros, para averiguar aspectos qualitativos.

Terceiro – a análise qualitativa de artigos é baseada em fatores e metodologias definidos pela área de avaliação que podem abranger, por exemplo, uma análise de pertinência do tema abordado, avanço conceitual proveniente do trabalho e a contribuição científica do estudo (Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrinal>. Acesso em 10/10/2025, às 19h03min.)

Em suma, todos os produtores de conteúdo científico que arduamente nos confiaram seus textos, se submeteram a avaliações por pares em fluxo editorial, e aguardaram ansiosamente pela vazão de nosso *timing* de divulgação, nutrindo a expectativa de que, ao inserirem suas produções no LATTES, as tivessem como aproveitá-las, de algum modo, em seus mais distintos cálculos de desempenho – mas não é isso que tem acontecido (vide excerto do Edital da UNESP, acima).

Como o uso efetivo da produtividade gerada não aconteceu no formato artigo, reeditamos esta ‘obsolescência textual acadêmica’ noutra tipologia – na de capítulo de livro –, dando aos nossos autores, nova oportunidade de terem os resultados de seus esforços científicos (*re*)aproveitados noutro modelo.

UEMG – UMA UNIVERSIDADE À LUZ DE VELAS APAGADAS: QUESTÕES SOBRE REVOGAÇÕES E AS NOVAS RESOLUÇÕES

English title: UEMG – A UNIVERSITY BY THE LIGHT OF UNLIT CANDLES: QUESTIONS ABOUT REVOCATIONS AND THE NEW RESOLUTIONS

PESSOA, Marcelo¹ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Este breve texto, apresenta à comunidade da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, uma série de considerações, as quais foram provocadas, a partir de alterações propostas pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, nos seguintes diplomas normativos, quanto aos afazeres docentes da UEMG: **Resolução CONUN/UEMG, nº 372/2017**, que dispõe sobre atribuições de encargo ao Professor, criação da Comissão Permanente de Gestão de Docentes (CPGD), e dá outras providências; a **Resolução CONUN, nº 482/2020**, que estabelece as regras de convocação para a função temporária de Professor de Educação Superior, no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais; e, a **Resolução COEPE, nº 234/2018**, que dispõe sobre o cálculo de encargos didáticos e sua atribuição aos ocupantes do cargo de Professor de Educação Superior – PES da UEMG, bem como aos Professores Designados da Instituição. O método empregado, combina a revisão bibliográfica, com a abordagem de estudo de caso. Como resultado desta abordagem, foi oferecida uma alternativa à CGE / MG, de manutenção do atual status da carga-horária, visto que o atual formato contempla as relações que precisam ser mantidas entre o Estado, a UEMG e os diversos públicos que com estes interagem.

PALAVRAS-CHAVE: Produção e difusão do conhecimento, Estudos filosóficos intersemióticos, Letras, Ciências Sociais

ABSTRACT: This brief text presents to the community of the State University of Minas Gerais – UEMG, a series of considerations, which were provoked, based on changes proposed by the Comptroller General of the State of Minas Gerais, in the following normative diplomas regarding the teaching tasks of UEMG: CONUN/UEMG Resolution, No. 372/2017, which provides for teacher assignments, the creation of the Permanent Teacher Management Commission (CPGD), and makes other provisions; CONUN Resolution, No. 482/2020, which establishes the rules for calling up temporary Higher Education Teachers, within the scope of the University of the State of Minas Gerais; and COEPE Resolution No. 234/2018, which provides for the calculation of teaching loads and their attribution to the occupants of the position of Professor of Higher Education – PES of UEMG, as well as to the Designated Professors of the Institution. The method used combines a literature review with a case study approach. As a result of this approach, an alternative was offered to the CGE / MG, maintaining the current status of the workload, since the current format contemplates the relationships that need to be maintained between the State, UEMG and the various publics that interact with them.

KEYWORDS: Production and dissemination of knowledge, Intersemiotic philosophical studies, Letters, Social Sciences

¹ Docente do DLLCA – Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes / UEMG. Dr. em Letras / UEL – 2010. Doutorando em Linguística – UFSCAR – 2024-2028. Fomento Editorial 04-2024 – FAPEMIG / UEMG / PCRH.

INTRODUÇÃO

Por volta do ano de 1913, Henry Ford, em seu livro intitulado *Minha filosofia da indústria*, estabelece os postulados que, mais adiante, marcariam o mundo capitalista, com o denominado Fordismo. Este conceito, o de uma propalada ‘produção fordista’, se fez espalhar, por meio de dois modelos básicos: ‘o da produção em larga escala’ e o da ‘linha de montagem automatizada’.

Estes princípios, aparentemente enrijecidos pela frieza do contato com as máquinas, e tendenciosos à obtenção de uma lucratividade sem ética, por parte dos capitalistas, terminaram por incutir na mentalidade de alguns analistas da dinâmica corporativa contemporânea, já muito eivada destes conceitos, um ideário associado àquele Fordismo embrionário que, ao invés de benéfico, foi tomado como nocivo à sociedade, o que não reflete necessariamente a índole de seu mentor:

que não é livre. Nos Estados Unidos um operário trabalha oito horas por dia; na Rússia, doze ou quatorze. Nos Estados Unidos, se um operário dispõe de meios e deseja folgar um dia ou uma semana, ninguém o impede. Na Rússia o operário vai trabalhar quer queira, quer não. A liberdade desapareceu na monotonia de uma disciplina de presídio onde são todos tratados igualmente. Isto é pura escravidão. A liberdade é o direito de cada um dedicar-se ao trabalho por um tempo determinado e obter como recompensa meios de viver convenientemente, dispondo a sua vida particular como bem lhe pareça. Esta liberdade individual e cem outras semelhantes formam a grande Liberdade ideal. As manifestações secundárias da liberdade é que lubrificam o nosso viver quotidiano.

(FORD, Henry. *Minha vida e minha obra*, p. 15. In: FORD, 1954)

Anos depois do livro, tentando combater eventos de elevado absenteísmo em meio aos colaboradores de sua empresa, o mesmo Ford, na mesma vertente de coerência com que analisara o nascente panorama de ‘escravidão moderna’, acima citado, decide criar uma semana de trabalho de 05 dias, ao mesmo tempo em que promoveu elevações salariais que chegaram ao patamar de 400%: seu modelo se espalhou pelo mundo.

O chamado absenteísmo, à época de Ford, já era um problema generalizado e, em 2023, ainda continua sendo. No mundo do trabalho, o também denominado ‘absentismo’, é um padrão de conduta caracterizado pelas ausências recorrentes do trabalhador em face de seu ambiente laboral. Este comportamento, invariavelmente, se dissemina em meio às esferas dos diversos deveres ou obrigações que o indivíduo precisa

executar, gerando uma sequência negativa de resultados, tanto na vida corporativa, quanto na vida pessoal: por isso, requer atenção contínua.

Desde os momentos mais impactantes da Pandemia de COVID-19, sobretudo nos anos de 2019 e 2020, os mercados globais se predispuaram a repensar, novamente (dizemos ‘de novo’, visto que esta retomada, seria uma espécie de ‘segundo turno’ das revisões propostas por Ford, lá no início do Século XX), as rotinas de trabalho e os salários, em função de um forçado ‘distanciamento social’, que promoveu um ‘fecha tudo e a economia vemos depois’, que o evento sanitário global nos exigia (PESSOA, 2021).

Um dos modelos que foi adotado durante os tempos mais duros da Pandemia, e que agora ganha novo fôlego, foi o da redução de salários e, também, da carga horária presencial dos funcionários nas empresas. Isso ajudou a roda da economia manter seu fluxo, ainda que precariamente.

Outro formato, foi o da “Semana de Quatro Dias”, que reduz a carga horária, mantendo salários nos patamares originais, sob certas condições. Este padrão, tem previsão para acontecer, no Brasil, a partir do mês de novembro de 2023 e: “Após ser experimentado no Reino Unido, Estados Unidos, Espanha, Austrália e outros países, o modelo será colocado em prática no Brasil, por meio de uma parceria entre a consultoria ‘Reconnect Happiness’ e a organização ‘4 Day Week Global’ (Matéria CNN: “Semana com 4 dias de trabalho será testada no Brasil ainda neste ano; entenda iniciativa”, de 08/06/2023. Link: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/semana-com-4-dias-de-trabalho-sera-testada-no-brasil-ainda-neste-ano-entenda-iniciativa/>).

A premissa ‘zero’ do modelo, nos diz, que:

O método defendido pela 4 Day Week para a redução da jornada segue o que a organização chama de 100-80-100: 100% do salário, 80% das horas e 100% da produtividade. Para chegar a esse desenho, não basta cortar um dia de trabalho –a segunda ou a sexta-feira, em geral.

(Matéria FOLHA/UOL: “Veja as empresas que terão semana de quatro dias de trabalho no Brasil”, de 30/08/2023. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/veja-as-empresas-que-terao-semana-de-quatro-dias-de-trabalho-no-brasil.shtml>)

E, o básico para o atendimento do formato, incide na ideia de que: “É [que haja um] compromisso dos colaboradores em manterem 100% da produtividade, recebendo 100% do salário, mas em 80% do tempo” (Matéria da CNN: “Semana com 4 dias de trabalho será testada no Brasil ainda neste ano; entenda iniciativa”, de 08/06/2023. Link:

Tem sido assim, então, na história recente desta pauta (de 2019 para cá) que algumas alternativas relativas à remuneração, ao redimensionamento das cargas horárias e ao modo de cumprimento das jornadas de trabalho referentes ao contágio desenfreado do Sars-COV2, voltaram a ser discutidas no Pós-Pandemia, neste ano de 2023.

Se, na época da COVID-19, o alvo era o de que tais modelos dessem conta de manter a lucratividade e ou os índices de produtividade em níveis razoáveis, face à competitividade acirrada que não arrefecia, mesmo diante de uma emergência sanitária mundial, hoje, tais temas voltam a frequentar a pauta das reuniões, por outras razões: guerras na Europa, na Ásia, no Oriente Médio, na África; seca na Amazônia brasileira; ou, realinhamento internacional do Brasil frente ao mundo capitalista. Ou seja, no cardápio do caos, há de tudo – é só escolher.

Nas empresas públicas e privadas, em ambiente renovado destas discussões, este ou aquele motivo, tem maior ou menor peso, no sentido de que, por um lado, as ações a serem implementadas, sejam capazes de amenizar os impactos da desaceleração econômica e da queda generalizada de receitas e, por outro lado, que as pressões, tais como a do fechamento de plantas industriais ou a fuga de empresários do país, ou o aperto criado pela Controladoria-Geral / MG, no caso específico abarcado pelo presente texto, fomentem políticas duradouras de redução do tamanho das equipes gestoras nas empresas privadas, que sejam reduzidos o número de cargos nos serviços públicos, e que, em suma, que o tamanho dos Estados sejam reduzidos, ajustando-os às novas condições de obtenção de receitas tributárias para viabilizar o seu custeio.

DISCUSSÕES AMPLIADAS SOBRE O TEMA

Cultural e socialmente, sob o ponto de vista do envolvimento dos colaboradores junto aos ambientes de trabalho, o Brasil tem transitado em contextos que apregoam, no mercado de trabalho brasileiro, por exemplo, jornadas de 44 Horas Semanais, normalmente exercidas pelos trabalhadores da iniciativa privada. Esta carga horária exata ou aproximada, também vige em outros países, como Colômbia, Costa Rica, México e Turquia (Revista EXAME, 2019).

Sobre isso, há de se ter em mente, expandindo-se o alcance da premissa nacional para o escopo do Planeta, o contraponto emitido pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), em sua Resolução de nº 116,

a partir da qual deseja, desde 1962, a redução desta carga horária semanal, para 40h semanais.

Neste sentido, ou seja, o mesmo da OIT, tem tramitado, no Congresso Nacional do Brasil, uma Proposta de Emenda à Constituição Federal – a PEC 231 – que, desde 1995, visa alterar o dispositivo constitucional abaixo destacado, que previu a atual jornada de 44 horas semanais, mas que, como tem sido mantido do modo como foi promulgado, ainda em 1988, este é o texto legal que estabeleceu e ainda estabelece o Norte para o cenário do trabalho local. Esta proposta de alteração, até o presente momento, ainda não foi pautada nas casas legislativas:

Art. 7º – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (PLANALTO.GOV.: CF/88).

Ao lado disso, temos o postulado de um alardeado e vanguardista “Ócio Criativo”, perambulando pelo mundo, como alma penada, desde o livro homônimo, de Domenico De Masi (1997), a partir do qual se entendia que poderia ser, dentre outros instantes possíveis, aquele, o do momento de ‘ócio’, de descanso, que o ser humano poderia se tornar mais produtivo.

Este conceito acabou sendo parcialmente deturpado, e chegou às empresas, ganhando também espaço na sociedade, como se fosse, em algumas circunstâncias, uma ampliação do descanso semanal remunerado, noutras, pôde ser confundido com um ‘fique em casa, enquanto trabalha, do modo como quiser e quando puder’, ou ainda adotado como um modelo para um tipo de ‘teletrabalho regulamentado’ e, até mesmo, com o ‘home-office’, tornado mais popular durante a Pandemia. Noutros momentos, o ‘ócio criativo’ pode ter se formatado como ‘modalidade de resistência’ política, especialmente se combinada àquela incompreensão original do Fordismo ou da produção capitalista como um todo:

Estudos de comportamento organizacional chegam a apontar as formas de resistência mais frequentes frente às mudanças, classificando-as como “resistências abertas e imediatas”, como: os protestos, greves e diminuições do ritmo de trabalho; ou “resistências implícitas e proteladas” como: a perda de lealdade à organização, a perda de motivação para o trabalho, o

aumento dos erros e defeitos e o aumento do absenteísmo por „questões de saúde“ (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2012, p. 563-580, *apud* GOMES JÚNIOR, 2017, p. 52).

Advogam favoravelmente aos novos planos de redução de carga horária, renascidos que foram no Pós-Pandemia, os recentes levantamentos obtidos pelo modelo 100-80-100. Por exemplo, em 2023, os dados das práticas de redução de jornada sob este molde, se mostram, nos seguintes termos:

O QUE DIZEM AS EMPRESAS QUE ADOTARAM A JORNADA MENOR

Segundo a 4 Day Week, com base nos testes já realizados

- 36% aumento nas receitas
- 42% redução nas demissões
- 68% redução no esgotamento
- 54% aumento na capacidade para o trabalho
- 63% maior facilidade para atrair talentos

(Matéria FOLHA/UOL: “Veja as empresas que terão semana de quatro dias de trabalho no Brasil”, de 30/08/2023. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/veja-as-empresas-que-terao-semana-de-quatro-dias-de-trabalho-no-brasil.shtml>)

Compõem esta linha de frente de defensores do formato, dados como estes, ainda:

Segundo o Ministério da Gestão, estima-se que a economia com servidores em teletrabalho "varia de R\$ 800 a R\$ 1.200 por mês, por servidor, conforme o órgão".

Um estudo publicado em 2016 pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), por exemplo, estimou que cada 10% do total de servidores brasileiros que passam para o teletrabalho representam redução de até 0,5% nos deslocamentos realizados por ano em todo o país e de 0,6% nas emissões de gás carbônico por automóveis e motos decorrentes dessas viagens.

(Matéria BBC: “Funcionários públicos no home office: indefinição do governo Lula angustia servidores”, de 19/07/2023. Link: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn02v9jn8ylo>)

Do mesmo modo, pode-se imaginar o problema, sob a perspectiva geracional, por exemplo:

"Os mais antigos não querem nem saber [de teletrabalho], acham que tem que ser tudo presencial, enquanto os novos preferem ficar em casa, porque as novas gerações já nasceram com as novas tecnologias. Então a regulamentação vai precisar buscar um equilíbrio", afirma.

(Matéria BBC: "Funcionários públicos no home office: indefinição do governo Lula angustia servidores", de 19/07/2023. [Link:](https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn02v9jn8ylo)

Logo, pode-se afirmar, tanto aos favoráveis quanto aos contrários aos novos 'sistemas' de reorganização de jornada, e que se insiram no contexto indicado acima, é que essa visada geracional, apenas imprime sobre o assunto, um teor de 'revanchismo' etário, tão inútil como explicação, quanto ineficaz para resolver o cerne da questão.

UM CASE UEMGUIANO POSTO À LUZ DE VELAS APAGADAS

Neste contexto de revisões de cargas horárias, de massas salariais e de moldes de cumprimento de jornadas de trabalho, a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, no segundo semestre de 2023, por meio de sua Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, se debruçou sobre alguns postulados normativos que regem os servidores públicos do Estado mineiro, os quais, no presente texto, se restringem aos de alcance do público docente do Ensino Superior da UEMG.

Os expedientes normativos a serem reformulados por meio desta iniciativa, são:

- a) A Resolução CONUN/UEMG, nº 372/2017, que dispõe sobre atribuições de encargo ao Professor, criação da Comissão Permanente de Gestão de Docentes (CPGD), e dá outras providências;
- b) A Resolução CONUN, nº 482/2020, que estabelece as regras de convocação para a função temporária de Professor de Educação Superior, no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais; e,
- c) A Resolução COEPE, nº 234/2018, que dispõe sobre o cálculo de encargos didáticos e sua atribuição aos ocupantes do cargo de Professor de Educação Superior – PES da UEMG, bem como aos Professores Designados da Instituição.

Estes regulamentos, após discussões nos órgãos de origem: COEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão); e, no CONUN (Conselho

AKEDIA

Universitário), foram remetidos aos Campi e Unidades da UEMG, a fim de que, às revogações parciais e integrais sugeridas pela Controladoria-Geral do Estado, pudessem ser, também, além de apreciadas pelos Docentes, em suas sedes de lotação, talvez acrescidas de novas sugestões e eventuais contestações.

É, portanto, neste sentido, que, na condição de Docente da UEMG, lotado na Unidade Frutal, que apresento a seguinte proposta: **manutenção das atuais condições de atribuição de encargos didáticos, em jornada de período integral, cumpridos, durante uma semana de cinco dias (excepcionalmente interpolada com ‘sábados letivos’ regulamentares).**

Tal propositura implica, necessariamente, a manutenção (de certos dispositivos, postos à esquerda de quem lê) e não a revogação (propostas ou já impostas, à direita de quem lê), de certos dispositivos, do modo a saber:

- Na Resolução CONUN/UEMG, nº 372/2017: proponho manter-se a redação original de seu §4º:

§4º Excepcionalmente, poderá ser admitida a redução temporária de encargos semanais em sala de aula para as situações explicitadas nos artigos 8º e 10º desta Resolução.	§4º (Revogado) (Nota de Consultoria E-AUD Nº 1465252 – LDB e Decreto nº 48.176, de 15 de abril de 2021).
§5º A proposta de trabalho do docente deverá contemplar, além da docência em sala de aula, tempo para o preparo de aulas e avaliações, correção de trabalhos escolares e atendimento aos estudantes.	

- Proponho a modificação da sugestão de redação de um §2º, dada pelo CONUN, no Artigo 9º, para: **“[...] deverá cumprir jornada de trabalho presencial, no mínimo, quatro dias por semana [...]”**

Art. 9º Os professores eleitos ou indicados para cargos de administração acadêmica cujo exercício se dê, por determinação estatutária, em regime de Dedicação Exclusiva, terão regime de trabalho alterado para DE enquanto durar o tempo de seu mandato ou indicação.	Art. 9º Os professores eleitos ou indicados para cargos de administração acadêmica cujo exercício se dê, por determinação estatutária, em regime de Dedicação Exclusiva, terão regime de trabalho alterado para DE enquanto durar o tempo de seu mandato ou indicação.
Parágrafo único. Nos casos em que a adoção do regime de Dedicação Exclusiva for prevista no Estatuto da UEMG como facultativa, a concessão dar-se-á mediante solicitação do docente.	§ 1º Nos casos em que a adoção do regime de Dedicação Exclusiva for prevista no Estatuto da UEMG como facultativa, a concessão dar-se-á mediante solicitação do docente.

§ 2º O docente que optar pelo regime de DE, nas hipóteses previstas no Estatuto, deverá cumprir jornada de trabalho presencial de, no mínimo, três dias por semana na Unidade Acadêmica em que estiver lotado. (Nota de Consultoria E-AUD Nº 1465252 – e da Nota de Auditoria e-AUD nº1423636).

- Proponho a manutenção da redação original do Artigo 10 e de seus Incisos, sem o Parágrafo Único inserido abaixo:

Art. 10 O professor, que exerce atividade administrativa poderá ser liberado, total ou parcialmente, de seus encargos didáticos, nos seguintes casos: I - liberação total de encargos didáticos para os professores que exerçam os cargos de Reitor, Vice-Reitor, Chefe de Gabinete do Reitor, Pró-Reitor, Diretor Geral de Campus, Diretor e Vice-Diretor de Unidade poderão ser liberados de seus encargos didáticos. (Nota de Consultoria E-AUD Nº 1465252 – LDB). II – (Revogado) (Nota de Consultoria E-AUD Nº 1465252 – LDB). III – (Revogado) (Nota de Consultoria E-AUD Nº 1465252 – LDB). Parágrafo Único. Enquanto não houver cargos comissionados em quantitativo suficiente para a nomeação de todos os Diretores e Vice-Diretores de Unidades Acadêmicas, os professores em exercício das referidas funções poderão ser	Art. 10 Os professores que exerçam os cargos de Reitor, Vice-Reitor, Chefe de Gabinete do Reitor, Pró-Reitor, Diretor Geral de Campus, Diretor e Vice-Diretor de Unidade poderão ser liberados de seus encargos didáticos. (Nota de Consultoria E-AUD Nº 1465252 – LDB). I – (Revogado) (Nota de Consultoria E-AUD Nº 1465252 – LDB). II – (Revogado) (Nota de Consultoria E-AUD Nº 1465252 – LDB). III – (Revogado) (Nota de Consultoria E-AUD Nº 1465252 – LDB). Parágrafo Único. Enquanto não houver cargos comissionados em quantitativo suficiente para a nomeação de todos os Diretores e Vice-Diretores de Unidades Acadêmicas, os professores em exercício das referidas funções poderão ser
--	--

- Proponho modificar a redação sugerida de um Parágrafo Único, para o Artigo 23, como abaixo se mostrará:

Art. 23 O Regime de Tempo Integral objetiva propiciar condições efetivas para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional, das atividades-fim, da missão e das vocações da Universidade, especialmente no que diz respeito aos projetos de ensino, pesquisa e extensão.	Art. 23 O Regime de Tempo Integral objetiva propiciar condições efetivas para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional, das atividades-fim, da missão e das vocações da Universidade, especialmente no que diz respeito aos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Parágrafo Único. A carga horária do Docente em Regime de Tempo Integral é dividida em 20 (vinte) horas semanais destinadas a encargos docentes de estudo, pesquisa, atividades de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de estudantes e 20 (vinte) horas para os encargos didáticos, que incluem as atividades em sala de aula, tempo para o preparo de aulas e avaliações, avaliação de trabalhos acadêmicos e atendimento a estudantes, considerando as peculiaridades de
---	---

5

Do modo como está a redação deste Parágrafo Único, interposto ao Artigo 23, as tais 20 horas, destinadas para a Pesquisa Docente, Iniciação Científica, Extensão, Gestão, Planejamento, Avaliações, Orientações, não só 'extingue' os cargos administrativos como um todo e a consequente atribuição de DE aos titulares de tais cargos, como também os reposiciona (os cargos) dentro de uma carga horária obrigatória contratada já muito achatada, por inúmeros outros afazeres não contemplados como parte de nosso trabalho (tais como a participação em reuniões, a de preenchimento de formulários diversos, a de leitura de documentos e Editais internos, a função de Avaliadores diversos, de Parecerista, de Viagens Técnicas, de Incursões em Campo, de Organização de Eventos, de Orientações informais, de atuação em NDEs, em Colegiados, em Câmaras, Assembleias etc.).

E, ainda, se mantido este novo Parágrafo Único, também, não se permitirá a execução de tais ocupações, com um mínimo sequer de qualidade. Do mesmo modo, quaisquer das outras atividades estipuladas não poderão ser realizadas a contento, especialmente se forem cumulativamente tornadas como 'subentendidas' / 'obrigatórias', no mesmo escopo da metade das 40 horas contratadas pelo Estado.

Logo, uma sugestão de nova redação para este Parágrafo Único, poderia ser esta:

"Parágrafo Único. A carga horária do Docente, em Regime de Tempo Integral (40 horas semanais), é dividida em 20 (vinte) horas, destinadas a atividades docentes de estudo / pesquisa docente, atividades docentes de extensão e às atividades didáticas / ensino (os encargos didáticos, isto é, a sala de aula propriamente dita). Reunindo-se estes itens nesta metade de carga horária, privilegia-se a indissociabilidade da Pesquisa, da Extensão e do Ensino. As outras 20 (vinte) horas, são destinadas ao planejamento de aulas, conforme a peculiaridade de cada área do conhecimento, de cada disciplina e a modalidade de aula prevista e adequada aos respectivos PPCs. Contemplam-se nesta segunda metade da carga horária contratada, o planejamento, que nada mais é, que o tempo necessário para o preparo de aulas e de avaliações, bem como, a correção destas avaliações e demais trabalhos acadêmicos. Contemplam-se, ainda, nesta segunda metade, o atendimento aos estudantes, nos seguintes moldes: a orientação / supervisão / acompanhamento formal de estudantes (com ou sem bolsas de fomento), em fase de Estágio Pré-Serviço, em nível de TCC de Graduação, de Especialização, de Dissertações de Mestrado, de Teses de Doutorado, de Projetos Pós-doutoriais, de Projetos de Extensão, de Iniciação Científica. Sendo

assim, ao Docente que acumular orientações de TCC de Graduação, de IC, de Extensão formais (com ou sem bolsa), no mínimo, ou que mantiver vínculos com Programas Stricto Sensu como Docente e com Orientação ativa, ou que a estas funções exceder, implicará em solicitação / atribuição de DE, mantendo-se seus encargos em sala de aula, ao patamar mínimo regulamentar previsto, de 08h semanais. As atividades de Gestão, seguem a peculiaridade regulamentada para cada cargo e função e, em casos omissos ou ainda não regulamentados, mantém-se à Gestão, os mesmos critérios elencados neste Parágrafo Único, preservando-se, como critério para a atribuição de DE ao ocupante de cargo de Gestão, o cumprimento dos encargos didáticos mínimos regulamentares, e, entrando no lugar da orientação / supervisão / acompanhamento formal de estudantes, a condição de nomeação / posse de Cargo de Gestão.

- Noutra Resolução, a 234/2018, vemos (sei que o print não ajuda muito nisso), mas, também, sugerimos:

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS 	
<p>Art. 3º Considera-se para atribuição de encargos didáticos as aulas ministradas em:</p> <p>I - Disciplinas de graduação e pós-graduação stricto sensu;</p> <p>II - Orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e atividades com encargos didáticos, que estejam previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos;</p> <p>Parágrafo único. Em casos excepcionais previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de pós-graduação lato sensu, de oferta gratuita, poderão ser atribuídos encargos didáticos aos discentes.</p> <p>Art. 13 Os encargos didáticos de cada Departamento Acadêmico são compostos pela soma dos encargos didáticos das disciplinas de graduação e pós-graduação stricto sensu, orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e atividades com encargos didáticos, que estejam previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, nos quais estejam envolvidos.</p> <p>§ 1º Nas Unidades Acadêmicas, em que não se estabeleça a departamentalização, a atribuição de encargos didáticos aos discentes será feita pelos Colegiados de Cursos de graduação e de Colegiados de Cursos de Pós-graduação stricto sensu.</p> <p>§ 2º No cálculo de encargos didáticos atribuídos pelos Departamentos Acadêmicos pelos Colegiados de Curso aos discentes só poderão ser incluídas as disciplinas, orientações e atividades previstas no Projeto Pedagógico do Curso-PPC.</p> <p>Art. 15 A carga horária semanal de um docente, equivalente a encargos didáticos atribuídos pelos Departamento Acadêmicos ou Colegiados de Curso, é o resultado da soma das carga-horária semanal das disciplinas ministradas somadas às orientações e às atividades com atribuição de encargos didáticos.</p> <p>Art. 16 O Docente deverá cumprir carga-horária semanal entre 08 (oito) horas e 12 (doze) horas, excluídas horas de apoio.</p> <p>§ 1º A Carga Horária Semanal mínima do docente, por semestre letivo, será de 8 (oito) horas, em correspondência ao previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei 9.394 de 1996.</p> <p>§ 2º A carga-horária máxima semanal permitida por semestre, em caso de interesse do docente em regime de 40 (quarenta) horas, é de 18 (dezoito) horas.</p> <p>§ 3º Ao docente que assumir a carga-horária semanal entre 16 (dizessete) e 18 (dezoito) horas não será exigido o cumprimento</p>	<p>Art. 3º Considera-se para atribuição de encargos didáticos as aulas ministradas em:</p> <p>I - Disciplinas de graduação e pós-graduação stricto sensu;</p> <p>II - (Revogado)</p> <p>III - (Revogado)</p> <p>Parágrafo único. (Revogado)</p>
<p>Art. 13 (Revogado)</p> <p>Art. 15 (Revogado)</p> <p>Art. 16 O Docente deverá cumprir carga-horária semanal entre 08 (oito) horas e 12 (doze) horas, excluídas horas de apoio.</p> <p>§ 1º Carga Horária Semanal mínima do docente, por semestre letivo, será de 8 (oito) horas, em correspondência ao previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei 9.394 de 1996.</p> <p>§ 2º Carga-horária máxima semanal permitida por semestre, em caso de interesse do docente em regime de 40 (quarenta) horas, é de 18 (dezoito) horas.</p> <p>§ 3º (Revogado)</p> <p>Art. 20 (Revogado)</p> <p>Art. 21 (Revogado)</p> <p>Art. 22 (Revogado)</p> <p>Art. 23 (Revogado)</p> <p>Art. 24 (Revogado)</p> <p>Art. 25 (Revogado)</p> <p>Art. 26 (Revogado)</p>	

- Na Resolução COEPE/UEMG, nº 234/2018, acima, manter a redação original do Artigo 3º e seus Incisos.
- Manter a redação original do Artigo 13 e seus Parágrafos.
- Manter a redação original do Artigo 15.
- No Artigo 16, manter a redação original do Parágrafo 3º.

RESULTADOS

Ainda é preciso se verificar, se o formato 100-80-100, fundamento da ‘semana de quatro dias’, pode ser aplicável à rotina dos serviços públicos, sob o ponto de vista de quem os utiliza (a população), e se aplicável às condições específicas de cada carreira de Estado (sob o ponto de vista jurídico e até funcional de quem executa e oferta tais serviços à população).

Apesar desta ou daquela iniciativa, quer tenha advindo por meio de uma Resolução da OIT, quer tenha nos chegado via intervenção de uma PEC, quer nos tenha sido dada pela lucidez atemporal de um Henry Ford, ou ainda aludida pelo visionário livro de De Masi, fato é que convivemos com realidades indesejáveis, as quais, parte delas, podem ser associadas às dinâmicas de interação de agentes como Empregador / Colaboradores / Jornadas / Remuneração / Sociedade, os quais, neste momento, se predispõem a sentar ao redor de mesas de negociação, para tentar resolver problemas que talvez ainda nem saibam que existem.

E, é assim, que, comum ao modelo de ‘resistência’ contemporâneo, narrado anteriormente, se revela o recorrente absenteísmo dos dias atuais. Também se faz presente como ingrediente mercadológico ‘indesejável’, a Síndrome de Burnout, descrita nos EUA, em 1974, pelo médico pelo médico Herbert Freudenberger, como sendo um “distúrbio emocional, com sintomas de exaustão extrema”. Tão ou até mais temida que a Burnout, pode ser o fenômeno do Karoshi (morte por excesso de trabalho), cujo primeiro caso se deu, no Japão, em 1969 (PIZZO; OGURA & DRUGOVICH, 2018).

Contudo, parte das justificativas que podem ser dadas à escrita deste texto, vem do fato, de que o voto do Relator (cf. print incorporado) já está previamente redigido, acenando para uma eventual ‘aprovação’ das alterações feitas pela Controladoria-Geral da UEMG, do modo como lá estão, sob o pretexto sanativo de ‘falhas prejudiciais aos discentes’:

IV- VOTO DO RELATOR

Considerando a necessidade de adequação das Resoluções CONUN nº 372/2017, CONUN nº 482/2020 e COEPE nº 234/2018, e atendendo determinações da Controladoria Geral do Estado – CGE, visando ainda, corrigir falhas que podem prejudicar os discentes, o exercício da profissão docente e a gestão nas Unidades. Estes pareceristas manifestam pela APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS.

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2023.

Justifica-se ainda este olhar sobre tais fatos, a crença de que não seja possível alegar-se que, em nome da qualidade dos serviços educacionais prestados à sociedade, se imponham ao corpo Docente da UEMG, um imenso esmagamento de sua qualidade de oferta trabalho, nem que se ataque a sua consciência de pertencimento institucional, e, tampouco, que se definhe à fórceps a sua satisfação laboral.

Entendemos que o aviltamento salarial que a classe Docente mineira amarga, há uma década ou até mais, não só já basta para ‘danificar’ o bom funcionamento da Educação no Estado, como também, junto com o atual ‘revogação’ em pauta, vai além disto, retirando-se destes Docentes, um mínimo de garantias executórias de suas funções, as quais, as Resoluções em revisão buscavam garantir na sua origem.

Extrapolam-se ainda, os limites de razoabilidade, quando, ao se pretender agir assim, macerando as condições de atuação profissional Docente de ensino superior mineiro, ao mesmo tempo, se arquitetam um aumento implícito de seus afazeres, de tal modo, que quaisquer das funções de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e de Gestão, quando executadas, do modo como propostos pelas revogações e ou novas redações, não podem ser cumpridas com a qualidade e com o elevado nível técnico e lucidez que tais ocupações nos exigem.

É assim, que facilmente se vislumbra, mantendo-se um cenário como o que ora se avizinha, que a UEMG será, se já não tem sido, berçário para experimentos de redução da semana de trabalho para o formato de 04 dias semanais.

A UEMG, estaria à luz de velas apagadas, sinalizando para um futuro incerto. O rumo prestes a ser tomado, é o de estímulo a exonerações voluntárias, de cenários de absenteístas, de um caminhar para o aumento das Síndromes de Burnout, ou para um inimaginável e indesejável ‘Karoshismo’ ocidental e tipicamente mineiro (PIZZO; OGURA & DRUGOVICH, 2018).

Enfim, é entre umas e outras ideias como estas, entre consequências tão graves quanto pouco vislumbradas ou mensuradas pela Controladoria-Geral, ou mesmo impensáveis e inaceitáveis, por parte da classe Docente, que emergem pareceres estranhos como este emitido pelas notas em anexo, as quais, eventualmente acatadas pelo Relator acima mencionado.

É daí, também, que frutificam conceitos, como o do recente Four-day workweek (Semana de 4 Dias), vindo da Nova Zelândia, e 2021. Este preceito é tão recente quanto exaltado e perseguido pelos gestores de nossos tempos, visto que é frequentemente apontado como a panaceia resolutiva para os problemas laborais atuais, por uns, e, por outros, inserido como parte das questões conturbadas que quer solucionar e não consegue.

Uma das maiores críticas ao Four-day workweek, representado pela equação 100-80-100, é a de que, ele acena para: “100% de produtividade, recebendo 100% do salário, mas, em 80% do tempo”. Porém, nele se revela uma ordem semântica, cujos fatores podem ser facilmente alterados, sem muita transparência, e, em nome do mesmo propósito e dos resultados esperados (sejam estes quais forem), bem como, sem prejuízo da lógica de execução do mesmo formato.

Assim, o mesmo modelo 100-80-100, pode significar: “100% de produtividade, recebendo 80% do salário, mas, em 100% do tempo” que já havia sido contratado pelo Estado, por exemplo. Isto é, o formato funciona como se fosse um tipo de ‘armadilha’, que, por detrás de uma série de vantagens de início,

pode ser lentamente conduzido para ser revertido em ferramentas de redução salarial, de eliminação de bônus de produtividade, de retirada de tickets diversos etc.

No caso uemguiano, a ‘armadilha semântica’, poderia eventualmente estar escondida por detrás de uma ‘semana de três dias’, sugerindo que o profissional que assim a aceitar, atesta, implicitamente, que consegue cumprir sua jornada integral contratada em três, ou, no máximo, quatro dias (se pensarmos no dia presencial ‘off’, destinado aos atos de montagem de aulas, de correção de avaliações), sendo que apenas $\frac{3}{4}$ dela, da jornada, precisaria se realizar no modo presencial (parece, de início, uma maravilha).

Logo, transpondo-se a equação da já mencionada semana de quatro dias, para a atual proposta da Controladoria-Geral do Estado, teríamos um provável modelo 100-75-100, que, num primeiro momento, soaria como razoável, e definido assim: “100% de produtividade, recebendo 100% do salário, mas, em apenas 75% do tempo” (parece, de início, uma maravilha).

Entretanto, nada nos dá a garantia, de que, em pouco tempo, os mesmos números não sejam relidos assim: “100% de produtividade, recebendo 75% do salário, em 100% do tempo” (seja este tempo qual for).

Para as necessidades de economia processual e de recursos do Estado, nem seria preciso que nossa jornada fosse reduzida na base da ‘canetada’. Contudo, para imprimir transparência aos trâmites e dar uma certa relação de ‘causa’ e de ‘consequência’ diante dos ‘revogaços’ ora sugeridos, se cria a ideia de que eles cumprem o necessário papel de proteção ao discente, ao se ‘alterar o montante da jornada’ (esta é a causa), o que pressupõe a anuência da classe Docente (esta é a consequência).

Mais adiante, talvez nos advenha a informação de que ‘penduricalhos’ salariais, tais como as diárias de alimentação, as gratificações de desempenho, as Bolsas de Produtividade, as DEs, isolada ou cumulativamente, ao invés de ‘incorporadas aos salários’, de duas, ao menos uma: ou ‘sumam de vez’, ou passem a ser condicionadas a certo número de metas, tais como o aumento da ‘retenção discente’, ou a um quantitativo ‘x’ de publicações ou à frequência de ‘tantos dias’ por semana nas Unidades de lotação, ou a posse de cargos de Gestão sem DE.

E vejam, que isto nem precisa se enquadrar no atual molde proposto pela Controladoria, de três dias semanais, para quem tiver cargo de Gestão, podendo, até ser menos que isso, a depender do volume de reduções promovidas nos ‘penduricalhos’: só é preciso um motivo para os cortes acontecerem. E, estes motivos, podem aparecer, caso certas metas não sejam cumpridas (parecia mesmo, de início, uma maravilha, mas não é).

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Sandra Marreiros & SOUSA, Fernando Cardoso de. A influência da satisfação profissional no absentismo laboral. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 2010; 28(2), p. 132-139.

Disponível

em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0870902510700043?via%3Dihub>. Acesso em: 23/10/2023, às 12h22min.

FORD, Henry. Os *Princípios da Prosperidade* (este volume inclui: “Minha vida e minha obra”; “Hoje e amanhã”; e, “Minha filosofia da indústria”). Rio de Janeiro: BRAND, 1954. Disponível em: https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?lista=0&opcao=6&busca=&tipoFiltro=pa.id_autor&filtro=607&descFiltro=FORD,%20Henry&listarConteudo=Monografias. Biblioteca digital Fundação SEADE. Acesso em: 23/10/2023, às 12h53min.

GOMES JÚNIOR, Admardo Bonifácio. Resistência e trabalho. *Revista Mal estar e sociedade*, v. 7 n. 1, 2017.

MENDES, Nara Cristina Ferreira; SERRANO, André Luiz Marques; FERREIRA, Lucas Oliveira Gomes; CAVALCANTE, Pedro Murce Menezes. O Absenteísmo nas Instituições Federais de Ensino Superior: Composição de um Ranking de Eficiência. *RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*. v. 13, n. 2, p. 63-81, 2022. Disponível em: <https://racef.fundace.org.br/index.php/racef/article/view/809/pdf>. Acesso em 23/10/2023, às 11h51min.

PESSOA, Marcelo. DILEMAS SOBRE O TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19. *Revista AKEDIA*, – Volume 11 – Ano VII – 1º Sem. de 2021, p. 17-35. Disponível em: https://www.revistaakedia.com.br/_files/ugd/314365_10aa5d9c09ac4272af837a1edb60c77e.pdf. Acesso em 23/10/2023, às 09h23min.

PIZZO, Júlia de Paula; OGURA, Cristielle Tieko & DRUGOVICH, Gustavo Auada. KAROSHI: UMA BREVE REVISÃO SOBRE A MORTE POR EXCESSO DE TRABALHO. Anais do II Encontro do Laboratório Interinstitucional de Subjetividade e Trabalho. Maringá – PR, 2018. Disponível em: https://npd.uem.br/eventos/assets/uploads/files/evt/12/trabalhos/12_2034_1538448777.pdf. Acesso em 22/10/2023, às 23h45min.

Sites consultados

ALMG – Assembleia Legislativa do Governo de Minas Gerais: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LCP/71/2003/?cons=1>

BBC Brasil: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn02v9jn8ylo>

CNN Brasil: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/semana-com-4-dias-de-trabalho-sera-testada-no-brasil-ainda-neste-ano-entenda-iniciativa/>

PLANALTO.GOV. / CF-88:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

REVISTA EXAME: <https://exame.com/carreira/os-paises-com-as-semanas-de-trabalho-mais-longas-o-brasil-esta-na-lista/>

FOLHA UOL: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/08/veja-as-empresas-que-terao-semana-de-quatro-dias-de-trabalho-no-brasil.shtml>

OIT – Organización Internacional del Trabajo:
[https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12010:0::NO:::](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12010:0::NO:::https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12010:0::NO:::)

SOCIALIZAR PARA RESSOCIALIZAR: POR UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS NO SISTEMA PRISIONAL MINEIRO

English title: SOCALIZE TO RESOCIALIZE: AN ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES FOR THE RESOCIALIZATION OF CONVICTS IN THE MINAS GERAIS PRISON SYSTEM

PESSOA, Marcelo² –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

VIEIRA, Álvaro de Souza³

RESUMO: O objetivo do presente capítulo é apresentar e descrever as políticas públicas de ressocialização propostas pela Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, do Estado de Minas Gerais, desempenhadas por intermédio da Subsecretaria de Administração Prisional – SUAPI, vislumbrando a real importância do aspecto individualizador do cumprimento de pena, haja vista que parte da população carcerária nunca fora em tempo pretérito, apresentada aos jeitos socializadores aceitos pelas convenções éticas e morais promovidas pelo Estado brasileiro no que tange à convivência social. Ainda, analisam-se aspectos da efetividade da ressocialização desenvolvida pela Superintendência de Atendimento ao Preso – SAPE e suas diretorias específicas, bem como as dificuldades ao processo de reintegração do apenado e egresso à vida socialmente aceita. Alguns dos dados que fomentam o presente Capítulo foram dispensados pelas superintendências subordinadas à SUAPI/SEDS.

PALAVRAS-CHAVE: Ressocialização, Socialização, Apenado, Egresso, Políticas Públicas

ABSTRACT: The aim of this chapter is to present and describe the public policy of rehabilitation proposed by the State Department of Social Protection - SEDS, the State of Minas Gerais, performed through the Prison Administration Secretariat - SUAPI, seeing the real importance of individualizing aspect of serving a sentence, given that part of the prison population had never been in past tense presented to socializing ways accepted by ethical and moral conventions promoted by the Brazilian government regarding the social coexistence. Still, we analyze aspects of the effectiveness of rehabilitation developed by the Office of Customer Service Back – SAPE and their specific boards, and the difficulties the reintegration process of the convict and egress to life socially acceptable. Some of the data that foster this article were waived by the Superintendence subordinate to SUAPI/SEDS.

KEYWORDS: Rehabilitation, Socialization, Convict, Egress, Public Policies

² Docente do DLLCA – Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes / UEMG. Dr. em Letras / UEL – 2010. Doutorando em Linguística – UFSCAR – 2024-2028. Fomento Editorial 04-2024 – FAPEMIG / UEMG / PCRH.

³ Doutorando em Linguística pela Universidade de Franca (2024); Mestre em Linguística pela Universidade de Franca (UNIFRAN, 2024), com apoio da Capes/Prosup; Especialista em Inteligência, Gestão da Informação e Estratégia pelo Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa (2022); Especialista em Inteligência Policial pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI, 2020); Especialista em Gestão Pública pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG, 2015); Aperfeiçoamento em Sociologia Política pelo Instituto Superior de Educação CERES em São José do Rio Preto/SP (FACERES, 2011); Bacharelado em Desenho Industrial com habilitação em Programação Visual - Design Gráfico, pela Universidade de Franca (UNIFRAN, 2004);. Analista de Inteligência - Diretoria de Inteligência Estratégica da Superintendência de Informação e Inteligência do DEPEN-MG - Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, em exercício no Gaeco - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, Regional Uberaba/MG.

INTRODUÇÃO

O presente Capítulo traz um estudo sobre os constantes desafios enfrentados por um órgão pertencente à administração direta vinculada à SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais. Trata-se da SUAPI – Subsecretaria de Administração Prisional, no que tange à implantação, desenvolvimento, aplicação e análise de políticas públicas inerentes ao aspecto da ressocialização⁴ e reinserção do indivíduo apenado⁵ sob custódia do Estado, bem como o egresso⁶, por meio das bases estruturais, como: inserção da política de atendimento ao preso, inserção do ensino e profissionalização, do atendimento psicossocial e à saúde, trabalho e produção e CTC – Comissão Técnica de Classificação.

É sabido que parte relevante dos custodiados não se adaptam aos periódicos⁷ impostos pela Subsecretaria e pelo poder Judiciário, acarretando – em termos de gestão – certa frustração nos objetivos da execução das políticas públicas oferecidas. Além disso, tal nuance acaba por não colaborar com a reinserção do indivíduo à sociedade, lema central da subsecretaria.

Embora haja políticas públicas em ressocialização, tal fator pode estar diretamente ligado a um aspecto percebido, mas, muitas vezes, pouco abrangido no bojo individual: o apenado nunca fora antes socializado⁸. Logo, identificada tal problemática pontual, não há o que se falar ou promover à ressocialização do indivíduo, uma vez que o sujeito apenado nunca fora apresentado a aspectos como habilidades e sentimentos socializadores, ainda mais em se tratando de alguém que juridicamente lesou a sociedade e está pagando por isso.

Então, se é esta a premissa, como querer ressocializá-lo, ou, como agenciar o custodiado, apresentando-o e inserindo-o às políticas públicas de ressocialização presentes no imaginário coletivo ou àquelas disponibilizadas pelo Estado? Deve-se pensar na promoção da funcionalidade do custodiado e do egresso ao devolvê-lo ao seio social, sobretudo porque efetivamente essa é a grande finalidade da imposição da pena.

Isto posto, pretende-se aqui apresentar um estudo à real e iminente necessidade de se estimular o desenvolvimento no custodiado e no egresso das questões básicas para a vivência em sociedade, numa busca de identidade, aguçando a capacidade interpretativa, analítica e crítica, em conformidade com os valores de conduta e ética de uma sociedade pós-moderna. O reconhecimento de tais valores proporcionará ao reeducando a possibilidade de

4 Aqui, tornar-se sociável aquele que está desviado das regras morais e/ou costumeiras da sociedade; trazer de volta à socialização, ao convívio social.

5 Conforme o dicionário trata-se do “indivíduo que foi condenado a cumprir alguma pena; que foi punido ou castigado (adj.)”.

6 Conforme a LEP – Lei de Execução Penal, considera-se egresso o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, durante o período de prova.

7 Publicações geralmente publicadas em intervalos de tempo regulares, tratando-se de assuntos específicos do órgão ensejado.

8 Aqui, entende-se por “socializar” a ideia geral de desenvolver no indivíduo um conjunto de habilidades e sentimentos para torná-lo apto a viver em sociedade.

transformá-lo em um indivíduo reflexivo, responsável e consciente de seus atos, capaz de refletir e diferenciar as graduações de um meio estritamente penal e um meio social. Também, o aspecto socializador não é executado, embora a assistência ao apenado seja algo previsto no ordenamento jurídico, sobretudo na LEP – Lei de Execução Penal, considerada uma das mais bem elaboradas e modernas do mundo.

Na Penitenciária Industrial de Guarapuava/PR, em 14/10/2014, presos principiaram um movimento de subversão que culminou em uma eminentre rebelião. Dados da Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná apontaram que a Unidade estava com 239 presos matriculados, para um total de 240 vagas existentes. Além disso, os detentos denunciaram o descaso com que estão sendo tratados no cumprimento de suas penas. Por conseguinte, possivelmente o fator superlotação definitivamente não foi o estopim, e sim só a ponta do iceberg.

A denúncia de descaso remete à necessidade de possibilitar na *práxis* um atendimento individualizado da pena. Uma expressão dita pelo Secretário de Segurança Pública, Leon Grupenmacher, após os atos, é passível de análise, momento em que o mesmo citou que desconhecia a causa da rebelião, sobretudo porque não havia superlotação e a ressocialização existia ali, pois os custodiados têm aula e trabalho. Segundo o site da “Rede Globo de Televisão”, conforme disse a vice-presidente do Sindarspen⁹, a unidade já foi exemplo de penitenciária para o país¹⁰.

Saporì (2011) apontou que de 2003 a 2010 em Minas Gerais, com investimentos feitos na área de segurança pública, houve um decréscimo de 40% da criminalidade, sobretudo pelo fato de ter assumido a questão prisional, onde a população carcerária duplicou em seis anos:

Os bons resultados da política de segurança pública em Minas Gerais, desde 2003 (...), são reconhecidos nacionalmente. Os projetos de prevenção social da criminalidade como o Fica Vivo, Mediação de Conflitos e Acompanhamento de Penas Alternativas (...). A questão prisional tem sido abordada de forma corajosa (...), algo impensável há dez anos (...). Os níveis de criminalidade violenta em Minas Gerais entre 2003 e 2010 foram reduzidos em mais de 40 % (SAPORI, 2011, p. 14).

Em síntese, para o desenvolvimento do estudo descrito neste Capítulo, faz-se necessário conhecer e reconhecer o perfil do custodiado e as impressões perante as políticas públicas oferecidas pela Subsecretaria, a fim de estabelecer uma análise cognitiva das políticas públicas de ressocialização.

⁹ Primeiro Sindicato dos Agentes Penitenciários no Paraná, o SINDARSPEN, um dos maiores e mais atuantes sindicatos de representação de servidores públicos do estado.

¹⁰ Na citada penitenciária, só adentravam presos interessados em ressocializar-se por meio de uma seleção. Não há mais critérios, onde indivíduos perigosos conseguem disseminar a revolta entre os outros detentos se algo não os agrada.

BREVE EXPLANAÇÃO SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO

Pela história

Em conformidade com Miotto (1992), o direito penitenciário resultou do desenvolvimento da ciência penitenciária. Com o tempo, o segmento penitenciário passou a ser regido pela égide da ciência normativa e regulamentar, acrescentando-se padrões jurídicos, passando-se a pensar mais nos direitos dos custodiados, sobretudo pós Revolução Francesa (1789-1799).

Anteriormente, a origem da prisão possuía um caráter cautelar, análogo ao padrão prisão-pena comungado na atualidade, mas, a prisão em si, só passou a acontecer após o encontro da sociedade com o instrumento da privação de liberdade, conforme escreveu Foucault (1997):

Pode-se, portanto, falar em um excesso ou uma série de excessos do encarceramento em relação à detenção legal do “carcerário” em relação ao “judiciário”. Ora, esse excesso é desde muito cedo constatado, desde o nascimento da prisão, seja sob a forma de práticas reais, seja sob a forma de projetos (...). A grande maquinaria carcerária está ligada ao próprio funcionamento da prisão. Podemos ver o sinal dessa autonomia nas violências “inúteis” dos guardas ou do despotismo de uma administração que tem os privilégios das quatro paredes. Sua raiz está em outra parte: no fato, justamente, de que se pede que à prisão seja “útil”, no fato de que a privação de liberdade – essa retirada jurídica sobre um bem ideal – deve, desde o início, que exercer um papel técnico positivo, realizar transformações nos indivíduos (FOUCAULT, 1997).

Nessa época, o caráter vingativo da pena tinha um apelo religioso-divino¹¹, impondo aos errantes normas e condutas de castigo rigorosas. Tal conduta estendeu-se até os dias da justiça contemporânea, e a punição tornou-se circunstância esperada por parte relevante da sociedade ativa, desejosa de que os tribunais e juízes incorporassem o direito divino num formato generalizado.

O direito canônico assimilou e adaptou o direito romano às condições sociais, o que colaborou para a relevante humanização do direito. As penas passaram também a ter uma conotação regenerativa, levando o criminoso ao arrependimento, embora historicamente isso tenha acontecido mais durante a Inquisição, e isso, paradoxalmente, fortalecia o poder público.

Vale ressaltar que a Igreja era contra a pena de morte¹² (NORONHA, 1991). Porém, devido a heranças deste segmento social contaminaram o sistema prisional, do modo como o conhecemos hoje, tanto que os locais destinados ao emprego dos castigos eram e ainda são chamados de “penitenciários”, destinados ao cumprimento de penitências, onde os sentenciados ficavam aguardando o momento de se dirigirem à fogueira.

¹¹ O direito e o poder emanavam de Júpiter, considerado o deus criador e protetor do universo. Dessa divindade provinha o poder dos reis e em seu nome se procedia à imposição do castigo.

¹² Com isso, acabou recebendo influências diretas do Cristianismo, pavimentando o princípio da consagração e da moral, objetivando a regeneração do errante.

Contudo, antes da Revolução Francesa, começaram a aparecer as primeiras prisões legais, destinadas aos pequenos delinquentes. Vale ressaltar que os primeiros presídios eram voltados mais para o trabalho do que para a correção propriamente dita, a fim de fomentar a nova era industrial alavancada naquele século. Esse é o modelo que serviu de inspiração para a pós-modernidade.

Sistema penitenciário brasileiro

Os principais pilares existentes para o efetivo cumprimento de pena dos errantes do sistema carcerário brasileiro baseiam-se tão somente em pressupostos legais movidos pela ciência do direito, respaldados na necessidade de integrar os direitos humanos adquiridos em tratados internacionais e na preservação da integridade física, moral e psíquica do apenado. Assim, com o passar do tempo, a prisão passou a ser não só instrumento de castigo e expiação, como também um reenquadramento sociocultural do errante.

Faziam parte do Código Criminal do Império as seguintes penas: morte, prisão com trabalho, banimento, prisão simples, multa, entre outras. Em 1927, as penas foram divididas e orientadas em principais e acessórias. Num formato progressista, no Código Penal de 1940, a pena de reclusão passou a não ser superior a 30 anos e a de detenção não superior a 03 anos, denominadas penas privativas de liberdade, predominantes na atualidade.

Em tempo pretérito, a pena possuía um caráter de retribuição¹³, momento em que o Estado incorporava o papel de efetivamente aplicar certa sanção imposta, num patamar de monopólio. Tal demanda foi alterada após a reforma do Código Penal, em 1984, haja vista a presunção de existência de um Estado Democrático de Direito, incorporador de um regime retributivo-preventivo¹⁴.

Com a aprovação da Constituição de 1988, a pena de caráter perpétuo manteve-se vedada, ocasião em que a progressão para regimes de cumprimento de pena mais brandos viabilizou a ideia da reintegração do indivíduo ao seio social. Com isso, a Justiça brasileira adquiriu um viés ressocializador. Além disso, com a reforma do Código Penal Brasileiro, a LEP – Lei de Execuções Penais foi promulgada, garantindo, entre outros direitos, em seu Artigo 10, o fato de que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 1984).

Tabela 1 – Maiores populações carcerárias – Fonte: DMF/CNJ, 2014

	Estados Unidos	China	Brasil	Rússia
Países com maior população carcerária	2.228.424	1.701.344	711.463	676.400

¹³ O crime cometido pelo agente precisa ser reprimido com rigor pelo Estado, de forma que o delinquente não reincida ao erro.

¹⁴ Sendo infringida a norma legal, o Estado atuará com o mesmo rigor sobre o agente.

Também, a deterioração do Sistema Carcerário Brasileiro é algo que se impulsionou nos últimos 20 anos. Quase nada renovável, muitas vezes, a oferta de surgimento de vagas ou transferências é o método assistencialista imediato. Segundo apresentou Foucault (2000):

Uma coisa, com efeito, é clara: a prisão não foi primeiro uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma ‘detenção legal’ encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma, o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos (FOUCAULT, 2000, p. 197).

No Brasil, o sistema penitenciário baseia-se nos modelos *filadélfico*, de 1790, (isolamento celular); *auburniano*, de 1818, (trabalho coletivo e absoluto silêncio); os sistemas progressivos, como o modelo *inglês* (isolamento em cela diuturnamente, trabalho e liberdade condicional), *irlandês* (trabalhos noturnos e ao ar livre).

Uma forma alternativa de cumprimento de pena, instituiu-se com o denominado método APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados¹⁵, criada no ano de 1972, em São José dos Campos, por um grupo de voluntários cristãos.

A SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL – SEDS

A Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS foi criada em 2003, a partir da Lei Delegada nº 56, do Decreto 43.295/2003, possuindo como principais objetivos a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em substituição às Secretarias de Segurança e Justiça. A criação da SEDS vai além da junção dessas duas Secretarias, ela representa o início do delineamento de uma Política Estadual de Segurança Pública. Hoje, a secretaria é regida pelas Leis Delegadas nº 179, de 1º de janeiro de 2011, e 180, de 20 de janeiro de 2011, e do Decreto 46.647/2014.

A característica principal do antigo modelo era o “gerenciamento de crises”. Trabalhava-se com desarticulação e improvisação. Já o novo modelo é de “gestão por resultados”, ou seja, é específico para o combate à criminalidade. Consiste no acompanhamento intensivo das atividades planejadas segundo ciclo

¹⁵ Atualmente, estão distribuídos pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Maranhão, Paraná e Espírito Santo. Nessas unidades, a metodologia aplicada conta com a participação da família e da comunidade, a valorização do ser humano, o incentivo à espiritualidade, a colaboração entre detentos e o trabalho. A APAC é uma entidade sem fins lucrativos, opera como parceira do Poder Judiciário e do Executivo na execução penal e na administração das penas privativas de liberdade, no regime fechado, no semiaberto e no aberto.

composto por quatro etapas: Planejamento, Execução, Monitoramento e Avaliação (PDCA).

Uma das principais inovações do novo modelo foi a criação do Colegiado de Integração de Defesa Social, instância deliberativa máxima do Sistema de Defesa Social. Com participação efetiva, os responsáveis de cada corporação que compõe o Sistema de Defesa Social (Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiro, Defensoria Pública¹⁶ e SEDS) planejam e deliberam ações conjuntas.

Compõem a Secretaria de Estado de Defesa Social as Subsecretarias de Políticas sobre Drogas; de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social; de Administração Prisional (SUAPI); de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE) e; de Inovação e Logística do Sistema de Defesa Social (SULOG), além da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade.

A Subsecretaria de Administração Prisional – SUAPI

A Subsecretaria de Administração Prisional – SUAPI foi criada em 2003, e, desde o seu surgimento, tem atuado na assunção de cadeias públicas, até então administradas pela Polícia Civil, promovendo logística na ampliação de vagas em unidades prisionais, sobretudo empenhando-se na busca de melhoria da qualidade de atendimento aos presos, com a modernização e humanização do Sistema Prisional.

A SUAPI é responsável por 92% da administração da população carcerária de Minas Gerais, isto é, cerca de 150 unidades prisionais assumidas até o ano de 2014 (57,5 mil custodiados), conforme tabela abaixo:

Tabela 2 - Evolução da População Carcerária em Minas Gerais

	2004	2009	2012	2014
População Carcerária	23.156	46.925	51.598	<u>57.498</u>

Fonte: Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de Vagas SUAPI/SEDS, Departamento Penitenciário Nacional INFOOPEN/MJ, 2012 e 2014

Em conformidade com o Artigo 164, do Decreto 46.647/2014, a SUAPI tem por finalidade gerenciar as políticas do sistema prisional, adequando-se às diretrizes impostas pela SEDS, a saber:

- I – participar do planejamento e execução da política prisional do Estado;
- II – assegurar a aplicação da legislação e diretrizes vigentes referentes à administração da execução penal e ao tratamento do indivíduo privado de liberdade;

¹⁶ A Defensoria Pública não faz mais parte do Sistema de Defesa Social mineiro.

III – responsabilizar-se pelas atividades de atendimento e assistência ao preso, bem como pelas atividades de segurança e disciplina nas unidades prisionais sob sua responsabilidade;

IV – proceder ao registro dos presos sob sua responsabilidade e à sua movimentação entre as unidades prisionais;

V – exercer atividades de inteligência prisional destinadas ao levantamento e à disponibilização de informações que auxiliem as ações governamentais na área de segurança pública;

VI – disponibilizar informações estatísticas e gerenciais acerca das atividades de sua área de competência, incluindo dados a respeito dos indivíduos privados de liberdade;

VII – gerenciar os sistemas de informação sob sua responsabilidade;

VIII – estabelecer, em conjunto com a SULOG, as diretrizes para a construção de unidades prisionais para atendimento à demanda de vagas, bem como à manutenção da estrutura física das unidades prisionais existentes;

IX – executar e coordenar atividades de gestão administrativa, financeira e patrimonial de suas unidades prisionais e centrais, conforme orientações da SULOG;

X – coordenar e executar atividades de administração de pessoal de suas unidades centrais e prisionais, conforme diretrizes da SULOG;

XI – estabelecer, em conjunto com a Escola de Formação da SEDS, o perfil de pessoal para lotação nas unidades centrais e prisionais da Subsecretaria, bem como as diretrizes para seleção, formação e capacitação de pessoal;

XII – participar e colaborar com atividades necessárias à integração dos órgãos do Sistema de Defesa Social;

XIII – articular a elaboração de parcerias com entidades públicas e privadas, visando à melhoria do tratamento dado ao preso e à segurança de unidades prisionais, ainda que sob a responsabilidade de outros órgãos;

XIV – estabelecer e acompanhar as ações relativas à Gestão Estratégica do Sistema Prisional – GESPRI;

XV – estabelecer, acompanhar e monitorar os indicadores de resultado definidos pela GESPRI;

XVI – propor ações que visem à redução de custos, ao melhor aproveitamento dos recursos financeiros e que proporcionem maior celeridade às rotinas de trabalho das Unidades Prisionais; e

XVII – analisar e emitir parecer conclusivo em relação à prestação de contas de recursos repassados pela SEDS, por meio da SUAPI.

Como pudemos observar, a SUAPI subdivide-se em superintendências e diretorias subordinadas. Por isso, o presente estudo se prenderá especificamente no organograma da Superintendência de Atendimento ao Preso – SAPE, objeto fim, sendo composta por: Diretoria de Trabalho e Produção; Diretoria de Ensino e Profissionalização; Diretoria de Saúde e Atendimento

Psicossocial; Diretoria de Articulação do Atendimento Jurídico e Apoio Operacional e; Assessoria da Comissão Técnica de Classificação. Tais diretorias serão esmiuçadas e especificadas no decorrer do artigo.

O CONCEITO DE RESSOCIALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Compõe o conceito histórico de ressocialização o ato de reintegrar, reinserir, devolver o indivíduo à sociedade, constituindo um conjunto de medidas a partir das quais o sujeito possa tornar-se útil para si mesmo e para o outro à luz do conceito de Ética existente no imaginário coletivo, promovendo, assim, uma interação sociocultural. Mais importante do que isso, é proporcionar condições de reestruturação de valores, a fim de que o apenado não retorne à prática delinquente, fator legal e preponderante de sua punição.

Parafraseando Émile Durkheim (1987), o processo educativo é inerente à construção do homem, adstrito às diferenças culturais, familiares e de classe, constituindo-se num sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós o sentimento de grupo. Destarte, o indivíduo apenado-egresso é devolvido à sociedade de tal forma que os riscos de reincidência sejam minimizados ou amenizados na perspectiva técnica.

A dignidade da pessoa humana pode ser considerada como o fundamento primeiro e último do Estado brasileiro, sobretudo na interpretação e aplicação da Carta Magna, bem como na atuação de todos os poderes públicos componentes. O Estado, desse modo, existe para garantir e promover a dignidade de todas as pessoas, aprofundando-se na universalidade do princípio da dignidade humana e dos direitos humanos, decorrentes de todos os demais direitos.

O SISTEMA PRISIONAL FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS E À LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Uma das maiores conquistas da Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁷ são as garantias atribuídas à pessoa humana, bem como o princípio de igualdade, liberdade, paz e justiça.

Em conformidade com a LEP – Lei de Execução Penal, a questão da assistência aos presos é dever do Estado, em caráter preventivo e curativo.

As garantias da Declaração Universal dos Direitos Humanos são igualmente recuperadas, documento em que se inscreve que o Estado deverá prover um sistema de tratamento reeducativo, frisando os instrumentos do tratamento penal, pois parcela dos apenados foi marginalizada pela sociedade no bojo cultural, econômico e social, fatores que talvez expliquem os números preocupantes da reincidência:

¹⁷ Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris em 10 de dezembro de 1948, estabelece a proteção universal dos direitos humanos.

Um dos objetivos da política criminal integrada na política social será tentar a transformação da instituição penitenciária em escola de alfabetização e profissionalização do preso (...). A administração penitenciária tem o dever de ofertar ao preso todas as possibilidades de instrução escolar e formação profissional (ALBERGARIA, 1987, p. 41).

Também, a questão do trabalho deverá ser vislumbrada como uma das iniciativas mais eficazes ao apenado no cumprimento de sua pena. É a forma de reiteração ao meio social que o espera, aguçando o caráter produtivo e educativo. Aos olhos da LEP, o Sistema Carcerário possui seu caráter punitivo, sobretudo na questão da privação de liberdade. No entanto, a função do Estado nesse paradigma está legalmente estabelecida e é conhecida, cabendo-lhe proporcionar meios à reinserção do apenado à sociedade.

Promulgada em 11 de julho de 1984, a Lei de Execução Penal pauta-se nos princípios dos Direitos Humanos, objetivando efetivar os dispositivos legais da pena, além da promoção da cidadania e inclusão social dos apenados, egressos e seus familiares, trazendo a sociedade civil organizada para “dentro do cárcere” (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, universidades, iniciativa privada, setores de saúde, educação, assistência social, instituições religiosas).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL MINEIRO E SUA GESTÃO

Quando se pressupõe o estudo e análise nos ordenamentos jurídicos, concebe-se que a questão do trabalho constitui um direito e um dever ao apenado, sobretudo pelo fato da Carta Magna trazer o conceito de trabalho como um dos pilares da sociedade na conquista dos valores sociais, juntamente com a dignidade da pessoa humana. Logo, são indissociáveis.

No Artigo 28 da LEP, é apresentada a função social do trabalho, como formato de reinserção do indivíduo ao seio social, dever social, sendo uma finalidade educativa e produtiva. Portanto, os estabelecimentos prisionais devem garantir instrumentos necessários para que isso ocorra, implementando efetivamente a atividade. Não se deve encarar o trabalho como uma fórmula de apenas remir a pena, mas, sim, pelo seu fim educativo e produtivo, preparando o indivíduo para o seu retorno à sociedade.

Em Minas Gerais, as políticas de ressocialização partiram do chamado “Choque de Gestão”¹⁸, a partir de 2003, quando se lavrou um “Acordo de Resultados”¹⁹. Com isso, houve uma verificação na padronização institucional nos trabalhos da SEDS, ocasião em que foram estabelecidas normas, critérios, procedimentos e responsabilidades. Tais procedimentos estão a cargo da SAPE – Superintendência de Atendimento ao Preso.

¹⁸ Num primeiro momento, tratou-se da redução de despesas, promovendo o desenvolvimento, reorganização e modernização do aparato institucional do Estado, vislumbrando novos modelos de gestão.

¹⁹ Visando maior eficiência e efetividade, por meio de indicadores e metas, estabeleceram-se os compromissos a serem entregues por entidades do Poder Executivo Estadual.

AKEDIA

A Superintendência de Atendimento ao Preso – SAPE

Para assuntos relacionados às políticas de ressocialização ao apenado, foi instituído na SUAPI, por meio da Lei Delegada nº 56/2003, a SAPE – Superintendência de Atendimento ao Preso, sendo revogada pelo Artigo 14, da Lei Delegada nº 117/2007, regida na atualidade pelo Decreto 46.647/2014.

A SAPE está subdividida em diretorias, a saber:

a) Diretoria de Trabalho e Produção: responsável pelo controle e supervisão da produção artesanal, industrial e agropecuária nos Estabelecimentos Prisionais. Destaca-se o programa “Trabalhando a Cidadania”. Ao fim de 2014, existiam 244 parcerias de trabalho com empresas privadas²⁰.

Tabela 3- Evolução histórica de quantitativo de presos trabalhando 2006 a 2014

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Presos Trabalhando	1.800	2.750	3.368	4.200	9.280	11.500	12.232	12.667	<u>13.760</u>

Fonte: Diretoria de Trabalho e Produção SAPE/SUAPI/SEDS, 2014

b) Diretoria de Ensino e Profissionalização: estabelecem diretrizes e normas concernentes à propagação da educação e ensino profissionalizante na massa carcerária. Trabalha também na proposição e desenvolvimento de técnicas e métodos, vislumbrando a formação educacional e profissional, sobretudo na política do atendimento individualizado da pena. A Diretoria de Ensino e Profissionalização é a responsável por estabelecer critérios e técnicas para a seleção e indicação dos presos para a participação em cursos profissionalizantes, articulando parcerias com órgãos públicos e instituições privadas. Dentre vários projetos²¹, o “Arte para Todos” consiste na realização de atividades socioculturais com o objetivo de desenvolver capacidades e habilidades intelectuais, sociais e culturais.

Tabela 4 – Presos estudando na SUAPI

	Alfabetização	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Presos Estudando	695	1.355	3.193	1.092	53	<u>6.388</u>

Fonte: Diretoria de Ensino e Profissionalização SAPE/SUAPI/SEDS, 2014

²⁰ Dados fornecidos pela Diretoria de Trabalho e Produção.

²¹ Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas, Olimpíadas Esportivas, Concurso de Leitura, Fazendo Arte na Escola, Semana da Escola, Projeto Sustentabilidade, Concurso de Desenho-Ambientação, Projeto Consciência e Juventude, Projeto Real Liberdade, Projeto Grupo de Orientação Familiar.

- c) Diretoria de Saúde e Atendimento Psicossocial: responsável pela implantação e execução de políticas relativas à saúde e ao atendimento psicossocial dos indivíduos reclusos em unidades assumidas pela SUAPI. Supervisiona também os núcleos de saúde e de atendimento das Unidades penais, bem como o melhor desenvolvimento dos atendimentos médicos, ambulatoriais, odontológicos, farmacêuticos, hospitalar, social e psicológico. Além disso, promove o contato com órgãos públicos e privados, a fim de estabelecer parcerias para proporcionar um melhor atendimento ao custodiado.
- d) Diretoria de Articulação do Atendimento Jurídico e Apoio Operacional: órgão responsável pelo acompanhamento jurídico dos apenados, possuindo bases nas Unidades Prisionais da SUAPI. Viabiliza a implantação, análise e execução de diretrizes e normas na garantia do atendimento ao preso, por intermédio de núcleos jurídicos públicos, de entidades privadas e até mesmo com a Defensoria Pública de Minas Gerais.
- e) Assessoria da Comissão Técnica de Classificação – ACTC: é um corpo composto por técnicos do sistema prisional²², responsáveis pela análise sobre o levantamento de informações sobre o custodiado, bem como assessorar, coordenar, planejar e supervisionar as Comissões Técnicas de Classificação implantadas e em funcionamento nas unidades prisionais da SUAPI, com o intuito de promover a individualização da pena, com vistas à reinserção social. Uma das competências da Comissão Técnica de Classificação – CTC²³ é a de elaborar, dirigir, orientar, coordenar, analisar e acompanhar o desenvolvimento do Programa Individualizado de Ressocialização – PIR, uma das ferramentas mais eficazes em prol da ressocialização do preso, sobretudo pela individualização do sentenciado e análise dos métodos viáveis ao cumprimento da pena. Eis o tratamento individualizado, e para que haja concretização, faz-se necessário a observação de procedimentos específicos para a concretização do trabalho da CTC, como: a Acolhida (esclarecimento ao preso sobre os seus direitos, deveres e normas existentes na Unidade Prisional, além da apresentação dos serviços de atendimento oferecidos durante sua permanência ali); Classificação (o preso deverá ser classificado em conformidade com seus antecedentes e personalidade, como forma de orientação na individualização da pena); Evolução (atendimentos que devem ocorrer ao longo do cumprimento da pena, em conformidade com a programação do PIR) e a Avaliação da Evolução. Dessa forma, é possível compor um Programa Individualizado de Ressocialização.

²² Baseado na LEP, tal comissão deve ser composta por no mínimo um Presidente (Diretor Geral da Penitenciária ou outro diretor por ele designado), um Psiquiatra, um Enfermeiro, um Assistente Social, um Psicólogo, um Pedagogo, o Analista Técnico Jurídico ou Defensor Público, o Diretor de Segurança, o Gerente de Produção e um Capelão, quando houver. A partir de 2013, a figura do Assessor de Inteligência passou a fazer parte do corpo da comissão.

²³ A Comissão Técnica de Classificação – CTC foi instituída com base na Lei de execução Penal (Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984, artigos 5º, 6º, 7º, 8º e 9º).

f) Coordenadoria de Assistência Religiosa e Políticas Sobre Drogas: proporcionar o contato religioso nas Unidades Prisionais, ampliando o desenvolvimento da espiritualidade e das políticas sobre drogas, apoiando-se primordialmente nas manifestações religiosas e da consciência sobre drogas estabelecidas no plano de trabalho. Além disso, existem os chamados “Atendimentos para Reintegração”, seis meses antes da possível saída do pré-egresso da Unidade Prisional. Subdivide-se em Acompanhamento Penal, Jurídico, Saúde, Classificação (para elaboração de prontuários), Psicossocial (prestado por psicólogos e assistentes sociais), Religioso e Educacional (formação escolar e profissional).

Parcerias através do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PRESP

Ainda que não haja subordinação direta com a SUAPI, necessário se faz abrir um parêntese à política desempenhada pela Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade – CPEC, a partir do Núcleo de Alternativas Penais, no que tange aos pré-egressos e egressos do sistema prisional.

Responsável pela implementação de políticas públicas relacionadas à prevenção criminal, o CPEC contribui para a redução da violência e dos índices de criminalidade. Dentre os programas, destaca-se o Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional – PRESP, incluído pelo Decreto Estadual nº 43.295/2003, tendo como público-alvo os indivíduos que passaram pelo processo de criminalização e cerceamento de liberdade. Volta-se para firmamento de políticas que diminuem as exclusões e estigmas, proporcionando meios de retorno do egresso ao meio social, resgatando as nuances de cunho social, econômico, cultural e político. Trata-se de uma medida paliativa relevante às causas sociais, sobretudo enquanto eclodirem os estigmas sociais face ao egresso, fatores que esbarram no processo de reintegração.

AS DIFICULDADES E DESAFIOS NO FATOR RESSOCIALIZAÇÃO

É sabido que a implantação de políticas públicas que visem a equacionar as disparidades do Sistema Prisional é de suma importância. Tais ações pediriam investimentos que apontariam para uma reformulação no Sistema de Defesa Social, condição que revela que, ao se investir em programas consistentes, deixa-se de promover gastos em outras áreas, como, por exemplo, a redução nos aparatos da justiça criminal, estruturando-o ainda para que de fato se consolide o fim pelo qual o Sistema Prisional deva existir: ressocializar.

Quando há meios e recursos, a tendência é a de que o apenado e o egresso entendam na íntegra o fator ressocializador, minimizando as possibilidades de reincidência, viabilizando maior controle social e criminológico. Embora exista a percepção de que o Sistema Prisional Mineiro seja referência e modelo a ser seguido, ainda existe uma discrepância quanto à gestão no

cumprimento de pena dos sentenciados, situação recorrente em todo solo brasileiro. Aquilo que o texto legal traz não é viável à consecução, haja vista uma série de problemas, a começar pela superlotação das unidades penais. Com isso, ainda que existam investimentos oriundos dos governos federal e estadual, os mesmos são sempre aquém do necessário.

Se não há infraestrutura física coesa, que dirá de investimentos de ordem técnica-especializada, psicossocial e jurídica em tais estabelecimentos. Não se pode pular essa etapa. Aponta-se então, que, embora haja investimentos e estudos em políticas públicas – ainda que com certo descaso por parte do governo e da sociedade civil –, existe a possibilidade real do risco da não ressocialização e reintegração do preso ou egresso. O atendimento e cumprimento individualizado da pena tornam-se inviáveis, impossibilitando conhecer de forma particular o indivíduo apenado, fatores que o levaram a cometer este ou aquele delito, abordagem do contexto social e familiar, entre outros.

O crescimento considerável da população carcerária mostrou-se bem maior do que a capacidade do Estado em gerir as reais demandas do Sistema Prisional, mostrando em alguns casos uma incapacidade gerencial gradativa, espaço social em que prevalece a política ideológica de se fomentar a segurança das unidades prisionais em despeito a priorizar investimentos em ressocialização, análise, desenvolvimento e execução de políticas que visem recuperar o indivíduo, fazendo-o novamente um cidadão. Além disso, o apenado acaba por não ser mais um indivíduo, recebe uma matrícula e passa a se engajar em uma engrenagem institucional cheia de deveres não apresentados no processo de socialização.

Em Minas Gerais, por meio da SUAPI/SEDS, observam-se iniciativas que, sem deixar de atender à finalidade punitiva da pena, promovem a humanização das prisões, no paradigma de se evitar a reincidência no crime, permitindo a recuperação do preso. Entretanto, como apresentado em itens anteriores concernentes ao trabalho em prol de ressocializar, alguns poucos estabelecimentos penais apresentam condições materiais e humanas adequadas para a realização do trabalho e ensino, prejudicando em partes o processo. Diante disso, percebe-se o temor da sociedade quando se vê próxima da rotina prisional, circunstância que, ao invés desta participar do processo de reintegração do preso, adequa-se a uma postura de distanciamento assistencialista, desconhecendo, muitas das vezes, a existência efetiva de políticas de ressocialização custeadas pela tributação compulsória.

O Estado assume no ambiente carcerário uma postura de omissão e negligência perante o indivíduo, ainda antes de o mesmo cometer o delito que o encarcerou, pelo fato de não o ter proporcionado os direitos legalmente constituídos.

A reincidência²⁴

Entender a motivação de indivíduos retornarem a delinquir é algo necessário para posteriores análises e pressupostos. Um dos aspectos que poderiam ser levados em conta é o fato de que a figura do reincidente é preteritamente confeccionada no interior dos estabelecimentos penais, produzindo a delinquência institucionalizada. Logo, a finalidade pela qual se destinam os estabelecimentos penais não cumpre com a proposta, não reintegra ou recupera tal parcela. Um ambiente hostil como a das prisões brasileiras não deveria, na prática, receber números consideráveis de reincidência.

Baseado em tal premissa, existe a reflexão de que as relações extramuros podem ser fatores determinantes. É preciso especular em que condições os egressos – de uma metodologia complexa e, por vezes, ineficiente – são devolvidos ao seio social. O contrário também é verdadeiro. Abalizado no que escreveu Foucault (2008), tem-se o espectro de que o Estado não alcança os objetivos perpetuados e poderá contribuir para a reincidência:

A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, se tem mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são em proporção considerável antigos detentos. [...] A prisão, consequentemente em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalha em meio à população, delinquentes perigosos (FOUCAULT, 1997, p. 221).

Em Minas Gerais, não é diferente. Dados do CNJ – Conselho Nacional de Justiça demonstram que cerca de 70% dos egressos do Sistema Prisional Mineiro reincidem na criminalidade. Paralelamente a isso, nas APACs, os mesmos dados ficam em torno de 15%. Curioso é que maioria dos estabelecimentos penais do Estado possui algum tipo de política pública voltada à ressocialização e ao atendimento do custodiado e, ainda assim, os números da delinquência tendem a aumentar. O fato é que a dignidade no cumprimento da pena e incentivo à profissionalização são pilares nesse processo.

Mas, a culpa não pode ser totalmente atribuída à institucionalização da pena. A sociedade corrobora para que os índices do aspecto *reincidência* alavanquem, sobretudo quando, ao ser o indivíduo reinserido em sociedade, ao ter sua pena decretada como cumprida ou “paga”, o mesmo ainda é visto como errante, carregando o estigma de alguém que ainda continua “lesando” ou “devendo” a sociedade. Com isso, as chances de reinserção ao trabalho digno, à posição de respeito como cidadão, entre outros, ficam alarmantemente restritas, assim como a pena restritiva de direitos.

Adorno e Bordini (1986), num estudo comparativo sobre o perfil social de reincidentes e não reincidentes em São Paulo, concluíram que não existe uma “natureza” ou “alma reincidente”. Se os reincidentes continuam na prática do crime, não é virtude de seus atributos pessoais, sociais ou jurídico-penal,

²⁴ Entende-se por reincidência quando o agente comete novo crime após trânsito em julgado de sentença que o tenha condenado por crime anterior (Código Penal Brasileiro).

necessariamente. O desenvolvimento de tal personalidade estaria ligado às práticas arbitrárias de punição estabelecidas no interior das prisões, no formato institucionalizado, condições que ofereceriam um reforço informal à continuidade criminosa.

SOCIALIZAR PARA RESSOCIALIZAR

Aspectos da socialização

Neste ponto, perguntamo-nos: pode o indivíduo acometido de delinquência, inserido compulsoriamente em políticas de reintegração (ainda que seja uma forma de punição pela lesão) que funcionam para uma massa homogênea, ter êxito na ressocialização, sabendo-se que ao mesmo não foram apresentadas em tempo pretérito iniciativas, práticas e reflexões sobre temas que o construiriam como ser social?

Nesse âmbito, não podemos desprezar a obra de Lukács (1979) sobre os pressupostos de Marx, literatura em que o mesmo define que o ser social é o produto das condições sociais determinadas historicamente. Os fatores o tornarão um ser condicionado, social, interdependente. Consustanciado por meio de sua atividade no interior das relações sociais, vai se compondo como um ser específico e imprimindo algo de seu às circunstâncias herdadas, modificando-as na medida em que prossegue.

Embora Giddens (1989) atribua às ações humanas em sociedade como intencionais e dotadas de consciência, podemos direcionar a perspectiva de que o indivíduo, por si próprio, não possui a capacidade de concepção de forma isolada.

Na perspectiva prisional, para o apenado que não teve contato com elementos socializadores, genericamente, não é a prisão ou o cumprimento da pena institucionalizada que promoverá a ressocialização do indivíduo. Embora as políticas públicas de ressocialização concebidas pelo governo mineiro, via subsecretaria, esforcem-se por, de fato, cumprirem, de forma notável, o que a letra da Lei ordena, elementos de ordem subjetiva, seja pela negligência do Estado, sociedade ou da família na formação do indivíduo social poderão ser diagnosticados tardeamente – quando o são –, significando um retrocesso no conceito de ressocialização e reintegração sadias.

A partir do momento em que o apenado – socializado ou não – passa a fazer parte da comunidade carcerária, se faz necessário o claro estabelecimento de uma parceria entre Estado, indivíduo e sociedade. Numa perspectiva neoliberal, retributiva – não humanista – e compensatória, nota-se que as políticas públicas são elaboradas para um público-alvo pré-estabelecido, distorcidos do ordenamento da individualização penal, flirtando com os paradigmas de um acordo por resultados numa roupagem travestida de controle social.

Percebe-se a existência e a resistência por uma política assistencialista somente, administrada gradativamente conforme as lideranças do poder. Tais configurações podem ser, em determinados grupos, postuladas como vindas do

meio externo e interno, tendo o poder um patamar vislumbrado como fundamental, mesmo quando são manifestadas através de relações, nesse caso, organizadas.

Segundo Bourdieu (2007), a dominação possui sempre uma dimensão simbólica. Partindo desta concepção, pode-se pressupor que os indivíduos se encontram submetidos ao controle de estruturas da sociedade sobre o bojo de estruturas dominantes (Estado), macroestrutura a partir da qual são coagidos a reproduzirem as orientações dela emanadas, mesmo sem ter conhecimento lúcido disso.

O aspecto educação, como ente socializador, deve ser lembrado. Para Durkheim (1987):

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se define (DURKHEIM, 1987, p. 41).

Com isso, a educação seria premissa para delinear o controle social no indivíduo em sua constituição como ser social, haja vista que a ideia do sistema de representação emana da sociedade.

Colateralmente, Berger e Luckmann apresentaram um modelo de socialização denominada “secundária”, a partir da qual é atribuído ao indivíduo o conceito totalitário de trabalho e sua distribuição social e familiarização. Paralelamente, tal sistemática aplica-se ao apenado, pois, se houveram as percepções concernentes aos agentes socializadores em tempo pretérito, o processo de ressocialização torna-se viável e acatável, num formato de realidade natural, sobretudo nas ditas Instituições Totais²⁵.

Ressocialização – capacidade transformadora

Em diversos casos, as relações de poder estudadas se tornam decisivas na determinação das relações em sociedade, sobretudo pela aquisição dos capitais²⁶, valendo-se dos métodos de percepção, apontando para a aquisição de um poder simbólico²⁷. As ações e políticas públicas estabelecidas perante o

²⁵ Apresentado por Erving Goffman em sua obra *Manicômios, Prisões e Conventos*, trata-se do lugar de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos, colocados numa mesma situação, cortados do mundo exterior por um período relativamente longo, levam em conjunto uma vida reclusa segundo modalidades explícita e minuciosamente regulamentadas.

²⁶ Bourdieu entende mais especificamente o capital econômico (renda, salários, imóveis), o capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), o capital social (relações sociais que podem ser revertidas em capital, relações que podem ser capitalizadas) e o capital simbólico (prestígio e/ou honra).

²⁷ Segundo Bourdieu, os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante na medida em que são estruturados, uma forma transformada e legitimada de outras formas de poder.

público prisional requerem um processo racional e não necessariamente e puramente mecânico ou natural. Nesse caso, a interação entre apenado e a estrutura ocorre num processo de reprodução e produção, afirmando, assim, a sua capacidade transformadora.

Em conformidade com a criminologia Marxista, parafraseando, efetivamente, vemos que só haverá a real ressocialização para reintegração quando houver mudanças nas relações sociais, domínio em que é imprescindível que ambos os lados, ressocializando e órgão ressocializador entendam a norma moral do termo e ainda percorram com paridade para o fim pleiteado legalmente, embora estejam em lados diferentes. Tal postura poderá ser vislumbrada como um coerente método ressocializador e não somente relações díspares entre as partes a fim de requerer a submissão pelo período de cumprimento de pena.

Pressupõe-se que, enquanto o indivíduo for objeto da pena, através das práticas legais e políticas públicas ofertadas pelo Estado, que o mesmo percorra o caminho para que seja devolvido ao meio social em época oportuna, exercitando, por meio das políticas públicas ministradas, o processo de interação dele para com a sociedade. Isto posto, se faz coesa a participação efetiva da sociedade na execução do apenado e do egresso.

A Secretaria de Estado de Defesa Social tem apresentado aspectos que caminham para uma preocupação que caminha no sentido de oferecer meios para a adequação e reformulação de suas políticas públicas prisionais, baseando-se no pressuposto da individualização da pena. Averigua-se que os espaços de atendimento existentes em unidades regidas pela SUAPI foram expandidos e a construção de novas unidades prisionais teve que atender ao padrão estabelecido pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.

Consoante, há uma preocupação em fomentar políticas públicas que possam garantir o retorno do egresso ao seio social, como é o caso do PRESP. De fato, é um desafio o processo ressocializador, proposta que é depositada na “conta do Estado” a empreitada de apresentar uma ressocialização viável a quem não entrou em contato com a socialização ou a desprezou por motivos variados. Assim, o estudo e o trabalho são incentivados via parcerias ou convênios com empresas públicas ou privadas com objetivo da formação profissional dos condenados.

Entende-se, nesse contexto, que o estudo é uma atividade laborativa intelectual. Mas, nesse bojo, tais políticas são somente a engrenagem em caráter temporal. Por isso, é necessário compreender de forma afetiva o valor da educação, único veículo capaz de transformar o viés transgressor do preso, mecanismo responsável pela descoberta dos reais valores, competências e habilidades.

E quem são os educadores? Nesse ínterim, todas as partes envolvidas nesse processo ressocializador, sejam gestores (técnico, administrativo ou operacional), família e apenados, orientados de forma uníssona, viabilizando o processo de forma consciente.

CONCLUSÃO

Nos pressupostos aqui abordados, entendemos que se faz necessária uma abordagem individualizada no cumprimento da pena, não só de forma teórica como também na prática, sobretudo pelo fato de que alguns indivíduos apenados não possuem registro de antecedentes socializadores no estágio de formação pessoal, profissional, cultural, como abordado.

Dessa forma, ressocializar alguém em estado de delinquência, sem ao menos questionar ao mesmo tempo o conjunto social normativo ao que se pretende incorporá-lo, significa pura e simplesmente aceitar como perfeita a ordem social vigente do “anseio social”, sem questionar ou adaptar nenhuma de suas estruturas, nem sequer aquelas relacionadas ao delito cometido.

Em conformidade com o pensamento de Guy Debord (1997), os processos de formação humana estão determinados, comprometidos com o formato adotado pela Sociedade do Espetáculo²⁸, organizada pelo modo de produção capitalista que reverbera nas condutas, promovendo a alienação dependente ao Estado. No caso em epígrafe, pode-se apontar, portanto, que as críticas e ideais de ressocialização não se dirigem somente contra a ressocialização como tal, senão também contra o meio empregado para consegui-la: o tratamento penitenciário.

No entanto, se as causas atenuantes que levaram o apenado ou egresso ao cárcere não forem particularmente acometidas, não há o que se promover quanto à verdadeira ressocialização. Serão somente números acordados por uma política eleitoreira temporal fetichizada²⁹ por controle social. E, com isso, a população carcerária tenderá a aumentar os investimentos em infraestrutura física e material também, bem como os problemas voltados à criminalidade e à sociedade, causando um rombo moral, econômico e de gestão.

Também, direta ou indiretamente, existe no meio estritamente carcerário o desenvolvimento de uma sociedade dita paralela, num formato de reconfiguração do Estado, uma subcategoria: uma cidade dentro das Cidades³⁰.

Ali, são alargadas as condições, normas e leis pré-estabelecidas, numa expectativa real de sobrevivência intra-cárcere na obtenção de um poder simbólico, conforme Pierre Bourdieu expôs. Na perspectiva da ressocialização, se os aspectos não forem captados, se a pena não obtiver o caráter individual/assistido, o pré-egresso ou egresso entrará num processo atenuante de reprodução e produção – nesse caso, do cárcere para o da sociedade –, como abordados anteriormente.

Embora seja sabido que a maioria dos estabelecimentos prisionais não possua estrutura material e humana para a efetiva ressocialização, percebe-se a

²⁸ Nesse caso, Debord traça uma luta acirrada contra a perversão da vida moderna e tudo que leve o homem a aceitação passiva perante os valores preestabelecidos pelo capital.

²⁹ Karl Marx apresenta o termo como forma de desprezar as relações sociais entre os indivíduos, mediadas pela questão mercadológica, uma desumanização.

³⁰ Aqui, refere-se ao conceito estipulado por PARK (1976), onde a cidade deveria ser algo mais do que uma aglomeração de pessoas, deveriam ser os costumes, os hábitos e as práticas sociais dos habitantes, ser compreendida não a partir de suas formas física e funcional, mas como um espaço “vivo”, dotado de um “espírito” próprio.

iniciativa do governo mineiro em apresentar formas alternativas de minimizar tal rombo como, por exemplo, o método APAC e, numa outra esfera, o PRESP, como fator complementar na fase egressa. Entretanto, o Estado destoa, contradiz. Desentoa quando incorre no risco de promover todos os processos de ressocialização pactuados, mas, apresenta a seus presos extrema precariedade nas condições de cumprimento da pena, além da falta de um corpo técnico especializado e comprometido com a ressocialização: a ponta do *iceberg* da parte introdutória do Capítulo.

Conclui-se, então, que as políticas efetivas de ressocialização em Minas Gerais têm buscado promover aquisição do conhecimento aos apenados, seja de forma laboral, educativa ou psicossocial, sensibilizando a importância de se adquirir uma nova comunhão social, aspecto esse que incidirá na capacidade intelectual do preso, na tomada de decisões perante aos desafios atuais e do porvir, o que poderá³¹ coibir a delinquência e a reincidência criminal, fazendo-o acrescentar em sociedade pelo fator (re)formador, tornando-o peça na engrenagem, não necessariamente e prioritariamente na engrenagem institucional das políticas públicas permeadas por Acordos de Resultados movidas pela cosmovisão das relações de lucro, mas sim na esperança de proporcionar ao ressocializando meios de promover o enfrentamento à aspectos socializadores, aperfeiçoando o processo de transformação de um ser social.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S.; BORDINI, E. *Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo: 1974 a 1985*. RBCS, v. 9, n. 3, p. 70-94, fev. 1986.
- ALBERGARIA, Jason. *Comentários à lei de execução penal*. Rio de Janeiro: AIDE, 1987.
- BERGER, Peter L. *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 17. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. 1930 - Violência simbólica e lutas políticas. In: *Meditações pascalianas*. Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.199-230.
- BRASIL. *Lei de execução Penal*. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.
- DEBORD, G. *A Sociedade do espetáculo e Comentários sobre a sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto Editora, 1997.
- Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28296-cnj-recomenda-expansao-das-apacs-para-a-reducao-da-reincidencia-criminal-no-pais>. Acessado em 09 de fevereiro de 2015.

³¹ Afinal, o simples fato de se vigorar uma regra ressocializadora não a torna aplicável, mesmo na individualização da pena.

AKEDIA

Disponível em <http://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/2999482/metodo-apac-reduz-reincidencia-criminal>. Acessado em 23 de fevereiro de 2015.

Disponível em <http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2014/10/presos-rebelados-de-guarapuava-libertam-mais-um-agente-penitenciario.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

Disponível https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=282&Itemid=115. Acessado em 23 de fevereiro de 2015.

Disponível https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=341&Itemid=165. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

Disponível https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=167. Acesso em 03 de março de 2015.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1987, p. 43.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. São Paulo: Saraiva. 2000, p. 207-208.

GIDDENS, Anthony. *Elementos da teoria da estruturação*.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

LUKÁCS, Gyögy. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MINAS GERAIS. Decreto nº 46.647 de 11/11/2014: *Dispõe sobre a Organização da Secretaria de Estado de Defesa Social*.

MINAS GERAIS. Lei Delegada nº 56: *Dispõe sobre a Secretaria de Estado de Defesa Social*.

MINAS GERAIS. Lei Delegada nº 117 de 25/01/2007: *Dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS*.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. PG.GP.01.02 – *Procedimento de Gestão para Ressocialização*.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Portaria nº 031, de 30 de maio de 2006 da Secretaria de Estado de Defesa Social. *Indica composição mínima para implantação de Comissões Técnicas de Classificação nas Unidades da Subsecretaria de Administração Penitenciária*.

MIOTTO, Armida Bergamini. *Temas penitenciários*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992, p. 18.

NORONHA, E. Magalhães. *Direito penal: introdução e parte geral*. 29 ed., v. 1. São Paulo: Saraiva, 1991.

AKEDIA

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: www.un.org. Acessado em 21 de fevereiro de 2015.

PARK, Robert. *A cidade*: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (Org.). *Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SAPORI, I. f. *Segurança Pública no Brasil*: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Disponível: [http://www.opiniãopública.ufmg.br/emdebate/\(2\)Artigo_Luis_Sapoti%5B1%.pdf](http://www.opiniãopública.ufmg.br/emdebate/(2)Artigo_Luis_Sapoti%5B1%.pdf). Acessado em 22 de novembro de 2014.

VILHENA, R.; Guimarães, T. et al. *O Choque de Gestão em Minas Gerais*. Políticas da Gestão Pública para o desenvolvimento. Minas Gerais: Editora UFMG. 2006.

DISCUSSÃO SOBRE O MODELO DE REEDUCAÇÃO SOCIAL DA APAC E SUA RELEVÂNCIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS

English title: DISCUSSION ON THE APAC SOCIAL RE-EDUCATION MODEL AND ITS RELEVANCE TO THE RESOCIALIZATION OF CONVICTS

CASTRO, Aparecida Helena Ferreira³²

PESSOA, Marcelo³³ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O presente capítulo é parte de um contexto maior de estudos sobre a gestão pública, tendo a APAC – Associação de Proteção e Amparo ao Condenado – como um de seus instrumentos, levando-se em consideração a humanização das penas e dos espaços onde devem ser cumpridas. Nesse sentido, promove-se reflexão sobre o método APAC e sua relevância na ressocialização dos apenados. Como metodologia, optou-se por adotar pesquisa bibliográfica, o que nos permitiu, a partir das informações coletadas, compreender melhor o funcionamento da Lei de Execução Penal e como ela se dá no âmbito do sistema carcerário brasileiro, propiciando dados importantes para novos estudos a respeito, que permitam, inclusive, compreender o impacto social da APAC na população.

PALAVRAS-CHAVE: APAC, Ressocialização, Apenados, Educação Urbana

ABSTRACT: This chapter is part of a larger context of studies on public administration, having the APAC (Association of Convicts Protection and Support) as one of its instruments, taking into account the humanization of the punishment and the places where it must be implemented. In this sense, it promotes reflection on the APAC method and its relevance in the resocialization of convicts. As a methodology, it was decided to adopt literature research, which allowed us, from the information collected to better understand the functioning of the Penal Execution Law and how it occurs in the Brazilian penitentiary system, providing important data for further studies that allow understanding the APAC social impact on the population.

KEYWORDS: APAC, Resocialization, Convicts, Urban Education

³² Graduada em Ciência e Tecnologia de Laticínios pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Graduada em Normal Superior pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC). Pós-graduada em Gestão Pública pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). e também Pós Graduada em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos. Trabalhou na Prefeitura de Frutal, Administração Fazendária Estadual, Secretaria da Junta de Serviço Militar de Frutal e na Fundação UNESCO-HidroEX. Trabalhei como Digitadora do Sus Fácil pela MGS e Operadora do SISREG/NIR - Regulação de pacientes na Upa São Benedito em Uberaba/MG. Trabalhei na UPA Mirante em Uberaba no setor de Ouvidoria. Atualmente trabalho no Setor da SEPLAN do Corpo de Bombeiros em Uberaba pela Minas Gerais Administração e Serviços. Experiência em gestão pública, área administrativa, governança e secretariado

³³ Docente do DLLCA – Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes / UEMG. Dr. em Letras / UEL – 2010. Doutorando em Linguística – UFSCAR – 2024-2028. Fomento Edital 04-2024 – FAPEMIG / UEMG / PCRH.

INTRODUÇÃO

Ninguém é irrecuperável³⁴.

A ressocialização de apenados no Brasil se mostra assunto controverso, principalmente quando a sociedade tem se mobilizado, especialmente pelas redes sociais, mas, também, por outros suportes midiáticos, exigindo do Poder Público a aplicação de penas mais severas, diante do grande número de crimes praticados no país (latrocínio, homicídios, assaltos, tráfico, estupro, dentre outros), com destaque quando esses crimes são praticados por menores de idade. Paralelamente, é dever do Estado garantir condições humanas aos apenados em seu sistema prisional, para que tenham predicados para se reeducar e se inserir novamente na vida em sociedade, pois, de acordo com a Lei de Execução Penal, em seu artigo primeiro, a “Execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (LEI 7210/84).

A integração social, para efeitos deste nosso texto, direciona a compreensão da execução penal para além da punição, a qual atinge o ápice privativo com a perda da liberdade (de acordo com o regime de execução da pena), reforçando a ideia de se garantir meios anteriores à privação de liberdade para que o apenado possa voltar ao convívio social. Portanto, é preciso lançar meios que permitam sua ressocialização e que estejam em atendimento à referida Lei, uma vez que a recuperação, a ressocialização, a readaptação, a reinserção, a reeducação social e a reabilitação de modo geral são sinônimos que dizem respeito ao conjunto de atributos que permitem ao indivíduo tornar-se útil a si mesmo, à sua família e à sociedade (FIGUEIREDO *et al.*, 2015).

É neste contexto social e cultural que surge a APAC³⁵ – Associação de Proteção e Amparo ao Condenado e, deste ponto, é que partem nossas reflexões.

As APACs são entidades civis de direito privado, com personalidade jurídica própria, responsáveis pela administração de Centros de Reintegração Social. Elas operam como parceiras dos poderes Judiciário e Executivo na execução penal e na administração das penas privativas de liberdade, nos regimes fechado, semiaberto e aberto. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, existem cerca de 150 APACs juridicamente organizadas em todo o território nacional, algumas funcionando sem a presença da polícia ou de agentes armados.

Conforme se verifica em seu site³⁶, a APAC tem como objetivo “promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena.

³⁴ Lema da FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados.

³⁵ In: http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17953:metodo-APAC-reduz-reincidencia-criminal&catid=223:cnj&Itemid=583

³⁶ <http://www.dac.mg.gov.br>

AKEDIA

Seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar".

Para atingir o objetivo apaqueano, inscreve-se um método diferenciado, conferindo à APAC relevante distinção do sistema carcerário comum, fundamentando-se o método APAC na disciplina, no trabalho e na possibilidade do cumprimento da pena na terra natal ou próximo dela, como se verá a seguir.

O trabalho da APAC, de acordo com o portal eletrônico da própria associação, dispõe de um método de valorização humana, fortemente vinculado à evangelização, para oferecer ao condenado condições de se recuperar, buscando, numa perspectiva mais ampla, a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas.

Com relação à diferença entre a APAC e o sistema carcerário comum, informa-se que, na APAC, os presos, denominados de recuperandos, são corresponsáveis por sua própria reinserção social e cultural. Sendo-lhes garantidas: assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestada pela comunidade. A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores das entidades, sem a presença de policiais e agentes penitenciários.

Pelo método apaqueano, os recuperandos frequentam cursos supletivos e profissionais, realizam atividades variadas, evitando a ociosidade. Repercutindo ainda os fatos coletados pelo portal, sabe-se que a metodologia APAC se fundamenta no estabelecimento de uma disciplina bem rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e o envolvimento da família do sentenciado no processo de ressocialização.

Destaca-se ainda a municipalização da execução penal, ou seja, o condenado cumpre a sua pena em presídio de pequeno porte, com capacidade para, em média, 100 (cem) recuperandos, dando-se preferência para que o preso permaneça em sua terra natal ou onde reside sua família.

O método pressupõe 12 pilares, que são seus elementos fundamentais para se atingir o êxito de recuperação do apenado. Para discorrer sobre esses pilares, há a necessidade de uma breve contextualização em que se situa a proposta de reinserção social na realidade penitenciária brasileira, levando-se em consideração o que preceitua a Lei de Execução Penal.

Desse modo, intentamos aqui, promover uma discussão sobre o modelo APAC e sua relevância na ressocialização dos apenados, tratados por ela, assim, simultaneamente por *recuperandos* ou por *reeducandos*.

O presente Capítulo pretende, por meio, especialmente de uma revisão de dados divulgados pelos sítios eletrônicos do governo e das instituições prisionais envolvidas, realizar reflexões sobre o sistema prisional brasileiro e as suas práticas educativas.

Por isso, faz-se necessário situar a APAC no contexto judicial brasileiro, trabalho que realizamos na primeira seção do texto.

AKEDIA

Na segunda parte, discutimos os pilares fundamentais do método APAC, alinhavando as relações sociais e culturais com a comunidade que a cerca.

No terceiro tópico do texto, apresentamos ao leitor o “Programa Novos Rumos”, instituto mineiro geminado e incentivador da APAC, engendrado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG.

No quarto momento da escrita, fazemos uma breve explanação sobre a população carcerária brasileira e mineira. E, em seguida, realizamos uma discussão, confrontando os pilares fundamentais da APAC com os dados dispostos sobre o perfil da população carcerária.

Finalmente, chegamos, após essa fase, às conclusões e referências, as quais, por sinal, se não deram a conhecer contribuições visíveis, no que tange à presença de citações textuais ao longo do Capítulo, é certo que nos ajudaram a formular juízos e estabelecer importantes cenários de reflexão.

O INÍCIO DA APAC³⁷

Pensar a APAC é arrazoar sobre um contexto de maior humanização das penas, partindo, inclusive, da doutrina social da Igreja, posto que o termo APAC, inicialmente, era um acrônimo para a expressão linguística “Amando o Próximo Amarás Cristo”. Portanto, naquele momento de sua constituição, a APAC se torna um dos instrumentos orientadores da Igreja Católica³⁸ no Brasil para os temas sociais, notadamente aquele relacionado com o sistema prisional.

A APAC tem seu início em São José dos Campos – SP, em 1972, no presídio de Humaitá, por iniciativa do advogado Mário Ottoboni e de um grupo de voluntários cristãos, participantes da Pastoral Penitenciária, com vistas a evangelizar e dar apoio moral aos presos. A partir daí é desenvolvido um método próprio.

Em 1974, houve por bem transformar a APAC numa entidade jurídica para se oferecer um melhor atendimento à população carcerária, possibilitando a expansão do método a outros presídios. Em 1985, quando foi fundada como associação civil, sem fins lucrativos, teve registrado seu primeiro Estatuto³⁹. Com sua transformação em pessoa jurídica, a instituição “Amando o Próximo Amarás Cristo” torna-se APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

De lá para cá, o Estado mineiro se tornou o principal implementador e difusor do método APAC, com a instituição do “Programa Novos Rumos” na Execução Penal, criado no ano de 2001, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), a partir do qual se buscava a humanização no cumprimento das penas privativas de liberdade, mediante a aplicação do método APAC. Ao todo, em Minas Gerais, há 36 APACs consolidadas e 61 em implantação⁴⁰.

³⁷ In: <http://www.APACitauna.com.br/index.php/institucional/dr-mario-ottoboni>

³⁸ Doutrina social da Igreja. In: <http://www.aleteia.org/pt/politica/q-a/o-que-e-a-doutrina-social-da-igreja-112037>

³⁹ In: <http://www.APACitauna.com.br/index.php/institucional/surgimento>

⁴⁰ In: <http://www.tjmg.jus.br/portal/acoes-e-programas/novos-rumos/APAC/>

O MÉTODO APAC⁴¹ – ELEMENTOS FUNDAMENTAIS

Por que método? Porque se trata de uma metodologia que rompe com o sistema penal vigente, cruel em todos os aspectos e que não cumpre a finalidade precípua da pena: preparar o condenado para ser devolvido em condições de conviver harmoniosa e pacificamente com a sociedade. O Método cuida em primeiro lugar da valorização humana da pessoa que errou e que, segregada ou não, cumpre pena privativa de liberdade (OTTOBONI, 2014, p. 33).

O método APAC se baseia em doze elementos fundamentais, e o seu êxito depende da efetividade deste conjunto de elementos, os quais estão elencados a seguir, conforme cartilha de 2009, do Superior Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

Primeiro: Participação da comunidade: A APAC somente poderá existir com a participação da comunidade organizada, pois compete a ela a grande tarefa de introduzir o método nas prisões e de reunir forças da sociedade em prol deste ideal. Periodicamente, a APAC deve desenvolver ações de sensibilização e mobilização da comunidade por meio de Audiências Públicas (convite às principais lideranças civis, políticas, sociais), Seminário de Estudos sobre o Método APAC, Formação de Voluntários, campanhas nos veículos de comunicação local e também para conquista de sócios-contribuintes.

Segundo: Recuperando ajudando o recuperando: O ser humano nasceu para viver em comunidade. Por essa razão, existe a imperiosa necessidade do preso ajudar o outro apenado em tudo o que for possível, para que o respeito se estabeleça, promovendo a harmonia do ambiente. É por esse mecanismo que o recuperando aprende a respeitar o semelhante. Por meio da representação de cela e da constituição do CSS – Conselho de Sinceridade e Solidariedade, composto tão-somente de recuperandos, busca-se a cooperação de todos para a melhoria da segurança do presídio e para as soluções práticas, simples e econômicas dos problemas e anseios da população prisional, mantendo-se a disciplina.

Terceiro: Trabalho: O trabalho deve fazer parte do contexto e da proposta, porém, não deve ser o único elemento fundamental, pois somente ele não é suficiente para recuperar o preso. Se não houver reciclagem de valores, se não melhorar a autoestima, fazendo com que o cidadão que cumpre a pena se descubra, se conheça e enxergue seus méritos, nada terá sentido. No regime fechado, a APAC se preocupa tão somente com a recuperação do sentenciado, promovendo a melhoria da autoimagem e fazendo aflorar os valores intrínsecos do ser humano. Nessa fase, o recuperando pratica trabalhos laborterápicos e outros serviços necessários ao funcionamento do método, todos voltados para

⁴¹ In: http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/Mateiral_de_Apoio/APAC/Manual_projeto_Novos_Rumos_2009.pdf.

ajudar o preso a se reabilitar. No regime semiaberto, cuida-se da formação de mão-de-obra especializada, através de oficinas profissionalizantes instaladas dentro dos Centros de Reintegração, respeitando-se a aptidão de cada recuperando. No regime aberto, o trabalho tem o enfoque de inserção social, já que o recuperando presta serviços à comunidade, trabalhando fora dos muros do Centro de Reintegração. Existe ainda o acompanhamento dos que se encontram em livramento condicional para os ex-recuperandos que manifestem necessidade.

Quarto: Religião: A importância de se fazer presente a experiência de Deus, ter uma religião, amar e ser amado, sem imposição de credos, desde que pautada pela ética, levando à transformação moral do recuperando.

Quinto: Assistência Jurídica: Sabe-se que 95% dos presos não reúnem condições para contratar um advogado e a ansiedade cresce, especialmente na fase de execução da pena, quando o preso toma conhecimento dos inúmeros benefícios facultados pela lei. Por isso, em todo o momento, o recuperando está preocupado em saber sobre o andamento do seu processo, para conferir o tempo que lhe resta na prisão. O método APAC recomenda uma atenção especial a esse aspecto do cumprimento da pena, advertindo que a assistência jurídica gratuita deve restringir-se somente aos condenados que manifestarem adesão à proposta apaqueana e revelarem bom aproveitamento.

Sexto: Assistência à saúde: São oferecidas as assistências médica, psicológica, odontológica e outras, de modo humano e eficiente, por meio do trabalho voluntário de profissionais dedicados à causa apaqueana. O atendimento a essas necessidades é vital, já que, se não atendidas, criam um clima insuportável e extremamente violento, foco gerador de fugas, rebeliões e mortes. Por isso, é fácil deduzir que a saúde deve estar sempre em primeiro plano, para evitar sérias preocupações e aflições do recuperando.

Sétimo: Valorização humana: É a base do método APAC, uma vez que ele busca colocar em primeiro lugar o ser humano, e, nesse sentido, todo o trabalho é conduzido de modo a reformular a autoimagem da pessoa que errou. Em reuniões de cela, com a utilização de métodos psicopedagógicos, é realizado grande esforço para fazer o recuperando voltar seu pensamento para a valorização de si mesmo; convencê-lo de que pode ser feliz e de que não é pior que ninguém. A educação e o estudo devem fazer parte deste contexto de valorização humana, uma vez que, em âmbito mundial, é grande o número de presos que têm deficiências neste aspecto. Além disso, a melhoria das condições físicas do presídio, alimentação balanceada e de qualidade, concurso de composição e até mesmo a utilização de talheres para as refeições são aspectos que fazem com que os recuperandos se sintam valorizados.

Oitavo: A família: No Método APAC, a família do recuperando é muito importante, por isto, existe a necessidade da integração de seus familiares em

todos os estágios da vida prisional, como um dos pilares de recuperação do condenado. Nesse sentido, empreende-se um grande esforço para que os elos afetivos familiares não sejam rompidos. A participação da família é importante após o cumprimento da pena, como forma de continuidade do processo de inserção social. Nota-se que, quando a família se envolve e participa da metodologia, é a primeira a colaborar no sentido de que não haja rebeliões, fugas, conflitos. As vítimas ou seus familiares também precisam receber a atenção e os cuidados da APAC. É preciso que se constitua um departamento próprio para organizar essa função.

Novo: O Voluntário e sua formação: O trabalho apaqueano é baseado na gratuidade, no serviço ao próximo, como demonstração de amor e carinho para com o recuperando. A remuneração deve restringir-se apenas e prudentemente às pessoas destacadas a trabalhar no setor administrativo. Para desenvolver sua tarefa, o voluntário precisa estar bem preparado. Com este objetivo ele participa de um curso de formação, normalmente desenvolvido em 42 aulas. Nesse período, ele conhecerá a metodologia, desenvolvendo suas aptidões para exercer o trabalho com eficácia e forte espírito comunitário. A APAC procura despertar os voluntários para a seriedade da proposta, evitando toda forma de amadorismo e improvisação. A grande maioria dos recuperandos tem uma imagem negativa do pai, da mãe ou de ambos ou mesmo daqueles que os substituíram em seu papel de amor. É nesse campo, por exemplo, que entra a presença voluntária dos “casais padrinhos”, que têm a tarefa de ajudar a refazer as imagens desfocadas e negativas dos pais, com fortes projeções na imagem de Deus. Somente quando o recuperando estiver em paz com estas imagens, estará apto e plenamente seguro para retornar ao convívio da sociedade.

Décimo: Centro de Reintegração Social – CRS: A APAC criou o Centro de Reintegração Social e, nele, três pavilhões - destinados aos regimes fechado, semiaberto e aberto, não frustrando, assim, a execução da pena. O estabelecimento do CRS oferece ao recuperando a oportunidade de cumprir a pena próximo de seu núcleo afetivo: família e amigos. Isso facilita a formação de mão-de-obra especializada, favorecendo a reintegração social e respeitando os direitos do condenado.

Décimo Primeiro: Mérito: A vida prisional do recuperando é minuciosamente observada, no sentido de apurar seu mérito e a consequente progressão nos regimes. Com o cumprimento da pena de maneira justa e eficiente, tanto o recuperando quanto a sociedade estarão protegidos. Para tanto, é imperiosa a necessidade de uma Comissão Técnica de Classificação – CTC – composta de profissionais ligados à metodologia, seja para classificar o recuperando quanto à necessidade de receber tratamento individualizado, seja para recomendar, quando possível e necessário, os exames exigidos para a progressão dos regimes e, até mesmo, cessação de periculosidade, dependência toxicológica e insanidade mental. Esse trabalho deve ser confiado a profissionais competentes e comprometidos com o método APAC. Neste aspecto pesa, inclusive para a

apuração do mérito do condenado, o pedido de perdão à vítima, porque essa atitude demonstra que os verdadeiros valores da vida foram repensados pelo recuperando.

Décimo Segundo: A Jornada de Libertação com Cristo: Constitui-se no ponto alto da metodologia. É um encontro anual estruturado em palestras – misto de valorização humana e religião – meditações e testemunhos dos participantes, cujo objetivo é provocar no recuperando a adoção de uma nova filosofia de vida, num evento de quatro dias de reflexão e interiorização de valores. Os recuperandos dos três regimes (fechado, semiaberto e aberto) deverão participar da Jornada em algum momento do cumprimento da pena, preferencialmente durante o regime fechado.

PROGRAMA “NOVOS RUMOS” – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

A Resolução nº 433/2004⁴², da Corte Superior do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em seu artigo primeiro, institui o “Projeto Novos Rumos na Execução Penal”, com o objetivo de incentivar a criação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC –, apoiando sua implantação nas comarcas ou municípios do Estado de Minas Gerais.

O referido projeto se tornou um programa⁴³, a partir de cinco frentes de atuação: a) o Grupo de Cooperação Judicial – GCJ –, que busca a efetividade da Justiça criminal no Estado de Minas Gerais; b) a implantação e a consolidação do método adotado pela APAC, como política pública para o cumprimento das penas privativas de liberdade em Minas Gerais; c) a implantação do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental – PAI-PJ – em todo o Estado de Minas Gerais; d) o gerenciamento das ações do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Medidas Socioeducativas e de Segurança – GMF –; e, e) o Projeto Começar de Novo – PCN –, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ –, que tem o escopo de promover a colocação profissional de condenados e egressos do sistema prisional no mercado de trabalho.

O “Programa Novos Rumos” incorpora aspectos que determinam como deve se dar a Lei de Execução Penal, levando-se em consideração que a privação da liberdade deve acontecer de forma humanizada e como processo de reeducação do condenado. Nesse sentido, o Programa identifica-se com a APAC, por causa do êxito de suas ações no Estado, ao mesmo tempo em que é o instrumento de concretização das medidas de ressocialização no Estado mineiro, incentivando sua implantação nas comarcas sob sua jurisdição.

⁴² <http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re04332004.PDF>

⁴³ http://ftp.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/cartilha_APAC.pdf

POPULAÇÃO CARCERÁRIA

A seguir, apresentam-se algumas características da população carcerária brasileira e em Minas Gerais, por este ser o Estado em que a APAC tem o maior número de unidades.

No Brasil

De acordo com a EBC⁴⁴ – Empresa Brasil de Comunicação –, em reportagem de Marcelo Brandão, a população carcerária aumentou mais de 400% em 20 anos.

Ele⁴⁵ explica que as cenas de prisões superlotadas, cercadas de violência e maus-tratos, que foram vistas em 2013, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão – MA, refletem os problemas de todo o sistema carcerário brasileiro.

Ainda, segundo a reportagem, dados do Ministério da Justiça (MJ) mostram o ritmo crescente da população carcerária no Brasil. Entre janeiro de 1992 e junho de 2013, enquanto a população total cresceu 36%, o número de pessoas presas aumentou 403,5%.

A referida matéria informa que, de acordo com o Centro Internacional de Estudos Penitenciários, ligado à Universidade de Essex, no Reino Unido, que a média mundial de encarceramento é de 144 presos para cada 100 mil habitantes. No Brasil, o número de presos atinge o patamar de 300 apenados para cada 100 mil habitantes (o dobro da média internacional).

De acordo com o mesmo repórter⁴⁶, o diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Ministério da Justiça, Augusto Eduardo Rossini, explicou que o aumento de esforços de segurança pública é um dos fatores determinantes para explicar o grande número de presos no Brasil, e que houve, no dizer do diretor-geral, um esforço grande no sentido do aparelhamento das polícias, para elas terem mais eficácia, não só eficiência.

A reportagem destaca que, em 2014, são aproximadamente 574 mil pessoas presas no Brasil, sendo que esta já é a quarta maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (2,2 milhões), da China (1,6 milhão) e da Rússia (740 mil).

Para Douglas Martins, do Conselho Nacional de Justiça:

Estamos inseridos em uma sociedade que, lamentavelmente, tem aquela sensação de que a segurança pública depende do encarceramento. Se nós encarcerarmos mais pessoas, nós vamos

⁴⁴ In: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/populacao-carceraria-aumentou-mais-de-400-nos-ultimos-20-anos-no-brasil. Reportagem do dia 24/3/2014.>

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibidem.

conseguir a paz no país. Se isso fosse verdade, já teríamos conquistado a paz há muito tempo (MARTINS, 2014: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/populacao-carceraria-aumentou-mais-de-400-nos-ultimos-20-anos-no-brasil>).

A reportagem da EBC foi publicada em seu *site*, no dia 24/3/2014, porém, no dia 05/06/2014, o portal do Conselho Nacional de Justiça⁴⁷ – CNJ –, por meio de sua agência de notícias, divulgou dados sobre a nova população carcerária do Brasil – por *nova*, entenda-se *atual*, no ano de 2014 – que é de 711.463 presos. Esse número leva em conta as 147.937 pessoas em prisão domiciliar. Porém, se for levado em consideração o número de mandados de prisão expedidos, que é de 373.991, a população prisional saltaria para 1.085.454.

Na mesma notícia, o CNJ informa que o novo número da população carcerária estabelece um *déficit* de 206 mil vagas no sistema prisional e, considerando-se as prisões domiciliares, o déficit passaria para 354 mil vagas.

Percebe-se, nisso, que há uma diferença substancial em relação aos números dados pela EBC e pelo CNJ. Certamente essa diferença se deve à inclusão do número de pessoas em prisão domiciliar, incorporadas pelo Conselho Nacional de Justiça em seu censo. Há, ainda, a diferença numérica da população carcerária em relação à Rússia. Para a EBC, 740 mil; para o CNJ, 676.400 presos, fato que colocaria o Brasil, ora em terceira posição, ora em quarta, dependendo do apuro desse dado.

Em Minas Gerais

Em 2013⁴⁸, o Estado de Minas Gerais contava com 46.500 detentos, o triplo de dez anos antes, e com déficit de 17.085 vagas em seu sistema carcerário, o que corresponde a 36.74% a mais de presos para as 29.415 vagas disponíveis. O percentual sobressalente não está distribuído de maneira uniforme entre os presídios mineiros. Há casos em que há cinco presos por vaga.

De acordo com a SEDS⁴⁹ – Secretaria de Estado de Defesa Social –, foram feitas 41.739 detenções no primeiro semestre de 2013, figurando um aumento de 15,2% em relação aos seis primeiros meses de 2012, quando ocorreram 36.205 registros. Com as entradas e as saídas no sistema prisional, a média anual de aumento da população carcerária vem girando em torno de 4.000 pessoas nos últimos três anos.

Ainda, segundo a SEDS⁵⁰, a meta é criar 14.500 vagas nos próximos dois anos, em relação a 2013.

⁴⁷ In: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>.

⁴⁸ In: <http://www.otempo.com.br/cidades/n%C3%A9mero-de-presos-em-minas-gerais-triplica-em-dez-anos-1.695476>.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Ibidem.

Considerando-se esses números, o sistema carcerário terá 12.000 detentos a mais até o fim de 2015, e, consequentemente, déficit de 14.585 vagas.

É importante destacar que, dentre os 46.500 detentos (em 2013), não estão incluídos aqueles presos que aguardam transferência em delegacias e cadeias.

Perfil da população carcerária brasileira

A população carcerária no Brasil é composta predominantemente por jovens negros ou mestiços de baixa renda, independentemente do gênero, conforme é apontado a seguir.

Em entrevista ao portal JusBrasil⁵¹, em 2014, o jurista Luiz Flávio Gomes⁵² respondeu a uma série de perguntas, com base no levantamento da população carcerária brasileira em 2012. Das sete perguntas feitas ao jurista, para atendimento ao presente tópico, que busca traçar o perfil da população carcerária brasileira, são apresentadas as respostas dadas a três delas.

Indagado sobre quem são os presos no Brasil, Luiz Flávio respondeu que, em 2012, o sistema penitenciário brasileiro manteve o mesmo perfil de presos que nos anos anteriores. Isso em relação à raça, cor ou etnia, sendo os pardos, naquele ano, maioria no sistema penitenciário, com 43,7% de presença nas prisões brasileiras. Os de cor branca 35,7%, os negros 17%, a raça amarela com 0,5%, e os indígenas com 0,2%. Outras raças e etnias apontaram 2,9% de presença.

Em relação à questão sobre o nível de escolaridade do preso, o jurista respondeu que a maioria dos presos, em 2012, tinha o Ensino Fundamental incompleto (50,5%); 14% deles eram alfabetizados; 13,6% tinham Ensino Fundamental completo, 8,5 haviam concluído o Ensino Médio; 6,1% eram analfabetos; 1,2% tinha Ensino Médio incompleto; 0,9% haviam chegado à universidade, mas, sem conclusão; 0,04% concluíram o Ensino Superior e 0,03% chegou a um nível acima de superior completo; 5,13% não havia informação.

Quando perguntado se os jovens eram a maioria dos presos, Luiz Flávio disse que sim, apresentando as seguintes estatísticas: os jovens de 18 a 24 anos eram maioria nas penitenciárias brasileiras, em 2012 (29,8%). Entre a faixa etária dos 25 a 29 anos, a taxa foi de 25,3%. Do restante, 19,1% tinham entre 30 e 34 anos; 17,4% entre 35 e 45 anos, 6,4% entre 46 e 60 anos, 1% acima de 60 anos e 1% não informaram.

Para o jurista, o perfil do preso brasileiro se mantém há anos entre os jovens pardos e de baixa escolaridade. Segundo ele, essa situação permanece pela falta de políticas públicas realmente eficazes de inserção do jovem na atual sociedade.

⁵¹ In: <http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121932332/perfil-dos-presos-no-brasil-em-2012>

⁵² Jurista e professor. Fundador da Rede de Ensino LFG. Diretor-presidente do Instituto Avante Brasil. Foi Promotor de Justiça (1980 a 1983), Juiz de Direito (1983 a 1998) e Advogado (1999 a 2001).

DISCUSSÃO

Todo homem é maior que seu erro⁵³.

Como a proposta inicial do presente Capítulo é promover discussão sobre o modelo APAC e sua relevância na ressocialização dos apenados, levando em consideração que o objetivo⁵⁴ desse modelo é promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena, com o propósito de evitar reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar, de acordo com o que determina a Lei de Execução Penal e a instituição do “Programa Novos Rumos”, pelo TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Assim, discutem-se, a seguir, os pilares que sustentam tal modelo, considerando também os aspectos característicos da população carcerária brasileira.

Participação da comunidade

A APAC, como instrumento de ressocialização, é resultado da participação da comunidade organizada, que busca e promove formas alternativas de cumprimento de penas, a partir de trabalhos colaborativos entre o sistema prisional e a sociedade.

De acordo com dados do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, a maioria da população carcerária brasileira é constituída de jovens pardos com pouca instrução formal. Nesse sentido, os esforços que incluem a participação ativa da comunidade humaniza o cumprimento da pena e concretiza a finalidade da punição, que é o de reeducar.

Recuperando ajudando o recuperando

Se o primeiro pilar do método APAC é a participação da comunidade, na sequência vem aquele que estabelece vínculo de solidariedade entre os apenados, com base na cooperação mútua, o que permite, de acordo com a proposta, melhorar a segurança do presídio e colocar em prática soluções concretas que atendam aos anseios da população prisional, mantendo-se a disciplina.

O artigo 10 da Lei de Execução Penal – LEP – informa que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, portanto, como a APAC é um instrumento a serviço do judiciário e, por extensão, do Estado no cumprimento

⁵³ Lema do Programa Novos Rumos.

⁵⁴ In: http://www8.tjmg.jus.br/responsabilidade_social/folder.pdf

de medidas punitivas, o estabelecimento desse pilar, como parte do método, torna os apenados corresponsáveis pela recuperação uns dos outros e pela manutenção da disciplina na unidade em que cumprem a pena, garantindo que não percam a base de civilidade e de ajuda mútua que deve marcar a vida em sociedade.

Trabalho

Este pilar se apresenta sob três aspectos, de acordo com o regime de cumprimento da pena: 1º) no regime fechado, há a laborterapia, cuja finalidade é promover a autoimagem e aflorar os valores intrínsecos do ser humano; 2º) no regime semiaberto, em que se busca a formação de mão-de-obra especializada, por meio de oficinas profissionalizantes instaladas dentro dos Centros de Reintegração, respeitando-se a aptidão de cada recuperando; 3º) no regime aberto, o trabalho tem o enfoque de inserção social, já que o recuperando presta serviços à comunidade, trabalhando fora dos muros do Centro de Reintegração.

Quando se analisa esse pilar sob a perspectiva da Lei de Execução Penal, de acordo com o “Programa Novos Rumos” e com o perfil do apenado brasileiro, tem-se que o cumprimento da pena, além de ser humanizado, deve garantir a reinserção social, e o trabalho, nos três aspectos apresentados, promove a autoestima, desenvolve habilidades e aprimora competências.

Religião

A vivência da espiritualidade, que é a base deste quarto pilar, permite ao reeducando ressignificar sua vida com base em preceitos morais e éticos, promovendo o conforto espiritual, fortalecendo a experiência de amar e ser amado.

A religião, como um dos pilares do método APAC, reforça o respeito pela vida, podendo ser um norte na reinserção social, que é a proposta da LEP, ao mesmo tempo em que estimula a vida em comunidade.

Assistência Jurídica

Como a APAC é um esforço da comunidade organizada para atender à LEP, este quinto pilar se baseia na assistência jurídica gratuita em que, por meio do trabalho cooperativo com a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB –, os recuperandos, em quase sua totalidade (95%)⁵⁵, que não têm condições para contratar um advogado, contam com orientações e assistências desses

⁵⁵ Conforme a revista Âmbito Jurídico.com.br, *In: Realidade do Sistema Prisional no Brasil.* http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1299.

profissionais, permitindo-lhes conhecer e usufruir dos benefícios facultados pela lei.

Este pilar está de acordo com o artigo 16 da LEP, cuja redação diz que as Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, ofertados pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais. Esse artigo contém três incisos que complementam e situam sua aplicação:

§ 1º As Unidades da Federação deverão prestar auxílio estrutural, pessoal e material à Defensoria Pública, no exercício de suas funções, dentro e fora dos estabelecimentos penais.

§ 2º Em todos os estabelecimentos penais, haverá local apropriado destinado ao atendimento pelo Defensor Público.

§ 3º Fora dos estabelecimentos penais, serão implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.

Por maior que seja o esforço da Defensoria Pública, parte considerável dos apenados não dispõe de assistência jurídica. De acordo com o site [baraoemfoco.com.br](http://www.baraoemfoco.com.br)⁵⁶, estima-se que até nove (9) mil pessoas estejam atrás das grades, apesar de já terem cumprido pena condenatória e que na maior parte dos casos, a soltura só não ocorreu ainda porque muitos não têm defensores que comuniquem ao juiz o cumprimento da pena. Para o site em questão, se forem levados em conta os que aguardam julgamento em prisão preventiva, de acordo com Departamento Penitenciário Nacional – Depen – do Ministério da Justiça, estima-se que o país tenha hoje aproximadamente 133 mil pessoas em prisão preventiva, ou seja, 30% da população carcerária brasileira.

Portanto, a assistência jurídica, como parte do método de ressocialização, é parte relevante na humanização e no cumprimento da pena.

Assistência à saúde

A APAC oferece, com base no desenvolvimento de parcerias e de trabalho voluntário, assistências médica, psicológica, odontológica. Nesse sentido, está de acordo com o artigo 14 da LEP, que garante assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreendendo atendimento médico, farmacêutico e odontológico.

⁵⁶ <http://www.baraoemfoco.com.br/barao/noticias/novembro08/presos.htm>

Valorização humana

Este pilar comprehende a base do método apaqueano, que busca reformular a autoimagem de quem errou. Para tanto, utilizam-se reuniões, com a aplicação de métodos psicopedagógicos, para fazer o recuperando voltar seu pensamento para a valorização de si mesmo. A valorização humana, como pilar, insere a educação e o estudo, como forma de melhorar a formação dos apenados e a melhoria das condições físicas do presídio.

Levando-se em consideração a pouca instrução formal dos condenados, de acordo com levantamento do CNJ, esse sétimo pilar pode despertar o desejo de transformação neles, posto que se sentem valorizados em sua condição humana.

A família

Por meio desse pilar, o método APAC busca evitar o rompimento dos laços familiares, promovendo a participação da família do recuperando em todos os estágios da vida prisional.

Como a maior parte dos apenados é de jovens entre 18 e 24 anos, o contato com a família no processo de reeducação fortalece aspectos importantes da vida em sociedade, como o fortalecimento da noção de família, daqueles que porventura já sejam pais, ou da constituição de uma.

O Voluntário e sua formação

Por seu caráter de conjugação das forças sociais, com vistas à humanização das penas, a APAC se assenta sobre o trabalho gratuito de serviço ao próximo, sendo remuneradas apenas as pessoas do setor administrativo.

Nesse sentido, o método incorpora e estimula o voluntariado, concretizando, por meio da participação solidária, como preconiza o artigo quarto da LEP: “O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança”.

Centro de Reintegração Social – CRS

O estabelecimento do CRS oferece ao recuperando a oportunidade de cumprir a pena próximo de seu núcleo afetivo: família e amigos. Isso facilita a formação de mão-de-obra especializada, favorecendo a reintegração social e respeitando os direitos do condenado.

Por meio dos CRS os detentos têm relativa autonomia para desenvolver atividades com vistas à reintegração social, como cursos profissionalizantes, aulas do ensino regular e até superior, de acordo com o modelo de cooperação da APAC em cada município. Isso vem ao encontro da LEP, quando em seu artigo

22, estabelece que “a assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade”.

Mérito

O décimo primeiro pilar do método APAC se baliza pela apuração do mérito do apenado, com vistas à progressão do regime de acordo com o cumprimento da pena de modo justo e eficiente. A análise do mérito é feita pela Comissão Técnica de Classificação – CTC.

Esse pilar é a culminância do bom cumprimento dos outros pilares já destacados, visto que o mérito é resultado do comprometimento, do trabalho de cooperação mútua, da vontade de mudar e se reinserir na vida em sociedade, o que pode impactar positivamente um dado preocupante em relação à reincidência dos presos na prática de ilícitos, pois, de acordo com o Ministro Cezar Peluso⁵⁷, do STF, em apresentação no Conselho Nacional de Justiça, 70% dos presos que são soltos voltam a reincidir na criminalidade, sendo um dos maiores índices do mundo.

A Jornada de Libertação com Cristo

O último pilar é um encontro anual estruturado em palestras, em que se funde a valorização humana e os preceitos da espiritualidade, meditações e testemunhos dos participantes. Como parte do método APAC, os recuperandos dos três regimes (fechado, semiaberto e aberto) deverão participar da Jornada em algum momento do cumprimento da pena.

O pilar em questão promove mais que a profissão de uma religião. Promove a fé na vida e nos valores que a constituem.

CONCLUSÃO

*Matar o criminoso e salvar o homem.*⁵⁸

A Lei 7.210/84⁵⁹ é a que regulamenta a execução penal no Brasil. Em seu Título I, estabelece-se o objeto de sua aplicação, a saber:

Art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

⁵⁷In: http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Pais/Especialistas-propoem-mais-rigor-na-liberacao-de-presos-12163.html#.VRFDxPnF_kU

⁵⁸Filosofia da APAC.

⁵⁹In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

AKEDIA

Art. 2º A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal.

Parágrafo único. Esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

Art. 3º Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.

Parágrafo único. Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.

Art. 4º O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.

Em observância à referida Lei, e de acordo com a proposta deste Capítulo, que é o de promover uma discussão sobre o modelo da APAC e sua relevância na ressocialização dos apenados, entendemos que a APAC é mediadora entre o Estado e a comunidade nas atividades de execução da pena e da segurança, e constatamos também que há um método que busca ser eficiente para o objetivo a que se propõe, isto é, o de humanizar o cumprimento da pena e evitar a reincidência.

Porém, há que se observar alguns aspectos que podem ser considerados limitadores, como, por exemplo, a base religiosa da proposta, condição *sine qua non* para participação do apenado; a indicação, pelo juiz responsável pela condenação, para que o apenado possa cumprir sua pena numa unidade da APAC; a impressão, que pode causar na sociedade, de que o condenado não está cumprindo uma pena à altura do ilícito praticado; e, por fim, a grande dependência de trabalho cooperativo e de voluntariado.

Apesar de todos os esforços empreendidos e da garantia de que mais de 70 por cento dos recuperandos são ressocializados, tal percentual carece de comprovação, pois é o que está disposto no site do TJMG⁶⁰, o que permite indagar se em todas as unidades da APAC no Brasil o índice é o mesmo.

Talvez, o que dificulte a obtenção dos dados sobre o grau de ressocialização atingido por unidade, seja a mobilidade dos ex-condenados, pois, uma vez cumprida a pena, têm o direito de ir e vir.

Em defesa da APAC, no “Programa Novos Rumos”, do TJMG, há a estimativa de que a reincidência entre os egressos das unidades APAC é de 15 por cento, enquanto que, de acordo com dados do mesmo Programa, os egressos oriundos do sistema carcerário comum têm reincidência de 70 por cento.

Este Capítulo não esgota o assunto sobre o modelo da APAC e sua relevância na ressocialização dos apenados, mas endossa a iniciativa, principalmente por se tratar de ato da sociedade organizada para o justo e eficiente cumprimento da pena em consonância com o que preconiza a Lei de Execução Penal.

⁶⁰ In: <http://www.tjmg.jus.br/portal/acoes-e-programas/novos-rumos/APAC/>

REFERÊNCIAS

- APAC. *Sítio eletrônico*. Disponível em: <http://www.dac.mg.gov.br>. Acesso em: 12 de jan. de 2015.
- APACITAUNA. *Sítio eletrônico*. Disponível em: <http://www.APACitauna.com.br/index.php/institucional>. Acesso em: 14 de dez. de 2014.
- BARAOEMFOCO. *País tem 9 mil presos com penas já cumpridas*. Disponível em: <http://www.baraoemfoco.com.br/barao/noticias/novembro08/presos.htm>. Acesso em: 20 de março de 2015.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei de Execução Penal*. Brasília: 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 14 de dez. de 2014.
- CAMARGO, Virgínia. *A realidade do sistema prisional no Brasil*. Rio Grande do Sul: 2015. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1299. Acesso em: 25 de junho de 2015.
- CNJ. Conselho Nacional de Justiça. *Método APAC reduz reincidência criminal*. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17953:método-APAC-reduz-reincidencia-criminal&catid=223:cnj&Itemid=8853. Acesso em: 15 de jan. de 2015.
- _____. Conselho Nacional de Justiça. **Notícias**. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>. Acesso em: 21 de fev. de 2015.
- FBAC. *Fraternidade Brasileira de Amparo ao Condenado*. Disponível em: <http://www.fbca.ogr.br/>. Acesso em: 26 de fev. de 2015.
- FIGUEIREDO NETO et al. *A ressocialização do preso na realidade brasileira: perspectivas para as políticas públicas*. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_leitura&artigo_id=6301. Acesso em: 18 de fev. de 2015.
- GOMES, LUIZ FLÁVIO. *O perfil dos presos no Brasil*. Artigo. Disponível em: <http://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121932332/perfil-dos-presos-no-brasil-em-2012>. Acesso em: 12 de março de 2015.
- JORNAL O TEMPO. *Número de presos em Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/n%C3%BAmero-de-presos-em-minas-gerais-triplica-em-dez-anos-1.695476>. Acesso em: 18 de jan. de 2015.
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. *Programa Novos Rumos*. Belo Horizonte: 2011, p. 26. Disponível em: www.ftp.thmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/cartilha_APAC.pdf. Acesso em: 23 de novembro de 2014, às 16h15.
- OTTOBONI, Mário. *Vamos matar o criminoso?* São Paulo: Paulinas, 2014.
- PUC. Pontifícia Universidade Católica. *Especialistas propõem mais rigor na liberação de presos*. Notícias. Disponível em: http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/Jornal/Pais/Especialistas-propoem-mais-rigor-na-liberacao-de-presos-12163.html#VRFDxPnF_kU. Acesso em 12 de março de 2015.
- RIBEIRO, Alexandre A. *O que é a doutrina social da Igreja?* Aleteia: 2013. Disponível em: <http://www.aleteia.org/pt/politica/q-a/o-que-e-a-doutrina-social-da-igreja-112037>. Acesso em: 27 de junho de 2015.

A SANITIZAÇÃO NA POLÍTICA EDUCACIONAL COMO PARTE DO PROCESSO DA SAÚDE MENTAL, FÍSICA E SOCIAL

English title: SANITIZATION IN EDUCATIONAL POLICY AS PART OF THE PROCESS OF MENTAL, PHYSICAL, AND SOCIAL HEALTH

SILVA, Suelen Cristina da⁶¹

PESSOA, Marcelo⁶² –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O presente Capítulo tem como objetivo abordar a sanitização na Educação, salientando a inclusão e exclusão social de pessoas levadas a cabo por meio de políticas públicas que se referenciam no sistema capitalista. Independentemente de que sejam portadores de saúde adequada, considerados normais, ou pessoas com deficiência, a sociedade se desenvolve para todos de acordo com as diretrizes do capitalismo. A Educação está em função do capitalismo, assim como a criança para a escola. Neste sentido, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, considerando os estudos da educação, do capitalismo e da psicologia. Finalmente, fizemos uma discussão sobre o que a educação deveria proporcionar às pessoas e como a saúde é imprescindível para o lugar social de cada ser humano. Conclui-se a partir disso, que somente a tomada de consciência da população em relação à educação e ao capitalismo é capaz de promover um desenvolvimento igualitário e assegurar a plena autonomia social dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo, Educação, Sanitização, Saúde

ABSTRACT: This chapter aims to address the sanitization in education, stressing inclusion and social exclusion of people by means of public policies that reference in the capitalist system. Regardless of which carry adequate health, considered normal, or people with disabilities, the company develops for all in accordance with the guidelines of capitalism. The education is in function of capitalism, as well as the child to school. In this sense, a bibliographical research, considering the studies of education, of capitalism and of psychology. At the end, there was a discussion about what education should provide people and how health is essential for the social place of every human being. It appears from this, that only the awareness of the population regarding education and capitalism is able to promote equitable development and ensure the full autonomy of the social subject.

KEYWORDS: Capitalism, Education, Sanitization, Health

⁶¹ Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, Unidade da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

⁶² Docente do DLLCA – Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes / UEMG. Dr. em Letras / UEL – 2010. Doutorando em Linguística – UFSCAR – 2024-2028. Fomento Edital 04-2024 – FAPEMIG / UEMG / PCRH.

INTRODUÇÃO

O estudo em questão se propõe a fazer um levantamento histórico social e crítico da relação entre a educação escolar e o sistema capitalista. Vê-se que uma educação sob tais moldes ajusta o indivíduo para servir o capital, e o exclui, quando o mesmo não produz segundo a lógica e expectativas do capitalismo. Dessa forma, vê-se, de pronto, que o Estado não considera os aspectos intrínsecos aos seres humanos, tais como a saúde e valores pessoais, uma vez que tende a valorizar itens de formação mais compatíveis com o mercado.

O objetivo desse texto, contudo, é abordar a sanitização no sistema educacional, ressaltando os impactos na saúde física, mental e social e suas possíveis consequências na formação do sujeito inserido no sistema capitalista. Desse modo, percebemos que refletir sobre os parâmetros atuais que permeiam a educação requereria um levantamento histórico de dados que desenhassem a real sociedade em que estamos inseridos.

Logo, no início do Capítulo, reportamo-nos aos retratos da história social que tratam da higienização e da sanitização no Brasil, visto que estes são os fatores que demonstram os valores sociais contemporâneos e expressam com clareza o modo como a saúde é fundamental para a produtividade humana e para o desenvolvimento de papéis sociais.

Num segundo momento, apresentamos a aplicação de alguns conceitos ao contexto escolar brasileiro, deixando com ares de contemporaneidade, problemas que pertencem a uma longa tradição histórica da educação no Brasil.

Em seguida, vamos às conclusões e referências bibliográficas que deram suporte teórico ao nosso trabalho de investigação.

A HIGIENIZAÇÃO NO BRASIL

De acordo com a Constituição da Organização Mundial de Saúde – OMS de 1946, saúde é o completo bem estar, físico, mental e social. O conceito aqui apresentado e defendido pela OMS é questionado em tempos atuais, devido ao fato de que, por meio dele, se buscaria uma perfeição quase inalcançável em tempos de crises econômicas ou de epidemias sanitárias que assolam diversos países e que causam impactos diretamente na saúde mental do sujeito. Ao lado disso, como conceito correlato ao de saúde, aparece a ideia de higiene que, de acordo com o dicionário Aurélio, *apud* Junior (2009, p. 22), revela-nos que “preservação da saúde é a prevenção de doenças”.

Assim é que foi que muitos médicos adotaram a abordagem higienista e posturas sanitizantes que orientavam e influenciavam a sociedade a cuidar de suas casas e de suas cidades, mantendo a limpeza em todos os ambientes.

A medicina no setor público demandava manter a organização e a limpeza dos espaços das cidades, das instituições e dos espaços públicos. Assim, os cuidados médicos e a ciência higienista alcançaram também os moradores da

zona rural. A partir desse momento social e histórico em que a medicina e o Estado precisaram se unir para atenderem às demandas de saúde da população, e para preservarem a “Ordem e o Progresso da Nação”, os interesses do Capitalismo já estavam encobertos por detrás da máscara de prevenção de doenças no povo.

Dessa forma, é fundamental compreender que esta faceta obscura do capital já estava ali, ditando suas regras, tendo em vista que em uma sociedade capitalista é necessário que haja pessoas saudáveis o suficiente para produzirem, vender suas forças de trabalho para o mercado e, na visão capitalista e no olhar do Estado são essas mesmas pessoas que devem ter, no mínimo, alguma condição financeira de consumir os bens que são produzidos.

Junior (2009, p. 23) discorre sobre a abrangência das ações de higiene, o quanto é necessária ao ser humano e por isso a abordagem do Estado referente à higiene apresentou boa adesão da população. O autor lembra que:

Do nascimento à morte, do berço ao túmulo: nenhuma fase do desenvolvimento humano é desprezada pela higiene. Seu espectro de atuação é amplo. No Brasil, seu desenvolvimento ganhou forte projeção com o capitalismo. O período sanitário do higienismo esteve intimamente ligado com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Conforme ressalta o autor, a ligação da medicina e a situação de calamidade pública impuseram à sociedade uma adequação à ordem e ao sanitari smo. Essas ações foram um trampolim para que os médicos fossem considerados como importantes atores sociais. Nesta mesma linha de raciocínio é que as cidades foram classificadas por Milton Santos (1959, p. 07), *apud* Sobarzo (2004, p. 363), como “uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem (...). Nesse diapasão, urge ressaltar a premissa orientadora destes autores, de que, se não há organização no espaço, logo, o local não poderá ser considerado uma cidade.

Assim, a atuação dos médicos higienistas fortalecia ações de higiene, favorecendo a organização das cidades. Tais ações estiveram intimamente ligadas ao poder público e econômico, com vistas aos interesses do Capitalismo.

A higienização era necessária para o progresso e a ordem do país, e os médicos higienistas se respaldavam no conhecimento científico e, para a concretização desses fatos, eles estudavam, pesquisavam e buscavam novas estratégias para a promoção de saúde do povo. Dessa forma, os médicos se destacavam, ganhavam poder e ficavam a cada dia, mais respeitados pela sociedade, recebendo condecorações e diversas homenagens.

Com o passar do tempo, os higienistas observaram que não era apenas o espaço físico que poderia ser limpo, organizado e higienizado para assegurar o progresso dos municípios e da nação, mas, também, a subjetividade de cada

indivíduo e a maneira de ser das pessoas que habitavam algum setor eram fatores que precisariam ser considerados.

Na visão higienista, os fatores subjetivos contribuem para a permanência de ordem e progresso ou para a desordem de um local, impactando direta ou indiretamente os papéis sociais de cada sujeito, pois são características próprias na forma de ser e de se relacionar com outras pessoas.

Visto dessa forma, Junior (2009, p. 28) destaca, que:

A cidade crescia e se (des)organizava. Havia, entretanto, um matiz diferente, que parecia realçar um desarranjo na estética da paisagem. Homens com um andar, trejeitos e indumentárias excêntricas erravam pelas ruas, sem destino e sem lugar fixo para viver. A “loucura” abandonava a vida privada para ganhar os espaços públicos.

De acordo com o autor acima citado, e considerando que o Estado já reconhecia a necessidade de cuidados aos doentes mentais, houve o estabelecimento de um marco legal sobre o assunto, a partir da Lei de Assistência aos Alienados, criada em 1903. Porém, essa Lei só foi realmente efetivada no ano de 1927.

Com a implantação dessa Lei, a gestão de cuidados aos doentes mentais foi atribuída ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Os higienistas viram na internação de pessoas portadoras de transtornos mentais uma forma de “sanitizar” as cidades, além de afastar o “mal” dos homens considerados normais, aproximando-os da população com o intuito de “regenerar o povo pela ciência” (JUNIOR, 2009).

Apesar de almejar a regeneração e aprimoramento do povo, o Estado não tinha em suas prioridades atender às demandas da população de baixa renda, que se esforçava lutando por uma vida com mais dignidade e um trabalho mais digno, que viriam, neste caso, por meio de salários que não somente trouxessem qualidade de vida a si e a sua família, mas que pagos os direitos do trabalhador, trariam a reboque, maior dignidade social.

Contudo, o Estado optou por não quebrar o ciclo vicioso de exploração capitalista e seguiu em frente na exploração de um povo pobre, sem conhecimento, sem condições de viver com dignidade, sem saúde e sem quaisquer direitos, assim, como se requer dentro do modelo capitalista.

A Liga Brasileira de Higiene Mental

Ressaltamos, neste ponto, a importância do médico higienista Gustavo Riedel que, em 1922, fundou a *Liga Brasileira de Higiene Mental*. Este, por sua vez, só o fez após ter acompanhado o Congresso latino-americano de Higiene

Mental. A citada Liga foi, então, composta, maiormente por médicos psiquiatras e outros médicos especializados em outras áreas, ainda que simpatizantes gerais da abordagem Higienista.

Essa associação foi, com o tempo, ganhando prestígio e visava, em última análise, atender aos interesses capitalistas, já que oriunda da classe dominante, conseguindo até mesmo repasses financeiros do Estado para a Liga Brasileira.

Por vezes, nas reuniões da Liga, foram abordadas questões de raça, de classe social, sobre o abuso de álcool e drogas, comportamentos de desmazelo, além de outras características da população que foram utilizadas como critérios para a classificação de sujeitos como loucos ou, no mínimo, suspeitos de anormalidades.

Com isso, diluía-se em meio às preocupações com a saúde humana o preconceito contra a classe menos favorecida, confundindo-se prepotência étnica com a ciência da higiene, levando à internação diversas pessoas por simplesmente aparecerem, segundo critérios de alguns poucos, uma ameaça ao urbanismo.

A psicometria ganhou espaço nesse período, e o seu emprego encorajado, por se respaldar na medida e na exatidão dos diagnósticos que proferia. Com esses argumentos os higienistas estimularam o desenvolvimento de testes capazes de medir a inteligência, a percepção e avaliar as pessoas para, posteriormente, conceituá-las via resultados obtidos nas suas avaliações.

Os escores dos testes psicológicos classificavam a população como normal ou portadora de doenças mentais. Era possível observar que os testes também buscavam estabelecer parâmetros para a delimitação de uma perfeita exatidão do ser humano. Os membros da Liga acreditavam na existência de um ser soberano que se esboçava a partir daquilo que os higienistas entendiam como normal. Logo, para ser considerada uma pessoa capaz e com subjetividade adequada ao que era esperado por eles, o sujeito deveria obter resultados satisfatórios nos testes.

Em 1924, a Liga Brasileira de Higiene Mental mostrou o posicionamento de seus membros neste sentido, relacionando os males sociais aos vícios da população. A ingestão de álcool, por ser exagerada, predominantemente nas camadas menos abastadas, ganhou destaque como empecilho para o desenvolvimento da nação, sendo indicado como causador de imoralidade e prejudicial ao desempenho de funções de trabalho. Foi, por isso, organizada uma campanha antialcoólica que ganhou forças e apoio até mesmo do Congresso e nos discursos dos médicos higienistas, que diziam que bebidas de valor acessível gerava prejuízos ao Estado e que, sendo assim, o consumo deveria ser desincentivado, por meio da elevação de preços, visto a sociedade necessitava de sujeitos dispostos e sóbrios para trabalhar (MANSANERA & SILVA, 2000, p. 127).

De acordo com Olinto (1934, p.28), *apud* Junior (2009), a Liga acreditava ainda num tipo de “cultivo da mentalidade humana”. Sendo assim, se a ente se

prestaria a esse certo “cultivo”, então, passou-se a enxergar nas crianças a possibilidade de formar cidadãos normais, sem transtornos mentais, aplicando nelas ações implementadas pelas ciências da higiene. Organizaram-se estratégias que induzissem a possibilidade de agregar as crianças em um local, a fim de que elas recebessem os cuidados necessários, com o objetivo de preservar a saúde mental dos pequenos e, com isso, desde cedo, abrindo caminho para um monitoramento que promovesse não só a pretensa saúde mental, mas que afastasse aquelas crianças das más tendências, dos problemas psicossociais e também das crianças consideradas anormais.

Os adultos, por sua vez, que apresentavam disposição a surtos ou que já haviam desenvolvido algum tipo de transtorno, eram tidos como doentes irreversíveis e, nesta condição, fazer parte da sociedade capitalista lhes ficaria mais difícil. Daí, então, a atenção redobrada à higiene mental das crianças, pois isso aparentava ser o caminho da salvação da sociedade, evitando-se, assim, que o adulto do futuro não se tornasse uma ameaça ou que causasse prejuízos para a ordem do Estado.

A Liga considerava a possibilidade da aplicação de suas técnicas nas crianças para obter respostas positivas e mais eficazes do que em adultos. Os problemas das crianças eram mais simples de resolver, a Liga precisava enxergar que os desvios de personalidade que poderiam se apresentar estavam interligados ao Capitalismo. Nisto, obrigavam as famílias de baixa renda a colocarem suas crianças e adolescentes em trabalhos inóspitos e prejudiciais à saúde física, mental e social das crianças. Com esses trabalhos as crianças ajudavam no autossustento das famílias, vendendo sua força de trabalho por um valor irrisório. As fábricas e indústrias adaptaram suas máquinas ao que fosse necessário para seus pequenos trabalhadores, e a exploração permanecia forte aliada do capital e dos grandes empresários.

Apesar de tudo isso, a Liga preferiu dar andamento em seu plano de segregação humana, a enxergar o que de fato desestrutura o ser humano, e doutrinava que “[...] a criança fosse protegida [...] das influências morais dos degenerados” (Junior, 2009, p.110).

A sanitização

A exclusão social ocasionada por problemas relacionados à saúde mental, física ou social, longe de ser uma novidade, dá-nos notícias que remontam a Antiguidade, passa pela Idade Média e chega, ainda, com muita clareza, na Contemporaneidade.

Em Foucault (1978), no seu livro *História da Loucura*, sabemos de alguns fatos que deixaram profundas marcas nos povos e ocasionaram segmentação social, tais como a epidemia de lepra. As pessoas portadoras de tal doença eram separadas da população que apresentava boa saúde física, para ficarem isoladas e não disseminarem o seu mal entre outros humanos.

As pessoas acometidas de lepra eram vistas como incapazes e perigosas, sendo discriminadas em locais religiosos que, apesar de não aceitá-los em seus recintos, viam a doença como uma graça recebida para que fossem pagos os próprios pecados. Diante de tais pressupostos, podemos fazer uma reflexão, embasado no pensamento de Foucault (1978, p. 28):

Privilégio absoluto da loucura: ela reina sobre tudo o que há de mau no homem. Mas não reina também, indiretamente, sobre todo o bem que ele possa fazer? Sobre a ambição que faz os sábios políticos, sobre a avarice que faz crescer as riquezas, sobre a indiscreta curiosidade que anima os filósofos e cientistas?

Com este autor, também vemos que os portadores de transtornos mentais eram tratados de forma desumana, sendo levados de uma cidade a outra, por marinheiros, e deixados como se despejassem um lixo em terra alheia, outros eram mantidos em hospitais, onde permaneciam presos e sem nenhum atendimento psicossocial que favorecesse a reintegração social e melhores cuidados de saúde.

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR: OLHARES DO CONTEMPORÂNEO

De acordo com Sampaio, Santos e Mesquida (2002), a etimologia da palavra educação, tem origem no latim, derivado de “*educare*”, por sua vez ligado a *ducere* – verbo composto do prefixo *ex* (fora) + *ducere* (conduzir, levar), podemos compreender que educação é sinônimo de "conduzir para fora", ou seja, preparar o indivíduo para o mundo.

Partindo do princípio de que não se consegue viver sozinho, a educação escolar, como se define aqui, parece ser intrínseca à condição humana e para a boa convivência social.

Pode-se, então, fazer aqui outra reflexão, pois desde o nascimento a criatura humana se torna dependente, e precisa ser acompanhada e cuidada pelos genitores ou por profissionais de uma casa de abrigo para crianças. E, quando acreditamos que podemos viver isolados e independentes, mesmo assim vamos usar uma cadeira, um tecido ou um copo que alguém produziu.

Nisso, retomamos a correlação entre educação e padronização dos sujeitos para atender às demandas de um mundo capitalista. De acordo com Bertoldo, Jimenez e Moreira (2012), é possível identificar que a política educacional assim formatada tem como objetivo favorecer o sistema capitalista e não exatamente promover a formação profissional dos cidadãos.

O saber abre as portas ao novo e aguça a crítica do homem que, nessa condição jamais se sujeitaria à influência moral do Capitalismo. Partindo desse princípio, nos é possível compreender o motivo por que há anos a educação escolar não é oferecida de maneira adequada à população em geral, em especial

à classe menos favorecida, uma vez que o acesso ao conhecimento é transformador para a ordem social do Estado.

Assim, o sistema de educação em questão é ao mesmo tempo algoz e vítima daquilo que preconiza e difunde, uma vez que seus conteúdos ultrapassam as fronteiras das salas de aula e se respalda na sanitização imposta pelo Estado, a qual compreende o molde que o governo espera que todos nós obedeçamos. Esse fato se concretiza noutros setores da sociedade, como, por exemplo, observamos a indústria farmacêutica, segmento que, além de produzir medicamentos, também pode causar grandes danos aos cidadãos, realizando lobbies para o acobertamento de curas para doenças que nem deveriam mais existir.

Diante do analfabetismo das crianças, a Liga viu a falta de escolaridade como empecilho para empregar as premissas da higiene mental, resultando na luta pela alfabetização das crianças. Nesse período, o Presidente do país era Getúlio Vargas, conhecido pela sua ousadia e dedicação à classe trabalhadora, o qual se posicionou favorável à alfabetização das crianças para o progresso do Brasil, desejando com isso promover uma melhor formação aos novos profissionais, deixando-os melhor qualificados e prontos para a entrada no mercado de trabalho e, ainda, fomentando uma solução para retirar as crianças brasileiras da situação de rua, resultando em escolas públicas de ensino gratuito e obrigatório.

Nesse diapasão, urge ressaltar o sentido verdadeiro da educação, que não é aquele de favorecer a manipulação dos cidadãos ou o de atender à ideologia Capitalista, em favor de um mercado de trabalho explorador. Por isso, é que autores como Bertoldo, Moreira e Jimenez (2012), referem-se à educação como parte “componente do complexo que sustenta a duradoura exploração do homem pelo homem”.

Essa frase resume o relacionamento do Capitalismo com a educação, pois foi possível observar que o acesso do povo a educação só foi alcançado quando o Estado e a Liga Brasileira de Higiene Mental vislumbraram que, por meio da educação, se favorecia o Capitalismo e moldaria o indivíduo de acordo com o que era esperado do Estado, ajudando a manter a ordem e a higienização das cidades. Os autores citados também mencionam Marx, 2002; Mészáros, 2009, que, por sua vez, afirmam que:

Apresentam-se agora caricaturas reformistas que, via de regra, rebatizam o projeto salvacionista da educação, instituindo como pedra de toque uma possível cura para os males do capitalismo, corroborando, equivocadamente, com a tese de que é viável o controle e a humanização desse sistema, desconsiderando, assim que faz parte da sua teia primordial nos distanciar cada vez mais da possibilidade de produzirmos uma comunidade autenticamente humana.

Nessa linha de pensamento, de acordo com Rogers (1971, *apud* GOULART, 1995), vemos que o ser humano é o único ente capaz de fazer que outro ser humano se desenvolva. Sendo assim, quando o trabalho de um ser é educar outro ser com uma educação corrompida, esse desenvolvimento redundará em prejuízo para as atividades sociais, ficando o sujeito à mercê de muitas limitações que impedirão o cidadão de enxergar além da utopia do Estado, seus direitos e deveres.

Concomitantemente, a mesma ideologia que engessa o indivíduo dentro de uma formação precária, espera que um docente tenha recebido uma formação de qualidade para que possa fazer com que o aprendiz “conduza para fora o melhor de si mesmo”. Somente a qualificação de um educador poderá garantir a efetivação de suas ações – assim, devido à lógica opressora do capital, nem uma e nem outra coisa acontece.

Ademais, de um lado, está o Estado, com interesse apenas em estatísticas, seja de formação de docentes ou de alunos que são aprovados sem nenhum conhecimento, para favorecer à conjuntura desestruturante imposta do Capitalismo. De outro lado, está o cidadão, prejudicado, sem qualificação nem mesmo para o mercado de trabalho, e sem as condições mínimas que lhe possibilitem alguma forma de acesso a maiores salários e qualidade de vida ou bem estar social. Esses fatos são, dentre outros, frutos de uma aprovação automática do sistema educacional brasileiro que, além de aprovar o sujeito que não adquiriu conhecimento, faz com que ele permaneça às margens da sociedade.

O Capitalismo e a educação

Vemos que, assim como a Revolução Industrial proporcionou a produção de bens de consumo em série, o mesmo processo passou a acontecer por meio de uma espécie de “automatização” do processo de repassar o saber, orquestrado pelo modelo capitalista, e que lentamente foi impregnando o nosso sistema brasileiro de educação. Bertoldo, Moreira e Gimenez (2012, p. 32) lembram que:

O processo de criação e transmissão do conhecimento, desta forma, é reduzido à esfera do imediato mais reles da experiência docente, perdendo sua conexão com os elementos da historicidade humana e impossibilitando a emergência do caráter ontologicamente emancipador da própria educação.

Para Vygotsky (*apud* OLIVEIRA, 1997), o aprendizado se dá pelo processo de desenvolvimento humano possibilitado pelas interações sociais, é o meio ambiente, a socialização, cultura e a civilização que são os precursores do aprendizado do homem. Daí, então, fica subentendido que o nosso meio social,

alinhado ao Capitalismo, não permite e jamais permitirá o acesso ao conhecimento que a educação tem a prerrogativa de despertar no sujeito.

Ao que parece, o que impede esse acesso ao conhecimento é o medo que o Estado tem de não mais exercer o poder sobre as pessoas, e ter a dificuldade em continuar com atitudes que mascaram o que é a educação no Estado, a qual está ligada às diretrizes do Capitalismo.

Dessa forma, de acordo com Júnior (2009), para a teoria da higiene mental, um bom educador seria o docente que fosse capaz de transformar as crianças em pessoas felizes, deixa-las sem ambição e, cuja educação fosse capaz de fazê-las vender sua força de trabalho a míseros salários. A educação, nesses péssimos moldes, visa à criação de seres conformados com a falta de dignidade pessoal e aptos ao trabalho árduo das indústrias e da operação das máquinas do capital.

Conforme a teoria comportamental de Skinner, os procedimentos humanos são passíveis de condicionamento, podendo ser alterados ou até mesmo extintos, por meio de reforços positivos, negativos e punições (FRANCISCO FILHO, 2002). Com uma educação defeituosa, modeladora, criteriosa e instável, o Estado assume os rumos da nação e exclui reforçando negativamente a permanência nas escolas de sujeitos com deficiências, os quais, atualmente, por trás de uma máscara de inclusão social, são colocados em salas de aulas de alunos com facilidade de aprendizagem e, com isso, permanecem excluídos, pois não conseguem acompanhar em um mesmo ritmo todas as matérias esplanadas, atividades desenvolvidas, manter frequência regular etc.

Ainda, muitas pessoas especiais não desenvolvem vínculos com outros sujeitos e sofrem discriminação, tornando-se um “peso” para a escola que faz a inclusão social, sendo necessárias várias adaptações da estrutura física da escola e um posicionamento adequado dos professores e outros profissionais da escola.

Também voltamos, com esta reflexão, ao fato de que a formação sem qualificação de docentes, que na maioria das vezes não estão preparados para lidar com crianças, jovens ou adultos que são portadores de necessidades especiais, termina por contaminar todo o sistema com resultados ruins para todos.

Deparamo-nos, então, com a situação de um Brasil que inclui e exclui ao mesmo tempo, fazendo uma “inclusão para fora”, na qual se reforça, de alguma forma, a permanência do sujeito no sistema de educação, mas se nega a ele educação adequada e serviços ajustados. Os empecilhos de acesso à escola também eram uma maneira de higienizar – e, do modo como está o sistema, ainda assim se faz.

Freud (2010) considera que o uso pleno das faculdades mentais enobrece o homem. Dando maior autonomia e poder ao homem que a usa em favor da ciência, para as atividades relacionadas às artes e outras atividades do tipo que requerem muito mais do intelecto, em relação aos quesitos físicos. Nessa observação de Freud, as atividades acadêmicas, próprias das escolas e do

sistema de educação, são muito valorizadas na sociedade, mesmo que a educação esteja em condições inadequadas a favor do Estado e do Capitalismo.

Ainda com Freud (2010, p. 64), ressalta-se, em seu livro *O Mal Estar na Civilização*, que era esperado que a humanidade valorizasse bem mais as coisas não lucrativas como, por exemplo, a beleza, a natureza. Porém, isso ainda não foi possível e, ao que parece, importa mesmo à civilização é a ordem e a higiene na subjetividade das pessoas:

Evidentemente, a beleza, a limpeza e a ordem ocupam uma posição especial entre as exigências da civilização. Ninguém sustentará que elas sejam tão importantes para a vida quanto o controle sobre as forças da natureza ou quanto alguns outros fatores com que ainda nos familiarizaremos. (...) A utilidade da ordem é inteiramente evidente. Quando à limpeza, devemos ter em mente aquilo que também a higiene exige de nós, e podemos supor que, mesmo anteriormente à profilaxia científica, a conexão entre as duas não era de todo estranha ao homem.

A Liga Brasileira de Higiene Mental, ao implantar suas novas estratégias, tentou impor a ordem por meio da higienização de um ambiente em que o homem que não era produtivo ao Capitalismo ou não tinha o pleno domínio de suas faculdades mentais. Em qualquer das situações apresentadas, o cidadão era considerado um ser que precisava ser retirado do convívio social e trancado em hospitais psiquiátricos ou isolados para que vivesse à margem do capital e, muitas vezes, sem acesso ao ensino escolar obrigatório, para que não transmitisse sua doença às pessoas ao redor e não atrapalhasse o “progresso e a ordem da nossa nação”.

Segmentação no sistema educacional

A Liga prosseguia com suas triagens nas escolas, obrigando todas as crianças a passarem por avaliação de sanidade mental. O critério estabelecido pela Liga era bem apertado quanto à adaptação. Para a Liga Brasileira de Higiene Mental, somente o sujeito com flexibilidade, passividade e que se adaptasse às situações adversas seria considerado um ser humano normal e capaz.

Se a criança não se adaptasse às mudanças e dificuldades, o que é um reflexo do Capitalismo, essa criança precisaria de cuidados especiais e não poderia ingressar na escola. Através dessas intervenções, evitava-se que, no futuro um cidadão procurasse seus direitos, ao mesmo tempo em que se preveniam protestos que trariam manchas para a reputação de Estado, obrigando a organização de mudança das ações que atendessem às demandas do povo.

E, assim, caminhava a educação de mãos dadas à medicina, com a psicologia, com o Capitalismo, compondo a higiene mental.

Com o uso de testes psicológicos para avaliações nas escolas, a psicologia se fortaleceu, Júnior (2009, p. 125) aponta para o fato de que, com a necessidade de tantas avaliações das crianças para ingressarem à escola, surgiram duas equipes de trabalho, uma equipe com a finalidade de educador das crianças, e a outra com o objetivo de mensurar inteligência e comportamentos, os quais eram chamados de “especialistas da mente”.

Infelizmente, a Psicologia foi usada a favor da exclusão, porém, na atualidade essa realidade vem se modificando e ganhando forças na busca de se utilizar a Psicologia para trabalhar a inclusão de pessoas portadoras de transtornos mentais, reforçando a luta antimanicomial, no intuito de que todos os cidadãos tenham seus direitos garantidos.

A Liga muito contribuiu para a afirmação da psicologia como profissão, ao incluir nas escolas profissionais qualificados para atender e avaliar as crianças pois somente, em 1962, foi regulamentada e reconhecida como profissão independente da educação ou da medicina.

Nesse período, o Brasil adaptou suas escolas e, de acordo com o autor acima citado, já se havia instituído a Inspetoria de Higiene Infantil, a qual chegou a publicar certos “padrões para o exame mental na pré-escolaridade”.

No estado de São Paulo, também estava instaurada a “Diretoria do Serviço de Saúde Escola”, com diretrizes oriundas do Departamento de Educação, donde se objetivou a “[...] conquista da saúde, pela cura de moléstias e correção de defeitos físicos, pela prática de hábitos sadios e criação de atitudes sadias, na escola e no lar” (Castro, 1941, p. 58, *apud* Júnior, 2009, p. 126).

A Liga continuou na busca incessante do aprimoramento de suas técnicas, e passou a desenvolver exercícios científicos que facilitassem o desenvolvimento mental das crianças consideradas atrasadas ou doentes, as quais eram rotuladas como “retardadas”. A partir desses esforços, a higiene mental acreditou na recuperação, mesmo que parcial, do sujeito com algum *déficit*, considerando também como anormal os classificados como portadores de “mau caráter”.

Diante de tudo isso, o problema social que os excluídos poderiam causar, já que, no futuro, se previa que se tornariam uma população sem escolaridade, sem acesso a alimentação, a recursos financeiros e ao trabalho, a Liga novamente pensou em mudanças no sistema educacional que promoveria a institucionalização de todos, quer seja normal ou anormal. Foram, assim, criadas as classes especiais nas escolas, e posteriormente escolas que se voltariam integralmente ao atendimento de portadores de necessidades especiais.

Para o Estado capitalista, interessado em quantidade, essa solução trouxe segurança, proteção da ordem da nação e prestígio, considerando-se que promovia a inclusão e reduzia as estatísticas de reprovações nas escolas para pessoas normais.

O Capitalismo continuou a impulsionar a ciência da higiene mental, e os higienistas aderiram aos ideais de produção capitalista de boas estatísticas.

De acordo com Júnior (2009, p. 141), foram construídas fichas, chamadas de “fichas médico-psicológica”, que mensuravam a capacidade física e mental que agregavam as informações relativas ao sujeito, por meio das quais já determinavam seu perfil de trabalho no futuro.

Estabelecia-se, a partir da educação, a ordem futura do país, ainda que diante de guerras e crises econômicas mundiais. As crianças e os adultos passavam por situações de calamidade, o Estado via apenas o que poderia gerar lucro e dar estabilidade aos governantes, desprezando-se as condições subumanas de vida da população. A educação, de acordo com Júnior (2009, p. 143), era a responsável pela “contenção social” e para formar cidadãos para o mercado, em escala fordista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse Capítulo foram apresentados pontos que são empecilhos para o crescimento educacional das classes menos favorecidas, as quais se tornaram reféns de um sistema capitalista explorador que, muitas vezes, prejudica a saúde cultural, física e mental, impedindo o protagonismo social do sujeito, mantendo essas pessoas à margem da civilização, empurrando-as para uma sociedade “higienizada”.

Conclui-se, com isso, que um dos deveres contemporâneos da educação deveria ser o de oferecer ao povo uma formação mais ética, para que fosse possível aos gestores manterem a ordem e o progresso dos países capitalistas. Contudo, tem-se dedicado à prática de outro dever, o de preparar os estudantes para serem futuros trabalhadores e para a inserção no mercado de trabalho, pois, através da formação escolar é que se estava assegurando uma fonte segura de sustento das famílias.

O trabalho e o estudo, a seu turno, atualmente são meios que o sistema capitalista disponibiliza ao cidadão, ainda que por meio de modelos precarizados, para que possa sair de uma classe social menos favorecida, alcançando mais qualidade de vida.

As políticas públicas atuais acenam para a população como sendo as maiores interessadas em promover a autonomia social das famílias, através da implantação de programas sociais de transferência de renda que visam reparar a falta de estrutura para o desenvolvimento do país. Esses programas têm como condicionalidade a ideia de que as crianças estejam estudando e recebem em casa alimentação adequada, para prevenir problemas de saúde física e, ao mesmo tempo, prevenir a desnutrição de um futuro trabalhador.

A falta de moradias, de emprego e recursos financeiros advindos do sistema capitalista, faz dos programas de transferência de renda fortes aliados nas campanhas políticas, as quais persuadem o cidadão a aceitar todo tipo de

opressão, já que este não consegue ver que seus direitos vão além deste ou daquele pequeno benefício.

Ainda, hoje percebemos que a utopia política, responsável pela grandiosidade do poder do Estado e do Capitalismo, tenta implantar a ideologia do “Estado do Bem Estar Social”, que se preocupa com o bem comum do povo e trabalha para o povo. Mas, ao invés disso, percebemos que não é assim, e que o Estado e o Capitalismo não medem esforços para beneficiar as classes sociais mais favorecidas, excluindo, cada vez mais, as classes de baixa renda.

Ademais, se todas as pessoas que vivem sob o sistema capitalista enxergassem que há uma linha ideológica, que trabalha todos os dias para impedir que o dinheiro, o poder e a igualdade cheguem às mãos das classes menos favorecidas, o Estado seria coagido a mudar e adotar uma abordagem que se referenciasse na prática do socialismo e não do assistencialismo, conforme vivenciamos nos dias atuais.

Podemos concluir que há muito que se conquistar, e que somente através do acesso irrestrito ao conhecimento, às Leis que norteiam o Capitalismo e da união da população é que poderá ser instaurada uma luta que possa coagir o Estado em favor do povo.

REFERÊNCIAS

BERTOLDO, E; MOREIRA, L.A.L.; JIMENEZ S. (orgs.) *Trabalho, educação e formação humana frente à necessidade histórica de revolução*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – 1946
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em 09/02/2015.

DIAS, D. S. Metodologia Científica: material produzido para curso de pós-graduação, modalidade EaD, da Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, da Universidade do Estado de Minas Gerais - Belo Horizonte: Faculdade de Políticas Públicas, 2014.

JUNIOR, Durval Wanderbroock. A Educação sob Medida - os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-45). Maringá: Eduem, 2009.

JÚNIOR, G. E. Higienismo e Positivismo no Brasil: Unidos e separados nas campanhas sanitárias (1900 – 1930). *Revista Dialogia*: v. 2 – Out/ 2003. Disponível em http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/dialogia/dialogia_v2/dialogy2_edivaldo.pdf. Acesso em 28/06/2015.

FRANCISCO FILHO, G. *A psicologia no contexto educacional*. Campinas: Editora Átomo, 2002.

AKEDIA

FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na civilização* – (1930-1936). Coleção obras Completas, v. 18. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

FOUCALT, M. *História da Loucura*. Equipe de realização — Tradução: José Teixeira Coelho Netto; Revisão de texto: Antonio de Pádua Danesi; Revisão de provas: Aníbal Mari, José Bonifácio Caldas, Plínio Martins Filho e Vera Lúcia B. Bolognani; Produção: Plínio Martins Filho. São Paulo: Ed. Perspectivas, 1972.

GOULART, I. B. *Psicologia da Educação*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995.

MANSANERA, Adriano Rodrigues & SILVA, Lúcia Cecília da. A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. *Psicol. estud.* [online]. 2000, vol. 5, n.1, p. 115-137. ISSN 1413-7372. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722000000100008>.

OLIVEIRA, M. K. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: Um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1997.

SAMPAIO, Magno Augusto; SANTOS, Maria do Socorro dos; MESQUIDA, Peri. Do conceito de educação à educação no neoliberalismo. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 3, n.7, p. 165-178, set./dez. 2002.

SOBARZO, O. Reflexões sobre a cidade e o urbano: O atual como produto do processo de construção da geografia urbana. In: *Revista Cidades – A Cidade e o Urbano: uma busca conceitual*. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004, v.6, n.10, p. 359-379.

O PARI PASSU DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO CAMINHO PARA JOVENS NA BOLSA DE VALORES

English title: THE PARI PASSU OF FINANCIAL EDUCATION AS A PATH FOR YOUNG PEOPLE IN THE STOCK EXCHANGE

MENDES, Naiara⁶³

SILVA, Adriano⁶⁴

PESSOA, Marcelo⁶⁵ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A educação financeira orienta os jovens para bons hábitos de consumo, para que possam conquistar melhores condições de vida, podendo ser inserida desde a infância. Por meio dela, buscam-se melhorias comportamentais, atitudes e posturas que evitam o endividamento. Como resultado parcial do estudo, vemos um crescimento do número de jovens endividados, com o nome incluso em instituições de proteção ao crédito, como SPC/SERASA, o que prejudica no consumo e até na carreira profissional. Para o desenvolvimento metodológico dessa pesquisa, se realizou uma revisão bibliográfica, com o objetivo de fornecer ao leitor uma iniciação à ciência do dinheiro, mostrando como a educação financeira auxilia no estabelecimento de uma relação saudável com as finanças, devendo ser iniciada desde a infância. Dá o esteio da sustentação aos argumentos aqui dispostos, a produção de Navarro (2010).

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira, Endividamento, Finanças Pessoais

ABSTRACT: Financial education guides young people towards good consumption habits, so that they can achieve better living conditions, and can be introduced from childhood. Through it, behavioral improvements, attitudes and postures that avoid indebtedness are sought. As a partial result of the study, we see a growth in the number of indebted young people, with their name included in credit protection institutions, such as SPC/SERASA, which harms consumption and even their professional career. For the methodological development of this research, a bibliographical review was carried out, with the objective of providing the reader with an initiation to the science of money, showing how financial education helps in establishing a healthy relationship with finance, and should be started from childhood. It provides the mainstay of support for the arguments presented here, the production of Navarro (2010).

KEYWORDS: Financial Education, Debt, Personal Finance

⁶³ Graduada em Bacharelado em Administração, na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal.

⁶⁴ Graduado em Bacharelado em Administração, na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal.

⁶⁵ Docente do DLLCA – Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes / UEMG. Dr. em Letras / UEL – 2010. Doutorando em Linguística – UFSCAR – 2024-2028. Fomento Editorial 04-2024 – FAPEMIG / UEMG / PCRH.

INTRODUÇÃO

O Capítulo trata da importância da educação financeira na vida dos jovens, e, como no Brasil, isso tem se tornado um grande problema para a sociedade. Por meio de um estudo bibliográfico, foi realizado um questionário estruturado, aplicado a jovens universitários, do Curso de Administração, da Pontifícia Universidade Católica. Segundo um dos textos resenhado, por meio da empresa XP Investimentos, que é uma corretora de investimentos, localizada em Uruguaiana, Rio Grande do Sul – RS, foi possível obter dados para se verificar em que condição se encontra a educação financeira dos jovens.

Pudemos observar com isso, que a maior parte do público disposto a responder a enquete, veio do contexto feminino, e se concentrava abaixo dos 30 anos, o que era de se esperar, aliás, visto que a pesquisa se concentrou em uma universidade, onde a média de idade é bem jovem.

A maioria desses jovens mostraram desconhecerem pontos fundamentais da educação financeira, mesmo sendo estudantes de Administração, o que surpreende, de pronto, quem quer que se dedique a investigar este tema em tal cenário. Alguns jovens (apenas 32 entrevistados), por outro lado, e isso, já dentro do ambiente da própria XP Investimentos, disseram diversificar suas carteiras de investimentos, o que quer dizer que investiram em várias aplicações financeiras, fazendo investimentos com menos risco, o que é realmente mais aconselhável.

Aqueles, por sua vez, que mostraram pouco conhecimento sobre o assunto ‘finanças pessoais’, informaram não diversificar as aplicações, preferindo, na melhor das hipóteses, o conservadorismo da caderneta de poupança, que é um investimento de baixo risco, mas com pouco retorno.

Dos jovens investidores abordados, revela o retrovisor dos fatos, 84% ousaram e aplicaram mais de metade do seu capital em investimentos que nunca até então fizeram, o que é um grande risco, posto que isto é colocar muito capital em investimento novo, mostrando, de pronto, uma imaturidade dos jovens com relação ao mundo dos investimentos, o que se reflete também no contexto, do qual, 92% dos entrevistados nunca investiram em ações, enquanto que os primeiros arriscaram, querendo entrar no mercado de investimentos, os outros talvez, pela própria consciência da falta de conhecimentos sobre o assunto, prefere não arriscar.

E é esse o esboço geral do Capítulo, isto é, tratar de como o brasileiro está propício ou não para investimentos, destacando a importância da educação financeira para que isso ocorra. Compara-se esse dado, com os do Estados Unidos, país onde cerca de 30% da população investe de ações. No Brasil, neste quesito, temos apenas

0,31%. Isso mostra para as pessoas a senda da estabilidade financeira de todo um país, ao mesmo tempo em que se prepara os jovens para investir, melhorando o *status* da educação financeira, atingindo a todos, começando isso desde as próprias casas, com as crianças, ensinando sobre guardar dinheiro, de comprar consciente:

[...] há pessoas que acreditam que a criança já sai do ventre da mãe com as atitudes formadas em relação ao dinheiro. E outras que entendem que ela é ensinada a lidar com ele. Para o referido autor a criança é ensinada a pensar e a agir no que diz respeito às finanças. O mesmo vale para os adultos. Todos são instruídos a pensar e a agir de determinada maneira no que se refere a dinheiro. Esses ensinamentos se transformam no condicionamento, que são todas as respostas automáticas que os indivíduos carregam. A menos que sejam capazes de reciclar seus arquivos mentais a respeito de dinheiro (EKER, 2006, p. 25).

Hoje, há meios seguros para a promoção da capitalização. As corretoras atuam neste segmento, há órgãos de fiscalização supervisionados, tanto pelo Estado quanto por auditorias independentes, negociando ações, títulos públicos, fundos de investimentos coletivos, usando uma carteira de investimentos diversificados, no que já é perceptível notar um aumento dos investidores, especialmente se comparados ao ano 2000. Muito ainda tem que ser feito para o mercado de ações ganhar a confiança das pessoas, mas a educação financeira é um importante passo para acelerar esse resultado:

Educação Financeira é um processo que estimula o desenvolvimento de conhecimento, aptidões e habilidades, transformando indivíduos em cidadãos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para administrar suas finanças pessoais evitando ser manietados pelas propagandas que levam a um consumo desenfreado e ao seu consequente endividamento pessoal (AMADEU, 2009, p. 15).

Uma das justificativas para a realização de uma varredura bibliográfica como esta, prende-se ao fato de que, um dos principais fatores que levam ao endividamento da população, é a ausência de educação financeira para jovens. Sem este aprimoramento desde o início da sua relação com dinheiro, há grandes chances de a vida financeira dos jovens se tornar complicada. Desta forma, a educação financeira para jovens tem cunho preventivo, combatendo o superendividamento, visando à melhoria das suas finanças de todos.

A educação financeira para jovens é importante, também, porque será por intermédio dela, que pessoas que ainda estão em processo de formação aprenderão a gerir seus recursos da melhor forma possível.

Tanto para não enfrentarem problemas desnecessários quanto para fazerem melhores escolhas durante a sua vida adulta. É e justamente na juventude e na adolescência, entre 12 e 18 anos, momento em que o cérebro processa melhor estas informações, que assimilar estes hábitos economicamente saudáveis pode se transformar em rotina para toda a vida.

Por isso, há quem defenda a inclusão da educação financeira nas escolas, para auxiliar neste processo de aprendizado de modo precoce e coletivo, semelhante às aulas de economia doméstica, dadas nas escolas dos Estados Unidos. Com acesso à educação financeira neste formato, os jovens poderão apresentar maior autonomia e independência para lidar o seu dinheiro, tanto na adolescência quanto na vida adulta. A autonomia é de grande importância na formação de indivíduos responsáveis e independentes:

Há muitas interpretações sobre o significado do termo educação financeira. Há quem entenda que ele esteja associado a ganhar dinheiro e ser bem-sucedido, mas os especialistas consideram que o termo implique em saber onde gastar e aplicar e aplicar o que sobra (PIRES *et al.*, 2012, p. 721).

Argumenta-se em torno destas questões, que os jovens têm uma forma própria de ver o mundo e aprender novas informações. Por isso, dificilmente, numa sala de aula convencional, se conseguirá prender a sua atenção, ainda mais quando falamos sobre a ‘Geração Z’, que já nasceu conectada à internet e aos aparelhos eletrônicos que a ela dão acesso.

Quando falamos sobre nossos filhos, é relevante ter em mente que nada ensina mais do que o exemplo. Assim, vale a pena inclui-los no planejamento financeiro da família, mostrar como isso funciona, de onde vem o dinheiro e o seu valor. Neste sentido, é fundamental que os adultos que convivem com este jovem também saibam administrar as suas finanças.

Afinal, um pai endividado, por conta de maus hábitos, tende a transferir esse comportamento aos seus filhos. Filhos de um bom investidor tendem a ter interesse em fazer seus próprios recursos renderem. Assim, a educação financeira para jovens começa com o aprimoramento também dos pais e dos demais tutores.

Por lei, a disciplina de educação financeira é obrigatória na rede básica de ensino, mas atualmente essa matéria não faz parte da grade curricular, fazendo com que a maioria dos jovens precise receber, em casa ou na escola, os ensinamentos de como planejar melhor seu consumo e seu futuro de forma cautelosa e responsável. A educação financeira tem como objetivo auxiliar as pessoas na gestão das suas finanças e planejamento de longo prazo, além de alertar situações de

fraude e o incentivo ao consumo consciente.

Vale dizer, que o Brasil, tem cerca de 47% dos jovens entre 18 e 25 anos, e que estes não fazem o controle de seus gastos. De acordo com a SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), são 8,6 milhões de jovens inadimplentes no país, e isso é reflexo de um gasto excessivo e espelho da nossa falta de cultura em relação ao ensino sobre finanças.

Logo, para se livrar do endividamento, já na fase adulta, um bom começo, é estudar o tipo de investimento que você quer começar a fazer. Realize cursos e participe de fóruns, a fim de obter ajuda e a aprender a conhecer o mundo do mercado de investimentos e seus termos científicos.

Após isso, trace a sua estratégia, medindo os riscos, prazos e retornos esperados. Existem diversos perfis de investidores no mercado, é importante entender em qual você se encaixa e quais riscos pode correr momento de vida atual.

RESERVA FINANCEIRA

Fazer um orçamento detalhado dos gastos mensais é o tipo de recomendação que profissionais do mercado indicam, de modo que nele, no orçamento, constem as despesas fixas, como contas, e variáveis, como transporte e lazer. Reservar um dinheiro que pode ser aplicado em algum investimento de baixo risco também é tido como boa prática, especialmente se este capital puder ser resgatado a qualquer momento.

Essa medida é chamada de ‘reserva de emergência’ e, como o próprio nome já diz, deve ser usada em momentos inesperados, como perda de emprego, problema de saúde ou algum outro imprevisto que você precise de recursos rapidamente.

Nunca é tarde para se reeducar e criar hábitos, porém, quanto mais cedo começar seu planejamento, melhor será seu desempenho no futuro e sua formação de patrimônio. No Brasil, infelizmente, a educação financeira não é parte do universo educacional familiar, tampouco escolar. Assim, a criança não aprende a lidar com dinheiro nem em casa, nem na escola. As consequências deste fato são determinantes para uma vida de oscilações econômicas, com graves repercussões, tanto na vida do cidadão, quanto na do país.

No entendimento de analistas do Instituto Manubia (2010), trabalhar o mês inteiro e continuar com o saldo no vermelho é a realidade de muitos brasileiros. Os motivos são muitos, mas todos eles refletem uma situação comum: a falta de planejamento financeiro. A solução para este problema é bastante simples: a educação financeira. Para manter a saúde financeira, o segredo é gastar menos do que você ganha. Muito simples.

E, quanto antes se aprende, mais cedo começa-se a controlar o dinheiro, melhorando as decisões relativas a gastos e poupança.

A autogestão financeira permite se viver com menos preocupações geradas pela falta de reservas financeiras, traz maior autonomia nas decisões e possibilita o planejamento do futuro de pais e filhos. Dessa forma, sentir-se-á prazer em consumir produtos e serviços, gerando riqueza para o país. Ou seja, a autogestão financeira é necessária para se manter a vida em equilíbrio.

Hoje, constata-se a necessidade de investimentos em ações na construção de uma sociedade mais justa e igual para todos, compromissada com a melhoria da qualidade de vida e a conscientização da importância da educação financeira desde a infância. Dessa forma, estar-se-á colaborando para a formação de um adulto mais racional sobre suas finanças e valorizando a sociedade como um todo.

A educação financeira tem um valor fundamental na vida dos indivíduos, pois desde muito cedo, já é possível definir o perfil de uma criança no que tange a dinheiro. O fator principal que determina este perfil é a sua criação e educação. Os episódios de desconforto financeiro vivenciados no decorrer de toda uma vida, influenciam-na muito na sua vivência social e emocional. Essa educação, quer seja voluntária ou não, contribui sobremaneira na constituição do seu perfil.

Para o conjunto de autores postulados em nossas Referências, é corrente o entendimento de que é desde criança que se ensina a pensar e a agir no que diz respeito às finanças. O mesmo vale para os adultos. Todos são instruídos a pensar e a agir de determinada maneira no que se refere a dinheiro. Esses ensinamentos se transformam no condicionamento, que são todas as respostas automáticas que os indivíduos carregam.

Ao lado disso, a realidade é que a falta de conhecimento sobre educação financeira vem das gerações anteriores, que repassam para as novas, cenários políticos e financeiros que as gerações anteriores viveram, sendo raras as exceções em que famílias que conversem sobre dinheiro, evitando-se a transmissão de legados negativos.

Na condição de antídotos a se mostrarem diante de verdadeiro ‘mal social’, Amadeu (2009) destaca que a Educação Financeira desempenha um papel muito importante na manipulação dos poucos recursos que as famílias possuem, estimulando as pessoas a obterem um objetivo econômico em suas vidas. De acordo com o autor, esta educação atua na gestão de fluxo de caixa, fluxo de riscos e no planejamento de futuros gastos:

No entanto, a Educação financeira ultrapassa a noção de se tratar de um simples instrumento de obtenção de informação financeiras

e conselhos. Educação Financeira é um processo que estimula o desenvolvimento de conhecimento, aptidão e habilidades, transformando indivíduos e cidadãs críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para administrar suas finanças pessoais evitando ser manietado pelas propagandas que levam a um consumo desenfreado e seu consequente endividamento pessoal (AMADEU, 2009, p. 26).

Vale lembrar, que a educação financeira não é realizar investimentos, realizar investimentos é consequência eficaz de uma educação financeira. A educação financeira é saber administrar o dinheiro, ter investimentos na bolsa de valores, poupança, imóveis dentre outros, o depende do perfil do investidor, o qual pode mudar com a experiência e maior conhecimento sobre investimentos.

AFINAL, PARA QUE SERVE EDUCAÇÃO FINANCEIRA?

Esta pergunta pode ser respondida da seguinte forma: famílias, de todos os níveis de renda, partilham as mesmas aspirações, procuram suprir suas necessidades básicas de alimentação, educar os filhos, adquirir a casa própria e planejar o futuro. Viver numa situação de pobreza, implica em não possuir renda suficiente para atingir esses objetivos. E, para que possam poupar, até mesmo pequenas quantias, os pobres, além de gastar com cautela, necessitam ter acesso a informações e desenvolver habilidades que propiciem um melhor manejo do dinheiro. Nesse sentido, o objetivo da educação financeira é justamente oferecer-lhes as ferramentas e o poder de conseguir isso.

As necessidades destas ferramentas intensificam à medida em que se observa o crescimento do setor macrofinanceiro, com a consequente proliferação de serviços e produtos oferecidos por este setor. Atualmente, em resposta às pressões de mercado e às dificuldades que as famílias enfrentam ao longo da vida, os produtos desse setor incluem créditos para moradia e educação, contas correntes, poupanças de longo prazo, transferência de recursos e seguros.

Entretanto, de maneira geral, os clientes não compreendem as especificidades de cada uma das alternativas e, por essa razão, não as utilizam em seu melhor benefício. Para que possam comparar as possibilidades que estão ao seu alcance, os clientes necessitam, além de compreender as características das diversas opções, saber calcular e comparar os custos de cada produto, bem como determinar sua capacidade de endividamento.

A educação financeira ensina boas práticas de administração de finanças em relação a ganhos, gastos, poupança e empréstimos, a

educação financeira possibilita à população mais pobre melhor gerenciamento de recursos, compreensão das opções financeiras e melhoria de seu bem-estar. Em contrapartida, as instituições micro financeiras também lucram, pois o cliente informado constitui garantia de melhores resultados.

BENEFÍCIOS PARA A QUALIDADE DE VIDA

Um planejamento financeiro bem-feito é indispensável à vida das pessoas, pois possibilita saber, com antecedência, que caminhos estão sendo trilhados, visando maximizar os resultados econômico-financeiros. Isso traz tranquilidade e menos estresse à vida das pessoas.

Grande parte da população no Brasil, está considerando suas situações financeiras insuportáveis, e até mesmo incontornáveis. Com a saúde financeira prejudicada, a saúde do corpo imediatamente fica abalada, não raro, de maneira permanente. Para Hoji (2012, p. 01). "A saúde financeira tem um significado semelhante à da saúde física e mental. Na realidade, a saúde financeira e a saúde física e mental estão tão entrelaçadas que, em geral, uma depende da outra. "Vale ressaltar que, quem vive estressado, tem mais probabilidade de contrair doenças fisiológicas e mentais", pois, além de viver insatisfeito, terá mais gastos com remédios e tratamentos médicos e psicológicos. Ao passo de que quem está imune a esses problemas, por ter uma boa saúde física e mental, tem uma vida mais prazerosa e pode gastar dinheiro em outras atividades que trazem mais felicidade.

Dor de cabeça e enxaqueca, preocupação e nervosismo excessivo, hipertensão, ansiedade e depressão, insônia, problemas estomacais, fadiga e fraqueza, abuso de drogas, álcool e fumo, desordens alimentares, úlceras, dificuldade de concentração, irritabilidade, moral baixa, dificuldade de relacionamento com a família e amigos, problemas cardiovasculares e psicológicos, são alguns dos sinais do estresse financeiro:

O estresse financeiro resulta de um sentimento de medo ou de incapacidade de lidar com situações financeiras futuras: incapacidade de pagar contas, de realizar planos, de aposentar-se com dignidade, de dar estudo aos filhos, de manter o padrão de vida anterior. Dada a importância que o poder, o sucesso e segurança financeira assumiram na sociedade moderna, o estresse financeiro acaba resvalando em muitos outros aspectos de nossas vidas, prejudicando além da saúde física, os relacionamentos sociais. O estresse financeiro destrói casamentos, diminui a produtividade do empregado, abala amizades e os contatos familiares (BUSSINGER, 2014, p. 33).

Sabe-se que a população brasileira apresenta altos índices de sobre peso. Inclusive, neste quesito, que no médio prazo, estaremos alcançando os EUA, o país mais obeso do mundo. É verdade que os confortos do dia-a-dia também aumentaram em grande escala e essas facilidades acabam reduzindo os pequenos exercícios durante o dia.

A maioria da população, em especial jovens e adolescentes, estão conectados à internet, 24 horas por dia. Tudo isso demonstra a significativa melhora das condições financeiras das famílias. Porém, do outro lado deste viés, a porcentagem de brasileiros que praticam atividade física com regularidade é baixa, e o índice de sedentarismo é altíssimo. E, neste ponto, se localiza um dos maiores perigos: doenças, mau-humor, baixa-estima e estresse. Diante disso, é relevante questionar a si mesmo, sobre qual seria a vantagem de se ter uma boa saúde financeira, se isso não recair em ganhos para a sua saúde física e psicológica (FIGUEIREDO, 2013).

Um dos fatores mais relevantes para a preocupação da população com relação às finanças, refere-se ao medo do envelhecimento sem qualidade. Isso explica, por exemplo, o interesse em contratar planos de previdência privada no Brasil, embora esteja longe da real necessidade desta preocupação. Esse medo ainda que esteja relacionado ao futuro, é uma ameaça permanente diante de tanta instabilidade econômica e política.

Seabra (2010a), diz que "saber lidar com o dinheiro, seja para gastar com inteligência, programar suas despesas ou investir adequadamente, é vital para não incorrermos em dívidas e garantirmos uma aposentadoria tranquila".

Para aqueles que ainda não estão endividados e necessitam tomar dinheiro emprestado, faz-se necessário conhecer a sua capacidade de endividamento e para isso é preciso ter um bom controle financeiro. Este controle deve ser capaz de apontar o valor das parcelas que se consegue pagar mensalmente. Será melhor ainda se tal controle ajudar a cortar gastos desnecessários, de modo a providenciar dinheiro extra para quitar a dívida o quanto antes. No caso daqueles que já possuem dívidas, ter um bom controle financeiro também facilita as coisas. Com ele é sempre possível descobrir fontes de recursos extras, visto de cortes de despesas não essenciais.

Este dinheiro adicional pode então ser usados no pagamento de parte da dívida, o que acarretará menores despesas de juros e, consequentemente, mais dinheiro no futuro para outros objetivos. O fato é que se deve controlar as dívidas, e não o inverso (MINHAS ECONOMIAS, 2014).

Atualmente, viagens e aquisições de bens, por exemplo,

transformaram-se em sinônimos de qualidade de vida, porém, grande parte dessas conquistas são realizadas através de longos financiamentos. Enquanto as pessoas não pararem de buscar *status* exterior como sinalização de qualidade de vida, irão continuar amargadas em situações financeiras complicadas. Segundo Belynky, *apud* INFOMONEY (2014), "o importante é que a pessoa priorize a satisfação ao consumo. Viver bem não significa comprar mais um celular ou outro carro, e sim aproveitar a vida.

O objetivo de qualquer planejamento é atingir a independência financeira. Contudo, é necessário separar uma pequena parte das reservas ou do próprio salário para o bem-estar. Navarro (2014), afirma que "dinheiro não pode ser problema, tem que ser solução. Ora, a riqueza pressupõe equilíbrio para que seja sustentável. Se tiver que escolher, escolha a qualidade de vida.

É preciso equilibrar os dois mundos: finanças e bem-estar. De acordo com Cerbasi (2012), "quem quiser viver uma vida rica precisa saber aproveitar bem o presente, mas cuidar para que esse presente dure indefinidamente, se preciso". É neste pensamento que se deve pautar todo planejamento financeiro, para que os resultados sejam alcançados de forma eficaz e tranquila.

CONCLUSÃO

A educação financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro. É muito mais que isso. Saber lidar bem com dinheiro é uma questão de qualidade de vida. Reconhecer esse fato não é comum, pois o planejamento financeiro não é prioridade para a maioria das pessoas, famílias e empresas. A maioria delas só acaba se dando conta de efetuar controles periódicos, quando realmente o dinheiro já se tornou um problema. O ideal seria ter com o dinheiro uma relação saudável. Isto é, organizar-se, elaborar o orçamento, fazer as contas, planejar-se, começar a poupar, investir corretamente. O que, certamente, traria mais tranquilidade e menos estresse ao cotidiano.

Considerando que a busca para a educação financeira é um processo complexo e dinâmico, influenciado por fatores psicológicos, comportamentais, culturais e econômicos, pode-se concluir que a qualidade de vida de toda a população está diretamente relacionada a uma boa saúde financeira.

Figueiredo (2013), ressalta que "as melhores coisas da vida são de graça, como se vê nas propagandas de bancos e cartões de crédito, as quais contrapõem os simples prazeres da vida com aqueles que o dinheiro pode comprar. Para falar a verdade, as melhores coisas da vida dependem da aliança dessa contraposição."

AKEDIA

É comum encontrar pessoas que apresentam uma ótima qualidade de vida, porém, sem conhecimento de controle e finanças pessoais. Da mesma forma, não é difícil encontrar pessoas que administram suas finanças de maneira extraordinária e acabam não tendo tempo para aproveitar a vida, de fato.

Deve-se efetuar o planejamento financeiro, tendo em vista o intuito de proporcionar qualidade de vida, a fim de garantir que se tenha – hoje e no futuro – a segurança material e as condições para uma vida feliz, com realização pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

AMADEU, João Ricardo. A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta da inserção da disciplina na matriz curricular. *Dissertação de Mestrado em Educação*. Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE. Pres. Prudente – SP, 2009. Acesso em 03/12/2022.

BUSSINGER, Eliana. *Apud* MENDES, Juliana Souza. *EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA*. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Matemática Financeira Aplicada e aos Negócios, da Universidade do Sul de Santa Catarina, 2015, p. 33. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/TCC-JULIANA-DE-SOUZA-MENDES.pdf>. Acesso em 18/05/2023.

CERBASI, Gustavo. *EDUCAÇÃO FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE*, 2012. Disponível em: [https://www.bing.com/search?q=CERBASI%20apud%20RODRIGUES\(2012\)&msbd=%7B%22triggeringMode%22%3A%22Explicit%22%2C%22intent%22%3A%22UserHistory%22%7D&form=BFBBQF&cvid=BE9CCBDCFE8942918CDF2A79EB8F](https://www.bing.com/search?q=CERBASI%20apud%20RODRIGUES(2012)&msbd=%7B%22triggeringMode%22%3A%22Explicit%22%2C%22intent%22%3A%22UserHistory%22%7D&form=BFBBQF&cvid=BE9CCBDCFE8942918CDF2A79EB8F). Acesso em 16/02/2023.

EKER, T. H. *Os Segredos da Mente Milionária*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006. Acesso em 22/11/2022.

FIGUEIDERO, Marina. *Saúde financeira e física*, 2013. Disponível em: <http://www.bolsacarteira.com.br/saude-financeira-e-fisica/>. Acesso em 14/02/2023.

HOJI, Masakazu. *ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA NA PRÁTICA*. São Paulo: Atlas, 2012.

INFOMONEY. *Foco na qualidade de vida: o que é educação financeira sustentável?* Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/educacao/guias/noticia/817472/foco-qualidade-vida-que-educacao-financeira-sustentavel>. Acesso em 14/02/2023.

INSTITUTO MANUBIA, 2010. From www.manubia.com.br. Acessado em 03/12/2022.

MINHAS ECONOMIAS. *Introdução a educação financeira*. Disponível em: <http://www.minhaseconomias.com.br/educação-financeira>. Acesso em 14/02/2023.

AKEDIA

NAVARRO, Conrado. *Riqueza: ser rico sem ser milionário ou pensar em dinheiro.* Disponível em: <http://dinheirama.com/blog/2010/10/19/riqueza-ser-rico-sem-ser-milionario-ou-pensar-em-dinheiro/>. Acesso em: 14/02/2023.

PIRES, Diniz; LIMA, Olga; DALONGARO, Roberto; SAMPAIO, Patrícia; SILVEIRA, João. Educação Financeira como Estratégia para inclusão de Jovens na bolsa de valores. *Tourism and Management Studies International conference Algarve*, 2013, v.3, p. 719-730. Disponível em: www.redalyc.org. Acesso em 22/11/2022 as 10h.

SEABRA, Rafael. 10 dicas para organizar sua vida financeira. Disponível em: <http://queroficarrico.com/blog/2011/09/06/10-dicas-para-organizar-sua-vida-financeira/>. Acesso em: 14/02/2023a.

SEABRA, Rafael. A importância da educação financeira. Acesso em: 14/02/2023. Disponível em: [https://elos.org.br/a-importância-da-educação-financeira-para-jovens/](https://elos.org.br/a-importancia-da-educação-financeira-para-jovens/). Acesso em 22/11/2022b.

IMPORTÂNCIA E POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM REDE, VISANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TERRITÓRIOS

English title: IMPORTANCE AND POSSIBILITIES OF APPLYING NETWORK RESOURCES FOR THE SOCIAL DEVELOPMENT OF TERRITORIES

CALDERÓN, Arianna⁶⁶

PESSOA, Marcelo⁶⁷ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A formação de redes no contexto econômico-social atual é imprescindível para a sustentação dos desenvolvimentos econômicos e sociais, tanto nas esferas internacionais como locais. Neste Capítulo trataremos da formação de redes no contexto local com a finalidade de promover o desenvolvimento social. A aplicação de recursos em rede exige a promoção do diálogo entre os gestores de políticas públicas em todos seus níveis, o investimento social privado e as iniciativas de desenvolvimento promovidas por entidades sem fins lucrativos, lideranças comunitárias, e outros atores. É fundamental articular os esforços dos diversos setores da sociedade, evitando o isolamento e a duplicidade de ações. Visamos também neste trabalho discutir o aumento da eficiência na mobilização e alocação dos recursos políticos, financeiros, organizacionais e humanos.

PALAVRAS CHAVES: Desenvolvimento territorial, Formação de Redes, Articulação de Atores

ABSTRACT: The formation of networks in the social and economic context, today, is essential for the social and economic developments to maintain themselves, in the international and local spheres. In this article, the subject of network formation in the local context with the objective of promoting social development will be discussed. The application of resources in a network requires dialogue between public policies directors in all of the levels, the private social investment and the development initiatives promoted by non-profit organizations, local leaders, and others. It is fundamental that effort in diverse sections of society is properly articulated so as to avoid isolation and duplicated actions. We also aim for an increase in the efficiency of allocating, and mobilizing public resources, finances, organizations and people.

KEY WORDS: territorial development, formation of networks, articulation of actors

⁶⁶ Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, Unidade da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

⁶⁷ Docente do DLLCA – Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes / UEMG. Dr. em Letras / UEL – 2010. Doutorando em Linguística – UFSCAR – 2024-2028. Fomento Editorial 04-2024 – FAPEMIG / UEMG / PCRH.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do Estado de bem-estar, como tentativa de resposta à desigualdade social, levou os governos a assumirem uma posição relevante no desenvolvimento das políticas públicas. Porém, a administração pública atual, caracterizada pela excessiva verticalização, burocratização, e concentração de poder no âmbito central, está perdendo sua capacidade de prover serviços públicos.

A não resposta às demandas sociais da definição setorial das políticas tem promovido o surgimento de modelos emergentes baseados na intersetorialidade. Estes surgem como uma estratégia de gestão para a produção de políticas públicas mais adequadas de enfrentamento de problemas multidimensionais como o desenvolvimento social.

Para analisar a pluralidade no poder público, bem como a dinâmica das relações interorganizacionais e as novas formas de cogestão, a ciência política parte da ideia de “redes”, apontada como uma alternativa para tornar os processos de decisão mais visíveis e controláveis pelos cidadãos, aproximando o Estado das necessidades e reivindicações da sociedade. O trabalho em rede tornou-se peça chave nas discussões sobre a construção de uma gestão pública focada tanto na eficiência de processos como na eficácia e na garantia dos direitos dos cidadãos.

Inspirados nestes fatos, visamos desenvolver um mecanismo inovador de trabalho em rede onde o Estado passe a compartilhar poder, responsabilidades, riscos e recompensas com outros atores. Dentre as questões levantadas destaca-se a necessidade de (re)considerar o espaço e o território como palco e motor das transformações sociais, lembrando que a intervenção pública será mais efetiva quanto menos desintegrada esteja do contexto sócio-territorial sobre o qual ela incidirá.

Pretendemos também resgatar aqueles pontos que não foram debatidos durante a reforma do Estado dos anos oitenta e noventa, chamando a atenção para a questão da intersetorialidade. Posteriormente nos adentramos na teoria sobre o trabalho em rede, passando pelas suas características e dificuldades.

Para, finalmente, apresentar nossa proposta de mecanismo de cogestão e aplicação de recursos em rede visando o desenvolvimento social de territórios.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE TERRITÓRIO, ESTADO E REDES

A sociedade é formada por todos os seres humanos que ocupam um determinado espaço num determinado tempo. A história não se escreve fora do espaço, porém, o papel do mesmo em relação à sociedade há sido minimizado a “teatro das ações humanas” ou “simples tela de fundo inerte e neutra”. Santos (1982) propõe uma nova interpretação do espaço que supere a dimensão físico-concreta e que envolva a problemática social. Não podemos separar estas realidades, tanto a noção de sociedade como a noção de espaço são inerentes

à formação social. Ao analisar a obra do pensador Milton Santos, os autores Saquet e Silva (2008) concluem que definir espaço e território é uma tarefa árdua, pois não estamos falando de objetos fixos e imutáveis e sim de conceitos historicamente definidos. Então, temos que espaço pode ser considerado como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente. Constitui ainda um verdadeiro campo de forças, cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares (SAQUET & SILVA, 2008). O espaço, então, é considerado por Santos como uma instância da sociedade ao ser um fato social e não somente um reflexo social.

Por sua parte, o território antecede o espaço. Imutável em seus limites a utilização do território pelo povo cria o espaço.

O território é delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores. Território é o conteúdo da relação e a relação em si mesma, e a territorialidade refere-se às relações ou interações políticas, econômicas, sociais, e simbólico-culturais entre o Estado e a sociedade civil organizada.

O território também pode ser considerado como palco onde o capitalismo internacional prolifera enquanto o Estado empobrece, perdendo sua capacidade para criar serviços sociais (SAQUET & SILVA, 2008).

O desenvolvimento do Estado de bem-estar, como tentativa de resposta à desigualdade social, desemprego, pobreza, delinquência, escassez e degradação dos recursos naturais, levou os governos locais a assumirem uma posição relevante no desenvolvimento das políticas públicas (NAVARRO, 1997).

Porém, a atual administração pública mundial, caracterizada pela sucessão de crises fiscais e pela perda da capacidade do Estado de ser o provedor único do bem-estar social, se há visto obrigada a sofrer transformações estruturais e funcionais (KNOPP, 2011). Para que o Estado possa enfrentar os desafios da sociedade moderna faz-se necessário que repense sua maneira de existir e de operar.

O território é uma importante dimensão que, por anos, foi negligenciada no debate sobre governança social e desenvolvimento. Knopp (2001) explica que o território e sua dinâmica (territorialidade) hão sido pautados, muitas vezes, em programas e projetos com uma visão restrita e meramente economicista, ou seja, considerando-o como um espaço geográfico sem sujeitos históricos ou os sujeitos sem território.

O território têm sido palco e motor das transformações sociais. As cidades representam a forma típica de enraizamento da comunidade e é nelas que surgem, de forma acentuada, a maioria dos problemas que as sociedades contemporâneas enfrentam. Os laços de relações sociais e seu forte conteúdo de ajuda mútua costumam articular-se mediante fatores de carácter territorial. Diversos estudos empíricos comprovam que a identificação territorial dos indivíduos é principalmente local (NAVARRO, 1997). Sendo assim, faz-se necessário sublinhar que o âmbito local é o ponto de arranque mais adequado quando falamos de reformular as políticas públicas para o desenvolvimento social e, consequentemente, o Estado de bem-estar.

Segundo Knopp (2011) a intervenção pública será mais efetiva quanto menos desintegrada seja do contexto sócio territorial sobre o qual ela incidirá. O conceito território deve ganhar um novo olhar onde o desenvolvimento deixe de ser um processo descontextualizado do lugar onde ele se processa.

Entende-se que uma política, programa ou projeto público torna-se mais efetivo se ele se territorializar – no sentido de ser apropriado e incorporado ao cotidiano de seus destinatários – e ter por base, para sua concepção e implementação, a territorialidade do *lócus* de ação. Para isso, torna-se fundamental que cidadãos e/ou organizações daquela localidade sejam agentes desse processo (KNOPP, 2011, p.15).

Resulta essencial fortalecer novas formas de governança, baseadas na realidade e na dinâmica dos territórios sobre os quais elas incidem, assim como na cooperação entre os atores públicos e privados. Concordamos com Knopp (2011) ao propor a institucionalização de mecanismos inovadores de atuação democrática para o atendimento das demandas sociais, desde que aproveitem a habilidade que possui uma sociedade para organizar seu processo de desenvolvimento com base na sua realidade sócio territorial.

Estamos frente à manifestação da potencialidade do local ou localização como processo paralelo e oposto à globalização: “À medida que a ciência social se debruça sobre processos de carácter global, manifesta-se a especificidade e potencialidade do âmbito local nos processos de reestruturação política, económica e social” (NAVARRO, 1997).

Os sistemas de governo estão sendo desafiados a dar conta dessa nova realidade. Os cidadãos querem ser ouvidos e querem respostas às suas exigências, têm se conscientizado em relação ao seu poder político e participado ativamente na produção de conhecimento, conectando-se diretamente com outras pessoas para resolver seus problemas. Faz-se necessário não só exigir mais do Estado, do sistema político e das instituições que o conformam, resulta imperante “colocar a mão na massa e engajar-se com outros na construção de uma boa vida para si, sua família, suas comunidades, sua cidade” (SCHOMMER, 2013).

Estes mecanismos inovadores exigem que o Estado passe a compartilhar responsabilidades, riscos, recompensas e poder com outros atores (poder público, mercado, sociedade civil e cidadãos). Nesse cenário o Estado é apenas parte constituinte, o mesmo vale para o mercado, para o terceiro setor e para os cidadãos.

Parte do avanço proposto envolve o entendimento do privado como agente político e consequentemente como parte da esfera pública, o que significa assumir a permeabilidade entre o público e o privado, redefinindo os papéis das diferentes organizações e instituições e estabelecendo novas formas de articulação entre elas. A institucionalização de diversas modalidades de arranjos relacionais que explorem a potencialidade de investimento social do setor privado com fins lucrativos e a prestação de serviços de interesse público do setor privado sem fins lucrativos.

Segundo Navarro (1988), o Estado tradicionalmente centrado na ação pública direta sobre a cidadania cria abertura para que agentes privados, com ou

sem objetivos lucrativos, participem na provisão de serviços de bem-estar. Esta gestão privada de interesses públicos está a definir um Estado de bem-estar misto ou pluralista, no qual participam tanto o Estado como empresas e entidades da sociedade civil, para encontrar, assim, uma maior eficácia na solução dos problemas que as comunidades locais apresentam. Estas novas formas de arranjos organizacionais aumentaram a confiança no Estado, pois será possível oferecer novas oportunidades aos cidadãos para participarem no esboço do seu futuro coletivo a partir do contexto local (NAVARRO, 1997).

O Estado vem sendo cada vez mais questionado, e deslegitimado pelos cidadãos, ao falhar no seu dever de procurar o aumento do bem estar social através da garantia das necessidades indivisíveis como segurança, saúde, educação, etc. Depois da crise de 2008, estamos vivenciando um processo de redução do Estado de bem estar e aprofundamento dos Estados neoliberais.

O aumento do bem-estar em países europeus foi modelo durante o período pós-guerra, porém, hoje, o gasto público está sendo insustentável, evidenciando a dificuldade de se encontrar um ponto de equilíbrio. O Estado tem boa capacidade redistributiva, mas é ineficiente para ofertar bens e serviços, ficando claro que o Governo deve dividir esta responsabilidade.

NECESSIDADE DE EMPREENDER UMA NOVA REFORMA DO ESTADO

Migueletto (2001) explica que a estrutura organizacional do Estado se caracteriza pela excessiva verticalização, burocratização, e concentração de poder no âmbito central, tornando os processos de decisão pouco visíveis e controláveis pelos cidadãos, mantendo o Estado distante das necessidades e reivindicações da sociedade.

Segundo Schommer (2013), há extrema concentração de recursos financeiros e técnicos no governo federal, sendo que, a partir de 1988, os municípios assumiram mais atribuições. Ao mesmo tempo em que os municípios são mais pressionados por resultados, dependem muito de recursos do governo federal, o que gera baixo grau de capacidade institucional. Como consequência, surge a necessidade de tornar o Estado mais ágil e menos oneroso por meio de uma nova reforma, que vise não só o aumento da eficiência, mas, também, a promoção de benefícios sociais relevantes.

A reforma do Estado dos anos oitenta focava seus esforços na busca do equilíbrio fiscal, o que foi determinante para a melhoria do funcionamento da burocracia, para a redução das despesas e para a institucionalização de certos mecanismos de controle, porém, falhou em atender às demandas e garantir os direitos da população. Ser eficaz e eficiente não é suficiente para promover o desenvolvimento (COSTA, 2008).

Costa (2008) lembra que, dentre os ganhos da reforma no Brasil, no final do século XX, destacam-se;

- A ideia de eficiência afiançou-se como uma prioridade;

- A questão da participação ganhou importância, observou-se o início da participação da população na gestão e no controle social de políticas públicas;
- Emergiram no debate público organizações não governamentais;
- Houve uma tendência positiva em relação à transparência na gestão pública, sobretudo, na aplicação dos recursos públicos;
- Em contraposição, o autor chama a fazer uma reflexão em relação aos temas que não puderam ser ou não quiseram que fossem discutidos nos anos oitenta e noventa, os quais lista;
- (Re)politizar a administração pública, pois, nos anos oitenta, houve uma tendência de despolitizar o Estado em função da crença de que os problemas públicos são consequência da má gestão. Sendo que não basta possuir gestores eficientes. O Estado lida com problemas gerenciais, mas principalmente o Estado lida com problemas de natureza política, sobretudo quando se trata de políticas públicas de caráter distributivo;
- A reforma do Estado deve contribuir para a garantia dos direitos de cidadania;
- A terceira questão, e que mais nos interessa, tem a ver com o foco no desenvolvimento. O foco dos processos de reforma do final do século XX estava no ajuste fiscal, na estabilidade financeira e na eficiência do gasto, esquecendo a consolidação da ordem democrática e a construção de sociedades mais justas onde fosse possível o desenvolvimento pleno da cidadania;
- Assim, sempre que se planejar uma intervenção no aparelho do Estado, é necessário refletir sobre seus propósitos últimos, sobre sua contribuição para a realização de objetivos sociais relevantes, sobre sua utilidade e importância para o desenvolvimento da nação (COSTA, 2008, p. 07);
- Em quarto lugar, o autor chama a atenção da intersetorialidade, base da aplicação de recursos em rede, e fundamento da nossa proposta, o que será detalhado mais adiante. A reforma política em questão deve priorizar a busca de mecanismos para a integração das ações multissetoriais e multiorganizacionais;
- O último elemento, destacado por Costa (2008), consiste na questão da *accountability* como novas formas de controle social sobre as políticas públicas.

A atual e imprescindível reforma do Estado deve contribuir para a autonomia e flexibilidade dos organismos públicos, visando fugir dos controles burocráticos da administração pública. Deve alavancar a participação de organizações não governamentais, não apenas no debate público, como na execução de políticas públicas em conjunto com o poder público e com a empresa privada.

Falamos da sociedade civil organizada executando e ajudando o Estado a chegar aonde não consegue.

Neste contexto, têm surgido inovações administrativas orientadas para uma configuração organizacional descentralizada e intersetorial, assim como

transformações das estruturas organizacionais verticais e monolíticas, em modelos de articulação organizacional que privilegiam a diversidade e horizontalidade em busca de maior distribuição do poder (MIGUELETTO, 2001).

Para analisar a pluralidade no poder público, bem como a dinâmica das relações interorganizacionais e as novas formas de cogestão, a ciência política parte da ideia de “redes”, apontada como uma alternativa na reconstrução das relações entre o Estado e a sociedade.

A abordagem de redes, como expressão dos novos arranjos interorganizacionais indica o incremento dos processos de interdependência entre atores e organizações e, particularmente, entre agentes públicos e privados.

Ao mesmo tempo, identifica-se nessa emergência certo esgotamento da capacidade de integração e de coesão social das instituições representativas tradicionais e da eficácia das organizações burocráticas e do modelo de planejamento global e centralizado (MOURA, 1998, p. 02).

INTERSETORIALIDADE E TRABALHO EM REDES

Compreendidas as transformações que têm acontecido no âmbito da gestão pública, a intersetorialidade surge como uma estratégia de gestão para a produção de políticas públicas mais adequadas de enfrentamento de problemas multidimensionais, tais como o desenvolvimento social.

A definição setorial das políticas já não está respondendo de forma adequada aos desafios. Assim, modelos emergentes baseados na intersetorialidade marcam a fragilização de estilos monopolizadores e hierárquicos de prestação de serviços e se dispõem a aumentar a capacidade das políticas de serem responsivas aos problemas sociais.

Bronzo (2007) afirma que, dentre os fatos que dão força ao surgimento do debate quanto à necessidade de intersetorialidade, destacam-se: a concepção de “gobierno de proximidad” que acentua o peso dos governos locais na provisão de bens e serviços; a emergência da governança no contraponto às bases dos governos tradicionais, monopolistas, autossuficientes, hierárquicos; e, por último, a perda no monopólio da gestão pelo Estado, ampliando as parcerias público-privadas e a crescente presença das ONGs na provisão de serviços.

A intersetorialidade é um meio de gestão que permite obter uma visão mais global dos problemas que podem ser pautados através de critérios territoriais, assim como uma atuação mais eficaz e eficiente para resolver problemas sociais, uma vez que integra os diversos setores das políticas públicas, envolvendo o compartilhamento de recursos e complementação das diferenças entre os diversos setores.

A estratégia da intersetorialidade pode permitir resultados mais significativos em relação ao impacto e à sustentabilidade das políticas, evitando sobreposições de ações e garantindo maior organicidade às mesmas.

Não obstante, a lógica da setorialidade ainda está muito enraizada, o que significa que conseguir a articulação necessária para implantar políticas

transversais demanda muito tempo, forte adesão política e esforço para a construção de estruturas e práticas adequadas.

Dentre as soluções propostas por Bronzo (2007), se distingue a criação de diversos instrumentos de gestão, como comissões interdepartamentais, unidade de integração, mesas intersetoriais, grupos de trabalho, sessões de trabalho, entre outros.

O importante é que se implantem instrumentos intraorganizacionais e interorganizacionais que vinculem a organização com seu entorno, concedendo maior importância à participação cidadã.

Também devem ser implantados processos de reorganização administrativa, porém, o mais importante a se fazer é conseguir viabilidade política. Um processo que envolve partilha de recursos normalmente envolverá conflitos, variáveis que podem ser minimizadas através da identificação dos objetivos comuns.

A legitimação da perspectiva intersetorial vai ser alcançada na medida em que haja espaços de deliberação a partir da noção de redes multi níveis, permitindo a elaboração conjunta de diagnósticos e planos comuns. Os novos mecanismos de gestão pública para o desenvolvimento devem ser estabelecidos ampliando-se a perspectiva das redes horizontais e remetidos à articulação entre atores de um mesmo nível e de diferentes níveis de governo.

Contudo, a noção de intersetorialidade não se esgota no âmbito governamental, pois implica a relação entre organizações públicas e privadas para lidar com a complexidade dos problemas sociais. Neste sentido, a noção de trabalho em rede é valorizada, estabelecendo-se novas relações entre o Estado, a sociedade civil e as empresas privadas, ao se reconhecer o poder político real destas duas.

A rede é um arranjo organizacional (sistema organizacional) formado por um grupo de atores, que se articulam – ou são articulados por uma autoridade – com a finalidade de realizar objetivos complexos e inalcançáveis de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição de autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, se articulam diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada. O poder é fragmentado e o conflito é inexorável, por isso, se necessita de uma coordenação orientada ao fortalecimento dos vínculos de confiança e ao impedimento da dominação (MALMEGRIN, 2012, p. 14).

Por meio de estrutura de rede, ocorrem relações de interdependência horizontal e vertical, simultaneamente, de múltiplos atores que integram seus saberes viabilizando a otimização dos recursos e como consequência dos resultados de suas ações. Dentre as variáveis que devem ser consideradas ao analisar uma rede, Migueletto (2001) enumera a compatibilidade dos membros ou nível de concordância sobre os objetivos, o ambiente em que se dá a mobilização de recursos e o ambiente social e político em que opera.

No trabalho em rede predominam as relações de cooperação sobre a competição, não obstante, o caráter de conflito estará sempre presente, pois cada ator atua segundo valores próprios e, ao mesmo tempo, visa alcançar um

objetivo em comum. A cooperação (operação conjunta), a cogestão (gestão conjunta) e a corresponsabilidade (responsabilidade conjunta e solidária) são desafios que exigem dos membros da rede habilidades de mediação e negociação como fundamento do sucesso.

Duas características do trabalho em rede que devem ser ressaltadas são: 1) o formato horizontal-democrático; e, 2) o papel da liderança. Migueletto (2001) explica que o formato das relações entre os membros da rede se caracteriza pela não centralidade organizacional e não hierarquização do poder, tendentes à horizontalidade.

Entretanto, embora a ideia de horizontalidade seja utilizada como referência à geometria do modelo de redes, continua sendo fundamental o papel de uma liderança para a organização e coordenação dos trabalhos. A liderança de um ator na rede deve restringir-se à função de articuladora, condutora e integradora, com autoridade mais moral do que legal.

Embora a rede seja coordenada por um centro político, não há um relacionamento hierárquico entre os atores, uma vez que a figura da autoridade assume novo significado, mais condizente com um polo de articulação do que um polo de poder (MIGUELETO, 2001, p. 36).

Contar com um ator que assuma o papel e liderança na rede é fundamental para fomentar a motivação, incentivar o crescimento e preservar a harmonia dos diversos atores envolvidos, no entanto, as decisões no panorama das redes não podem ser tomadas unilateralmente ou de forma hierárquica. As decisões devem ser realizadas após o consentimento de todos os componentes da rede.

Finalmente, resulta fundamental chamar a atenção para a questão da financiabilidade como elemento estratégico no sucesso do trabalho em rede. Bortolaso *et al* (2010) ressaltam a importância de que para se ter sucesso a rede deve ter capacidade de gerar recursos para a subsistência, ou seja, deve ter competência para captar recursos de terceiros para a execução de projetos em prol da rede.

Outra característica distintiva a despontar no estudo da literatura sobre o tema em cena é a existência de uma estrutura física e financeira para subsidiar a gestão da rede. A estrutura é compreendida como condição necessária para o funcionamento da administração da rede e para a disponibilidade de um escritório com infraestrutura, profissionais contratados com a tarefa de gerenciar as questões operacionais da rede e a financiabilidade (BORTOLASO *et al*, 2010, p. 03).

TRABALHO EM REDES FOCADO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na literatura sobre redes, observamos certa focalização no desenvolvimento das mesmas para alcançar o crescimento econômico. Em tempos de globalização, não é coincidência o incremento de publicações sobre aumento de vantagens competitivas localizadas, cooperação entre empresas etc.

AKEDIA

Para isto, organismos internacionais têm investido em projetos de desenvolvimento de arranjos produtivos locais ou *clusters*, termo cuja origem se situa no início dos anos noventa. Michael Porter define *clusters* como concentrações geográficas de companhias e empresas num setor específico, interconectadas para a aplicação da competitividade empresarial oferecendo, assim, um grande potencial para a criação de vantagens competitivas.

Por outra parte, na literatura sobre economia e administração, também encontramos a expressão “Arranjo Produtivo Local” – (APL), conceituado como “um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem” (CARDOSO, 2014).

Através dos APLs as empresas buscam se concentrar nas suas competências essenciais e se articular com outras organizações, seja para suprirem necessidades secundárias, como no caso das terceirizações, seja para obterem sinergia, através de parcerias e alianças estratégicas, com empresas concorrentes, fornecedores, entre outros.

Segundo Cassiolato e Lastres (2003) o aproveitamento das sinergias coletivas geradas pela participação em aglomerações produtivas locais efetivamente fortalece as chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em importante fonte de vantagens competitivas duradouras.

A partir dos *clusters* e dos APLs, o desenvolvimento social é visto sob a ótica econômica, porém, a concepção do que seja desenvolvimento vai além do crescimento econômico. Knopp entende que:

Desenvolvimento não é o mesmo que crescimento econômico (e que o crescimento econômico não garante o desenvolvimento), mas consiste na melhoria das condições de vida de uma dada sociedade e no enriquecimento de seu capital social, humano e cultural; de que projetos de desenvolvimento devem estar assentados nas especificidades econômicas, socioculturais, estruturais e físico-naturais dos territórios (KNOPP, 2008, p. 14).

Os APLs, em suma, têm sido considerados como uma oportunidade para o crescimento e fortalecimento da economia na busca do desenvolvimento equilibrado dos territórios, da melhor distribuição de renda e de soluções aos problemas enfrentados pelas localidades, considerando, assim, o desenvolvimento social como consequência do desenvolvimento produtivo dos territórios.

ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS

Amoretti *et al* e Velten (2011) expandem o enfoque dado aos APLs para além da produtividade do mercado e da economia, apresentando os conceitos de “Arranjos Sociais Locais” – (ASLs) e “Arranjos Culturais Locais” – (ACLs) adaptados às demandas da educação profissional e tecnológica.

Arranjos Sociais Locais “se referem a uma rede de grupos sociais e atividades características de um território que, integrados aos índices sociais da região, revelam sobre o contexto, o ambiente, as formas de organização e associação, as carências e o desenvolvimento de uma determinada região” (VELTEN, 2011).

Por outra parte, no mesmo artigo, estes autores definem Arranjos Culturais Locais como “processos constitutivos da memória cultural de uma comunidade, dizem respeito a: aglomerados de unidades de patrimônio histórico material e imaterial, localizadas num mesmo território, criando demandas específicas de mão de obra” (VELTEN, 2011).

Os conceitos de ASLs e ACLs constituem um avanço na conceituação de redes sociais, porém, não consideram a possibilidade da aplicação inteligente de recursos provenientes do setor público e do setor privado para alcançar o desenvolvimento social.

Hermeto Didonet (Ex-Coordenador Geral do Plano Diretor de Macaé – RJ, no ano 2006) entende o capital social como algo que se refere às redes e às normas destinadas a facilitarem ações coletivas e impulsoras do relacionamento entre o ambiente político, o ambiente empresarial e o ambiente social. O entendimento de Didonet é afirmado também por Schommer (2013), que expõe a recente revalorização das comunidades, da proximidade e das conexões entre as pessoas, reforçando-se a percepção do capital social e das redes como elementos de desenvolvimento.

Didonet (2009) desenvolve o conceito de Capital Social, ao configurar-se um Arranjo Social Local como algo que se refere às redes e às normas destinadas a facilitarem ações coletivas entre o ambiente político, empresarial e social. Pressupõe-se, então, um entendimento amplo de que a sustentabilidade precisa não só do equilíbrio entre o âmbito econômico e o ambiental, mas, também, deve considerar os valores sociais e culturais, essenciais ao desenvolvimento desejado. O conceito de Capital Social coincide com a concepção dos ASLs, na medida em que estes são como mecanismos de promoção do desenvolvimento local através do trabalho cooperativo entre os diversos atores, e ao mesmo tempo, cogita a possibilidade de articular e direcionar os investimentos sociais empresariais e os investimentos públicos em prol da superação das carências de uma determinada região.

O conceito que buscamos desenvolver nesta pesquisa se aproxima ao apresentado por Didonet, ao caracterizar o Capital Social como propulsor do desenvolvimento local. Procuramos também expor que:

É possível produzir desenvolvimento e bem comum a partir dos processos endógenos e dos potenciais locais; que é possível engajar cidadãos, famílias, governos, empresas, organizações da sociedade civil e muitos outros em torno de interesses e projetos compartilhados; que a variável democrática é essencial em processos de desenvolvimento – se não for feito pelas pessoas, a partir das pessoas, sequer faz sentido falar em desenvolvimento (SCHOMMER, 2013, p. 24).

Trata-se de um novo contexto relacional, no qual as formas de articulação entre Estado e sociedade passam a buscar a sinergia por meio da convergência de ações no âmbito das políticas públicas, configurando uma relação complicada de esforços governamentais, empresariais e civis, alterando significativamente as fronteiras que tradicionalmente separavam esses setores (MIGUELETTO, 2001).

ARRANJO SOCIAL LOCAL – MECANISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TERRITÓRIOS

Como resultado da busca de ideias inovadoras que originem mudanças sociais em grande escala, a partir do trabalho em rede e frente à possibilidade de aproveitar o comprometimento das empresas com sua responsabilidade social e a capacidade operacional instalada nos territórios por intermédio de iniciativas da sociedade civil organizada, propomos o fomento e institucionalização de Arranjos Sociais Locais, entendidos como novos mecanismos para consolidar o desenvolvimento local. Inspiramo-nos em conceitos como o de “Arranjo Produtivo Local”, “Arranjo Social Local” e “Arranjo Cultural Local” (trabalhados por Amoretti *et al*) e pelo conceito de “Capital Social”, acunhado por Didonet.

Desde nossa perspectiva, um Arranjo Social Local consiste numa rede articulada e estruturante das ações entre diversos atores que visa à promoção coletiva do desenvolvimento social de um território determinado, por meio da articulação de esforços governamentais, empresariais e civis alterando as fronteiras tradicionais que separavam essas esferas.

Os Arranjos Sociais Locais podem ser articulados em qualquer território onde seja possível promover a integração entre as demandas regionais, os empreendedores sociais, as políticas públicas e os investidores privados. Logo, não há uma medida ou dimensionamento exato a partir do qual o ASL possa ser articulado.

As relações entre os atores devem acontecer num formato democrático e participativo, caracterizadas pela não centralidade organizacional e a não hierarquização do poder. Contudo, o ASL deve ser mediado e organizado, por meio de um agente de mobilização que assumirá uma responsabilidade mais de articulação do que de poder, buscando a conexão, a comunicação e a colaboração entre os atores.

Propomos a articulação, desenvolvimento, e fortalecimentos de ASLs a partir da mobilização das lideranças públicas, privadas e comunitárias que possam colaborar com o desenvolvimento do território.

A sustentabilidade do Arranjo Social Local depende de entre outras coisas, da capacidade de captar recursos de terceiros para a execução de projetos constituídos pela comunidade em função das suas necessidades em integração com as políticas públicas oferecidas pela autoridade governamental.

A realização de projetos e o alcance de metas depende tanto dos recursos financeiros para sua implementação, como da inovação, de aspectos culturais e de relações presentes no tecido social, que podem condicionar a realização dos projetos (BRITO & BORGES, 2013, p. 09).

A constituição de um ASL passa pela resposta às seguintes perguntas:

- Quais são as ações em curso promovidas pelo poder público e por organizações da sociedade civil num determinado território?
- Quais são as demandas sociais do território e como se organizam em ordem de prioridade?
- Quais ações podem ser executadas conforme a capacidade de execução e de financiamento instalada na região?
- Quais são as debilidades operativas e de gestão das iniciativas da sociedade civil organizada? Algum ator da rede pode oferecer capacitações e formações para a superação destas debilidades? As empresas podem dar uma contribuição significativa em dois campos de atuação: formação e capacitação de lideranças comunitárias, e o desenvolvimento da capacidade institucional das organizações de desenvolvimento comunitário (BRITO & BORGES, 2013, p. 18).
- Quais indicadores de monitoramento dos avanços do Arranjo Social Local podem ser desenvolvidos?

Finalmente, podemos dizer que a promoção e institucionalização de ASLs é uma ideia inovadora e pouco desenvolvida, tanto teórica como pragmaticamente, e que cogita a possibilidade de articular e direcionar os investimentos sociais empresariais e os investimentos públicos alterando as fronteiras que tradicionalmente separam essas esferas em prol da superação das carências de uma determinada região.

CONCLUSÃO

A sociedade moderna e as novas formas políticas de representação demandam um processo de reforma do Estado que entenda como prioritária a descentralização das ações executadas pelo poder público. Para alavancar as relações entre diversos atores de diversas naturezas, parte-se da ideia da formação de redes. Entendemos o trabalho em rede como uma alternativa para reconstruir as relações entre o governo e a sociedade à medida que permite ao Estado chegar aonde atualmente não consegue.

A formação de redes no contexto econômico-social atual é imprescindível também para a sustentação dos desenvolvimentos econômicos e sociais, tanto nas esferas internacionais como locais. Neste Capítulo, tratamos sobre a formação de redes no contexto local com a finalidade de promover o desenvolvimento, ideia que conceituamos como Arranjo Social Local (ASL), inspirados nos conceitos desenvolvidos por Amoretti *et al* e Didonet.

O desenvolvimento de um ASL consiste na promoção do diálogo entre o poder público, o investimento social privado e as iniciativas de desenvolvimento

pretendidas por entidades sem fins lucrativos, lideranças comunitárias, e outros atores da sociedade civil organizada.

Propomos criar um mecanismo de articulação dos esforços dos diversos setores da sociedade, evitando o isolamento e a duplicitade de ações. Acreditamos que, por meio destes mecanismos, seja possível aumentar a eficiência na mobilização e alocação dos recursos políticos, financeiros, organizacionais e humanos.

Observamos também que, em tempos de globalização, não é coincidência o incremento de publicações sobre desenvolvimento econômico local e aumento de vantagens competitivas, por meio da formação de redes de cooperação entre empresas. Para isto, organismos internacionais têm investido em projetos de desenvolvimento de *clusters* ou Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Os APLs são estruturas em que diversos atores trabalham em estreita cooperação e interação para o aproveitamento das sinergias coletivas, o que aumenta as possibilidades de sobrevivência e crescimento. Os APLs têm sido apresentados como geradores do crescimento econômico e consequentemente promovedores do desenvolvimento social local, ao fortalecer a competitividade entre os diversos segmentos da economia.

Não obstante, o desenvolvimento vai além do crescimento econômico, uma vez que vários autores afirmam que o crescimento econômico por si só não gera diminuição da desigualdade social.

Baseados na possibilidade de aproveitar o comprometimento das empresas com sua responsabilidade social e a capacidade operacional instalada nos territórios, por intermédio de iniciativas da sociedade civil organizada, o conceito de ASL inspira-se na concepção de APL como mecanismos de promoção do desenvolvimento local, através do trabalho cooperativo entre diversos atores.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, André Luis de; BRESCIANI, Luis Paulo. *Arranjos produtivos locais: uma abordagem conceitual* Clusters: a conceptual framework. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/22003>. Acesso em 11 nov. 2014.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento*. Disponível em: http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnDES_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl.pdf www.spell.org.br/documentos/download/22003. Acesso em 14 jul. 2014.
- BORTOLASO, Ingrid Vargas et al. *Práticas de Gestão de Redes de Cooperação Horizontais: O desenvolvimento de um modelo e análise*. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eor2559.pdf>. Acesso em 14 set. 2014.
- BRITO, Felipe; BORGES, Zilma. *Ecossistema do desenvolvimento local no Brasil: Diálogos sobre a relação e o papel do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil*. Disponível em: http://www.ice.org.br/adm/images/arquivos/2014_publica%C3%A7%C3%A3o_desenvolvimento_local_final_28.11.2014.pdf. Acesso em: 11 jan. 2015.

BRONZO, Carla. *Intersetorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: reflexões a partir do tema do enfrentamento da pobreza.* Disponível em: <http://siare.clad.org/fulltext/0056806.pdf>. Acesso em 07 abr. 2014.

CARDOSO, Univaldo Coelho. *APL: arranjo produtivo local.* Disponível em: http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/empreendimentos_coletivos_apl.pdf. Acesso em 14 set. 2014.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena. *O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.* Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist/P3/NTF2/Cassiolato%20e%20Lastres.pdf>. Acesso em 08 set. 2014.

COELHO, Ricardo Corrêa. *O público e o privado na gestão pública.* Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.78p.

COSTA, Frederico Lustosa da. *Reforma do Estado em Novas Perspectivas – Lições da Experiência Brasileira.* Disponível em: <http://revistapp.uemg.br/pdf/ponto1ppp1.pdf>. Acesso em 28 fev. 2015.

DIDONET, Hermeto. *Capital Social.* Disponível em: http://www.visaosocioambiental.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=8. Acessos em 14 set. 2014.

KNOPP, Glauco. *Governança Social, Território e Desenvolvimento.* Disponível em: <http://revistapp.uemg.br/pdf/ppp8/Gov PPP8.pdf>. Acesso em 28 fev. 2015.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. *Redes públicas de cooperação em ambientes federativos.* Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

MIGUELETTO, Danielle Costa Reis. *Organizações em Rede.* Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3566/DanielleMiguelletto.pdf?sequence=1>. Acesso em 14 set. 2014.

MOURA, Suzana. *A construção de redes públicas na gestão local: algumas tendências recentes.* Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141565551998000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 set. 2014.

NAVARRO, Clemente. *Globalização e localismo: novas oportunidades para o desenvolvimento.* Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218793929W6dNP1ar6Pd92RN4.pdf>. Acesso em 03 mar. 2015.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método.* Disponível em: <http://ricardoantasjr.org/wp-content/uploads/2013/05/forma%C3%A7%C3%A3o-socioespacial-como-teoria-e-como-m%C3%A9todo.pdf>. Acesso em 21 mar. 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. *Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território.* Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>. Acesso em 21 mar. 2015.

VELTEN, Maria Janete. *Gestão de demandas e de ofertas de cursos técnicos a distância: desafios postos pelo sistema e-Tec ao regime de colaboração e às estratégias de desenvolvimento local.* Disponível em: <http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2010/06/Dissertacao-Maria-Janete-Velten.pdf>. Acesso em 14 set. 2014.

ESTUDOS SOBRE AS NOVAS GERAÇÕES E A SOCIEDADE CAPITALISTA PÓS-INDUSTRIAL⁶⁸

English title: STUDIES ON THE NEW GENERATIONS AND POST-INDUSTRIAL CAPITALIST SOCIETY

BORGES, Leandro Queiroz⁶⁹

PESSOA, Marcelo⁷⁰ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Neste capítulo, ao estudarmos a sociedade capitalista, adotamos uma perspectiva teórica pós-colonial, pois cremos que a delimitação da economia e da cultura pós-industrial aqui empreendida se encaixaria melhor nesse arcabouço teórico. Neste recorte, fizemos uma prospecção bibliográfica dos novos modelos de gestão e de relacionamento que surgiram a partir do declínio das estruturas tayloristas e fordistas, vigentes na sociedade capitalista até meados do século XX. Justifica nossa pesquisa, o fato de que o ocaso dos antigos modelos societários (cisão marcada pelas Revoluções Francesa e Revolução Industrial) colocou em pauta um novo contingente de necessidades humanas, sobre as quais a recente crítica sociológica tem se debruçado. Como eixo principal dos resultados, destacamos a ideia de que, hoje, numa sociedade que vive sob as forças de transformação e de ruptura demandadas pela pós-modernidade, ainda se espera, apesar disso e também de uma conjuntura de desvalorização e degradação humana, que seja possível que se encontre uma saída menos degradante para a subsistência da espécie. Isso acontecerá por meio de uma alimentação orgânica, da preocupação com o sustentável e uso racional dos recursos naturais, elementos estes que são marcas bem fortes das "novas gerações".

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade, Capitalismo, Novas Gerações

ABSTRACT: In this chapter, as we study the capitalist society, adopt a post-colonial theoretical perspective, because we believe that the demarcation of economy and post-industrial culture here undertaken would fit better in this theoretical. In this clipping, we did a bibliographic exploration of new models of management and relationship that emerged from the decline of the Taylorism and Fordism structures, in force in capitalist society until the mid-20th century. Justify our research, the fact that the sunset of the old models companies (Division marked by the French Revolution and the Industrial Revolution) put on the agenda a new contingent of human needs, on which the recent sociological criticism has been perched. As the main axis of the results, we highlight the idea that today, in a society that lives under the transformation and rupture forces demanded by post-modernity, yet still expected, and also an environment of devaluation and human degradation, it is possible that a less degrading output for the subsistence of the species. That's going to happen through an organic feeding, concern for the sustainable and rational use of natural resources, these elements are strong brands of the "new generation".

KEYWORDS: Society, Capitalism, New Generations

⁶⁸ Este texto é uma versão revisada e ampliada do resultado do trabalho de pesquisa de iniciação científica realizada com bolsa da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

⁶⁹ Graduado em Administração, na UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal. Consultor Empresarial com Aperfeiçoamento em Administração de Empresas.

⁷⁰Docente do DLLCA – Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes / UEMG. Dr. em Letras / UEL – 2010. Doutorando em Linguística – UFSCAR – 2024-2028. Fomento Editorial 04-2024 – FAPEMIG / UEMG / PCRH.

INTRODUÇÃO

A construção do presente trabalho deve-se à premissa de que, no cerne da sistematização do conhecimento humano, as “noções fundamentais da ciência são de origem religiosa” (DURKHEIM, 2003, p. 479) e, particularmente no que o conhecimento sobre gestão de pessoas coincide com a essência do pensamento religioso é que nossa pesquisa se detém, já que entendemos que pode ser por meio desta área que se exprima uma inequívoca busca de compreensão da realidade social.

Vemos, com isso, que justifica nosso exame, a possibilidade teórica de compreensão desse fato, que se deu quando se demonstrou que a sociedade pós-industrial e as organizações empresárias que a compõem poderiam constituir um modelo interpretativo da realidade por meio dos estudos da nascente Sociologia.

Ao lado disso, a partir do boom pós-industrial, novas dinâmicas de relacionamento interpessoal e novos modelos de gestão empresarial passaram a integrar a pauta de preocupações da sociedade, uma vez que não apenas a maneira como esta é “constituída e organizada, sua morfologia, suas instituições religiosas, morais, econômicas etc.” (DURKHEIM, 2003, p. XXIII) sofreram transformações, mas, também, as pessoas, as quais viram surgir o ocupar de espaço relevante, pelas chamadas “novas gerações”, figurativamente designadas como “baby boomers”, “geração X”, “geração Y”, “geração Z”, “geração W”, “geração de cristal” etc.

Neste contexto, impuseram-se um sincretismo entre as teorias organizacionais que obtivessem os melhores resultados para a economia, seus aspectos técnicos e as abordagens modernas de gestão. Por conseguinte, surge também a necessidade de se detectar, analisar e consolidar as bases e os princípios que nos permitiriam objetivá-lo.

No primeiro tópico do Capítulo, fazemos uma breve exposição sobre a moral social de Émile Durkheim, privilegiando iluminar de seu texto original (A educação moral, 2008), aquilo que nos seja mais importante para a conformação da sociedade pós-industrial.

Neste sentido, na segunda parte de nossa escrita, apresentamos um descritivo das chamadas “novas gerações”, declinando suas características e determinando o seu lugar no tempo histórico. Neste momento do texto, também, veremos que as transformações das condições sociais, culturais e espaciais determinam, de algum modo, os comportamentos das pessoas em suas interações.

Ainda na segunda seção, temos que o método bibliográfico exploratório comparado permitiu-nos empreender um estudo sistemático sobre ética, sociedade, cultura e gestão organizacional, aplicando-se a tais leituras e pesquisas as categorias pós-coloniais e pós-industriais, presentes em Bell (1973). Da lide com este recorte derivou a Figura 1 e, nela, inscreve-se uma prospecção dos novos modelos de gestão e de relacionamento que surgiram a partir do declínio das estruturas tayloristas e fordistas, até então vigentes na sociedade capitalista de meados do século XX.

Já, a partir da terceira etapa, iniciamos nosso tratamento dos dados essenciais da pesquisa. Em seguida, conduzimos o leitor para a leitura de nossas conclusões e também para a apresentação de nosso referencial bibliográfico.

INTERMEZZO MORAL E SOCIAL DURKHEIMIANO

De acordo com Durkheim (2008), o reino moral é uma realidade natural constituída por um sistema de “fatos reais e relativamente autônomos – posto que são influenciados de forma distinta pelos acontecimentos em cada sociedade”, entre os quais existe uma ordem determinada que mantém a “regularidade e permanência” existente nas relações humanas que, por seu turno, estão em consonância com as “mesmas combinações de circunstâncias que se repetem periodicamente”, assegurando à vida social uma certa uniformidade.

Não obstante, temos que isso redunda numa redução das possibilidades morais à ordem constante de sucessão de fatos determinados pela vida social. Por conseguinte, pelo ideal social, pede-se que a moral participe do ideal pessoal, fato que transforma os estados de opinião e modos de ação dos indivíduos numa *forma mundi*. Assim, as mesmas combinações de circunstâncias não se repetem duas vezes de maneira idêntica, podendo-se inferir que a ordem aproximada e a contingência são dados da experiência aplicáveis à “regularidade relativa” da conduta.

Mais especificamente, ao exprimir a realidade moral por meio da linguagem racional, considerando-a como um sistema de regras precisas, definidas e particulares, que por precederem ao indivíduo agem mais sobre ele do que ele sobre elas, e, predeterminam a sua conduta ao prefigurar os mais diversos casos regidos pelas mesmas, “se impõe a ele a partir de fora, não mediante a uma força racional, mas em virtude do ascendente presente nelas”, Durkheim faz o uso da prescritividade.

Nisso, de acordo com Hare (2003, p. 08), o prescritivista reconhece que os “princípios e juízos morais” orientam a conduta, pois estão em razão de fazê-lo. Ora, “se a razão pela qual as ações, de uma maneira peculiar, são reveladoras de princípios morais é que a função dos princípios morais é orientar a conduta” e, “todo hábito coletivo apresenta quase que inevitavelmente certo caráter moral”, uma vez que agir moralmente é agir em conformidade com uma regra que se impõe ao indivíduo em virtude do elemento moral nela predominante (DURKHEIM, 2008), então, quase todo hábito coletivo, fundamentalmente aqueles que estão no “conjunto geral das relações humanas”, são reveladores de um ou outro elemento moral que predomina no “temperamento moral do sujeito”. Logo, ocorrendo as mesmas variações na sociedade, “conforme o elemento predominante, a vida moral muda de aspecto”.

AS NOVAS GERAÇÕES E O SEU LUGAR NO MUNDO

A partir de agora, delineamos, no quadro abaixo, uma síntese do perfil dessas novas gerações, à luz daquilo que pudemos verificar no aporte

AKEDIA

bibliográfico que trata do assunto, especialmente recortados naquilo que nos interessa para a compreensão do que seja a sociedade capitalista pós-industrial e o modo como as pessoas são formatadas dentro desta estrutura.

Figura 1

Histórico das principais teorias organizacionais	Principais características das escolas de gestão	Conexão das teorias e das escolas com o perfil geracional
Escola da administração científica (1911/1913)	Divisão do trabalho e consequente especialização das pessoas	<i>Baby Boomers, "X", "Y", "Z" e "Alpha"</i>
Escola clássica (1916)	Estrutura organizacional e funções do administrador	<i>Baby Boomers, "X", "Y", "Z" e "Alpha"</i>
Abordagem comportamental (1930)	Ênfase em compreender e conhecer as pessoas para poder motivá-las	"X" e "Y"
Abordagem sistêmica (1930)	Organização como um todo integrado por partes que interagem entre si e o ambiente externo	<i>Baby Boomers, "X", "Y"</i>
Teoria da burocracia (1940)	"Formalização, divisão do trabalho, hierarquia, impessoalidade, profissionalização e competências técnicas dos funcionários"	<i>Baby Boomers, "X", "Y", "Z" e "Alpha"</i>
Administração participativa (1945)	Dinamização da empresa por meio do capital social organizacional em razão das tarefas, dos indivíduos e dos trabalhadores	"X" e "Y"
Teoria da contingência (1950)	Várias alternativas de desenvolver a estrutura organizacional	<i>Baby Boomers, "X", "Y", "Z" e "Alpha"</i>
Administração japonesa (1970)	Aprimoramento contínuo em todos aspectos, eliminação de desperdícios, administração participativa e "sincronização do fluxo de produção, dos fornecedores aos clientes"	<i>Baby Boomers, "X", "Y", "Z" e "Alpha"</i>
	Interligação e interdependência de todos os	

Abordagem holística (1982)	sistemas sociais e econômicos, ambos estando ao mesmo tempo em uma tendência integrativa e afirmativa	Baby Boomers, "X", "Y"
Administração empreendedora (1987)	Busca pelo desequilíbrio dinâmico provocado por meio da inovação e pela disposição de reagir a situações críticas como oportunidades	Baby Boomers, "X", "Y", "Z" e "Alpha"
Administração virtual (1993)	Processamento de informações em tempo real, integração de todas as inovações de modelos de gestão e confiança nos relacionamentos	Baby Boomers, "X", "Y"

TRATAMENTO DOS DADOS

Numa comparação entre as gerações Baby Boomers, "X", "Y", "Z" e "Alpha", tem-se que a partir da Geração "Y", os indivíduos apresentam maiores restrições com relação a sua adaptabilidade às teorias organizacionais que exigem um índice mais elevado de relações interpessoais.

Nota-se que o ocaso dos antigos modelos colocou em pauta um novo contingente de necessidades humanas, sobre as quais a crítica sociológica tem se debruçado; visto que de uma sociedade na qual há a equiparação de forças como a da transformação e da ruptura contínua, ambas induzidas em decorrência do que Sennett (2008, p. 117) denominara de "uma economia política continuamente replanejada, que detesta a rotina e de curto prazo".

Advém daí, então, a necessidade humana de manter relações interpessoais constantes "e objetivos duráveis". Não obstante, as organizações incorporam e refletem em seus processos todos os desconfortos da sociedade pós-industrial, como quando os administradores objetivam que todos façam o trabalho juntos, evitando à contestação interna, de modo que "o poder está presente nas cenas superficiais de trabalho em equipe, mas a autoridade está ausente" (SENNETT, 2008, p. 136).

Com efeito, à medida em que um modus vivendi individualizante tem se erigido sobre as ruínas das virtudes éticas do caráter coletivo, tem-se elevado a depreciação do capital social, não só no âmbito organizacional, mas da própria sociedade que se encontra em um "estado de astenia moral".

Outro dado que consubstancia nossa investigação, pode ser abstraído a partir do fato de que, se observarmos a evolução do mundo a partir de um recorte das transformações sociais e culturais absorvidas pela sociedade ao longo de seis mil anos, veremos que, num período que se estende do início da cultura letrada, e que pode ir até o início do século XIX ou meados do século XX, o que

vivemos atualmente com as “novas gerações” não encontra precedentes históricos nem em extensão e nem em intensidade, condicionante que tem reflexos muito fortes e determinantes quanto ao modo de gerir ou de se relacionar dentro e fora das organizações empresárias.

Especificamente, então, por meio dos citados estudos sistemáticos, com ênfase aos comportamentos das pessoas em suas interações, e, também por meio da utilização do método indutivo, viabilizou-se a aproximação dos fenômenos interpessoais concernentes a cada uma das gerações, que em conjunto, detêm o predomínio populacional da sociedade pós-industrial.

Aproximação dos dados coletados aos objetivos da pesquisa

Ao trabalharmos os dados formatados e apresentados na Figura 1, percebemos que as relações existentes entre eles, dão-se de modo que, cada qual, aplicada à luz das disposições fundamentais da moralidade, possibilitou a identificação do temperamento moral de cada geração. Assim, o quadro abaixo reflete o modo como entendemos em nossa investigação, do que sejam as novas gerações, à luz da sociedade pós-industrial:

Figura 2

Histórico das gerações	Características	Adaptabilidade à sociedade pós-industrial
Baby Boomers (1945 e 1960)	Adesão aos grupos sociais/ Autoridade racional	Restrita
Geração “X” (1965 e 1984)	Espírito da disciplina/ Autoridade racional	Parcial
Geração “Y” (1980 e 1990)	Adesão aos grupos sociais/ Autoridade individualista	Ampla
Geração “Z e Alpha” (1996 e 2007)	Espírito da disciplina/ Autoridade individualista	Ilimitada

Desse modo, fica fácil perceber que a sociedade pós-industrial se formou a partir de grandes transformações, item visível na coluna da direita da Figura 2, quanto ao modo de gerir ou de se relacionar dentro e fora das organizações empresárias.

Ressaltamos ainda, que as relações existentes entre os comportamentos geracionais se dão de modo que podem ser generalizadas e, por conseguinte, aplicadas à luz das disposições fundamentais da moralidade, o que possibilitou a identificação das características predominantes no temperamento moral de cada geração.

Constata-se, que as “novas gerações” tendem a apresentar um temperamento moral que representa as suas gerações predecessoras, mas que,

no entanto, ambas possuem nuances e características da formação de seu caráter moral, o que assegura sua relativa adaptabilidade à sociedade pós-industrial.

CONCLUSÕES

Com efeito, pelo fato dos juízos e preceitos morais predeterminarem a conduta em dadas situações, Durkheim (2008) deduz que a força imperativa contida neles não implica que a ação deva ser de uma maneira ou de outra, mas atribui à regularidade contida nos princípios morais a qualidade de ser uma das disposições fundamentais da moralidade, o “análogo moral da periodicidade orgânica”, que objetiva reduzir o “grau de incerteza e contingência da ação” por meio da autoridade eminente que lhe precede e desta possui imanência.

Ora, as noções fundamentais da moralidade, das ciências e da filosofia são de origem religiosa, particularmente no que diz respeito à religiosidade nas sociedades primitivas, grupamentos em que especificamente impunham-na aos seus membros de modo que o caráter obrigatório da religião teve como consequência remota a obrigatoriedade da moral. Por mais que não a tivera como objeto, a moral, a obrigatoriedade estava em razão de sua autoridade, da religiosidade manifestada pelos seus representantes (DURKHEIM, 2003).

Logo, adotamos como premissa que a moral representada pelo Estado capitalista se apoia no individualismo ou no racionalismo, marcas bem fortes das novas gerações, sendo que “entre ambos não há apenas um desenvolvimento paralelo, mas, o segundo age sobre o primeiro e o estimula”. Assim, uma das disposições fundamentais da moralidade que utilizamos para enquadrar os comportamentos das pessoas que integram as gerações analisadas, foi o “espírito da disciplina”, que pressupõe uma combinação entre regularidade e autoridade, de modo que a segunda é eminente e contém imanência da primeira e, daí, a imposição, o dever e o constrangimento existentes na moral.

Ao buscar-se a origem do homem em antepassados que vivessem nas sociedades primitivas, identifica-se que esse, “o mais social dos animais” (ENGELS apud ANTUNES, 2004, p. 18), atribuía à personalidade individual, até então pouco acentuada, pouco valor (DURKHEIM, 2003, p. 469).

Com efeito, se outrora Durkheim atribuía à sociedade a qualidade de ser algo mais do que a “mera soma dos indivíduos”, considerando-a como o “fim moral da conduta moral”, é porque a própria sociedade precede e “eleva o indivíduo acima de si mesmos” (e era assim até o advento da geração Baby Boomer).

O conjunto de bens intelectuais que constitui a civilização, uma obra da sociedade, faz o homem. Assim, para determinar a “adesão (*attachment*) aos grupos sociais”, a segunda categoria que utilizamos, coube considerar o princípio geral de que “somos seres morais somente na medida em que somos seres sociais”, e, que o indivíduo “só é verdadeiramente ele mesmo, sob a condição de se simpatizar, respeitar, admirar e se vincular à sociedade” (DURKHEIM, 2008).

Se como supusera Durkheim (2008, p. 42 e p. 113), a moral se mantém constante desde que a observação não abranja um longo período de tempo e, os

traços essenciais da mesma já estão definidos quando se nasce, então, adotamos a hipótese de que as “novas gerações” tendem a apresentar um temperamento moral que representa as suas gerações predecessoras, bem como o temperamento moral da personalidade coletiva concernente à sociedade em que se encontram. E, se assim for, como explicar a diferença de adesão e de preferência aos modelos de gestão que gerações tão próximas e, ao mesmo tempo, tão distintas, apresentam entre si, como é o que ocorre entre a Geração “X” e a Geração “Y”?

Talvez se explique este fato, pela ideia de que as categorias fundamentais do pensamento humano “mudam conforme os lugares e as épocas”, impondo seu conformismo lógico e moral ao homem. Assim, a autoridade individualista na qual o habitus de consumo, da “comodificação e recomodificação do trabalho e do capital – *raison d'être* do Estado capitalista” (HABERMAS *apud* BAUMAN, 2008, p. 14) – se apoiam, implica a imanência de valores de uso na conduta dos indivíduos que integram a sociedade pós-industrial. E, como “X” e “Y” são típicos sujeitos pós-industriais, se encontram naquilo que os conformam coletivamente, e se distanciam, naquilo que formam individualmente.

Conclusivamente, uma vez que a conduta é reveladora dos princípios morais, pois é função desses orientar a conduta (HARE, 2003), torna-se cognoscível que a utilidade e a satisfação, fatores que também centralizam os movimentos exteriores citados por Bauman (2008, p. 23 e p. 32) como as “relações puras” e o “fetichismo da subjetividade”, estejam em *koinonía* ou comunhão com as disposições fundamentais da moralidade.

Logo, se a finalidade da conduta moral é a adesão aos grupos sociais e, cada agrupamento humano possui “dignidade moral” diferente por não desempenhar um papel igualmente valoroso na vida coletiva, a sociedade que se encontra acima dos interesses individuais é a “sociedade dos consumidores”, a qual além de ter como característica predominante a dependência dos setores primário e secundário para com o terciário, esse mediador que ocupa o “espaço que se estende entre indivíduos cada vez mais competitivos”, detém também valores de uso relacionados à utilidade e à satisfação como condições sociais determinantes ao ideal social, que por seu turno, ao “encarnar” nos indivíduos possui participação no ideal pessoal e no desenvolvimento de personalidades individuais cada vez mais acentuadas.

Assim, o resumo desses indivíduos se apresenta como a “síntese sui generis das consciências particulares”, a qual sendo mais do que um simples agrupamento humano, possui uma personalidade coletiva cujo predomínio do “espírito da disciplina” se apoia na autoridade individualista.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. (Org.) *A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels*. 1^a ed., São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BELL, D. *The Coming of Post Industrial Society: a venture in social forecasting*. EUA: Harvard Press, 1973.
- DURKHEIM, E. *A educação moral*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- FERREIRA, A.A. *Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- HARE, R. M. *A linguagem da moral*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HARE, R. M. *Ética: problemas e propostas*. São Paulo: Unesp, 2003.
- LACOMBE, F.J.M. *Administração: princípios e tendências*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- SENNETT, R. *A Corrosão do Caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

INDÚSTRIA CULTURAL: CONCEITOS E DIÁLOGOS

English title: CULTURAL INDUSTRY: CONCEPTS AND DIALOGUES

MORAIS, Affonso da Mata⁷¹

PESSOA, Marcelo⁷² –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Este trabalho é proveniente dos estudos realizados durante a confecção do Trabalho de Conclusão de Curso (Administração, UEMG, Unidade Frutal, 2014-2015), intitulado “PERFIL ATUAL DA COMUNICAÇÃO DE MASSA: A ECONOMIA CRIATIVA NO BRASIL”. Das observações a ele associadas, constituiu-se a necessidade de derivar este Capítulo, tratando com mais vagar alguns tópicos sobre os meios de comunicação de massa, da intensidade de seu emprego social e de sua confluência com as novas tecnologias, pondo em evidência o perfil de suas interferências nos fundamentos socioculturais da sociedade. A compreensão destas questões, portanto, ficará centrada nos pensamentos oriundos da Escola de Frankfurt⁷³ (anos 60) e da Escola de Chicago (anos 80), contextualizados no Século XX, transpostos para o Século XXI. Os resultados desta pesquisa apontam, assim, para delimitar o momento histórico da sociedade em que se passou a discutir o mecanismo de estimulação midiática do desejo de consumo e da elevação de sujeitos comuns ao status de objetos de adoração.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria Cultural, Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, Sociedade

ABSTRACT: This work is from studies conducted during the preparation of the final project (Administration, UEMG, Fruity Unit, 2014-2015), entitled "CURRENT PROFILE of MASS MEDIA: the CREATIVE ECONOMY in BRAZIL". The associated observations, was the need to derive from this article, dealing with more wander a few topics on the mass media, the intensity of your job and its confluence with the new technologies, highlighting the profile of their interference in the society and cultural foundations. The understanding of these issues, therefore, will be centered on the thoughts from the Frankfurt School (60 years) and the school of Chicago (80 years), context in the 20th century, translated into the 21st century. The results of this survey point to delimit the historic moment of the society in which they went on to discuss the mechanism of media stimulation of desire and the elevation of subjects common to the status of objects of worship.

KEYWORDS: Cultural Industry, new information technologies and communication, society

⁷¹ Graduado em Administração pela UEMG – Universidade do Estado de Minas, Unidade Frutal. Empreendedor e Consultor Empresarial.

⁷²Docente do DLLCA – Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes / UEMG. Dr. em Letras / UEL – 2010. Doutorando em Linguística – UFSCAR – 2024-2028. Fomento Editorial 04-2024 – FAPEMIG / UEMG / PCRH.

⁷³ A Escola de Frankfurt inaugurou o estudo crítico da comunicação nos anos 1930 e combinou economia política dos meios de comunicação, análise cultural dos textos e estudos de recepção pelo público dos efeitos sociais e ideológicos da cultura e das comunicações de massa (KELLNER, 2001, p. 43-44).

INTRODUÇÃO

O termo “indústria cultural” foi cunhado na Escola de Frankfurt, na década de 1930 e 1940, por Theodor Adorno e Max Horkheimer. A pluralização da massificação das culturas radiofônicas e cinematográficas ampliou a industrialização da arte, transformando-a em um negócio disseminador de uma satisfação que não poderia existir, tendo em vista que emanavam de necessidades tornadas artificialmente iguais pelo *mass media*⁷⁴.

Desse modo, a indústria cultural e seus veículos de propagação, como o rádio, a televisão, o cinema e outros que foram desenvolvidos após sua erupção conceitual, são vistos como um grande negócio, e passaram a alienar a sociedade impondo-lhe modelos padronizados a serem voluntária ou involuntariamente seguidos.

A figura midiática criada e vendida por estes mecanismos, tais como os “famosinhos da internet”, as “celebridades da TV” ou os “ídolos do futebol”, de certa forma, viola a racionalidade da massa humana, dominando-a e fazendo-a aceitar esta situação de idolatria acriticamente. Assim, neste texto, vemos a conveniência de se falar da desenvoltura social e cultural do homem, associando-a à evolução de seus meios de comunicação.

O progresso da espécie humana, “diferenciada dos outros animais pela capacidade de modificar a natureza de acordo com sua inteligência e vontade”, como dita Bizzocchi (2003, p. 21), há muito tempo vem sendo estudado por filósofos, biólogos, cientistas sociais, dentre outros, com o intuito de ser cada vez mais pormenorizado.

A potencialidade cerebral atingida pelo *homo sapiens* proporcionou o desenvolvimento da comunicação, inicialmente de forma simples, porém, capaz de sugestionar o pensamento, a maneira de se comportar no meio, a criação e ampliação de uma cultura paralela, originando dentro da sociedade de massa uma necessidade contínua de se comunicar.

Com efeito, todas estas modificações sofridas viabilizaram recursos que repercutem na capacidade do homem em interagir e criar um universo cultural.

Por meio dessa mesma dúplice evolução, consegue-se entender as razões pelas quais os atuais meios de comunicação fazem parte e influenciam tanto a vida de todo ser humano. Ou seja, com a possibilidade de assumir o controle de seus instintos, o homem teve a mestria de criar universos e práticas culturais dessemelhantes e, de tão atraentes entre si, apesar de díspares, foram capazes de integrar num só corpo todo o hábito existencial da massa. Depois de desenvolvida, foi possível notar que o progresso do homem e da comunicação se deu simultaneamente.

⁷⁴ “*Mass media*” é uma expressão em língua inglesa que significa *intermediário* ou *suporte de massas*. Os “*mass media*” são, ao mesmo tempo, canais de difusão e meios de expressão que se dirigem não a um indivíduo personalizado, mas a um “público-alvo” definido por características socioeconômicas e culturais determinadas pelo *briefing* do anunciante ou do dono do veículo, em que todos os receptores são anônimos” (Adaptado de: A. Moles, *La Communication et les mass media*, Gérard-Marabout, 1971). Desse modo, os *Mass Media* são sistemas organizados de produção, difusão e recepção de informação. Estes sistemas são geridos por empresas especializadas na comunicação de massas e exploradas nos regimes concorrenceis, monopolísticas ou mistos. As empresas podem ser privadas, públicas ou estatais.

Isto posto, no primeiro trecho, apresentamos algumas particularidades da relação do homem com os meios de comunicação, dando ênfase ao caráter histórico de sua evolução social.

Da mesma maneira, noutro momento do texto, abordamos a categoria cultura, retratando a construção do indivíduo contemporâneo, desde um momento não civilizado à sua integração tecnológica localizada na contemporaneidade.

Noutra parte da escrita, nos debruçamos sobre a ideia de compreender o modo como se erige em nossa sociedade o fenômeno midiático, a partir da correlação dessas “celebridades” com o correlato religioso, a “divindade”.

Em seguida, damos à luz nossas conclusões e referencial bibliográfico.

O HOMEM E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Desde o prelúdio do desenvolvimento da espécie humana, é certo que havia algum tipo de comunicação – mesmo não tendo detalhes físicos desta prática, por conta do remotismo desta questão, subentende-se que existia um diálogo homem-natureza, por exemplo. E, em virtude disso, imagina-se que essa comunicação embrionária possibilitou uma maior interação e convivência do homem com o seu meio e, consequentemente, quanto maior fosse o relacionamento entre eles, mais se criavam e compartilhavam códigos⁷⁵ e signos⁷⁶, a fim de transmitirem soluções para as dificuldades encontradas para todo o grupo social.

Independentemente do quanto evoluída estava a espécie humana, a busca pela sobrevivência uniu, assim, os indivíduos, originando grupos que, indubitavelmente, tinham seus próprios códigos. Porém, quanto mais evoluídos, maior deveria ser a quantidade e mais perfeitos se tornavam os códigos por eles compartilhados. Desta maneira, coadunando o domínio dos instintos do homem, mencionado por Bizzocchi (2003), com o que é enunciado por DeFleur (1993), explica-se, ao menos em parte, o fenômeno comunicacional que foi o aparecimento de crenças, hábitos, regras e a conversão do estado primitivo para o civilizado, fazendo derivar, também, os modos culturais múltiplos de cada grupo, de acordo com suas crenças e atividades que exerciam:

Não obstante, é o domínio dos sistemas de comunicação usados para armazenagem, troca e difusão que representa os pontos de mudança críticos da história humana e até da pré-história. Foi a crescente capacidade para comunicar-se cabal e perfeitamente que levou ao desenvolvimento crescente de complexa tecnologia, e a mitos, lendas,

⁷⁵ Muitos animais utilizam gritos, berros e posturas corporais a fim de assinalar perigo, a presença de comida, disposição para acasalar e caçada coordenada. Conforme a capacidade de aprendizagem foi crescendo ao longo de milhões de anos de evolução pré-humana, sistemas de comunicação baseados em símbolos e sinais sem dúvida foram ficando cada vez mais elaborados, convencionados e, de fato, efetivados (DeFLEUR, 1993).

⁷⁶ Um signo é um sistema de dupla face, formado por um significante que esconde um significado que necessita ser descoberto. O significado dos signos surge da articulação do significante, e o significado, na unidade do signo linguístico (GOMES, 2004).

explicações, lógica, hábitos, e às regras complexas para o comportamento que possibilitaram a civilização (DeFLEUR, 1993, p. 22).

Com o olhar voltado para esta transição de estados do homem, vê-se que o ambiente em que ele se inseria – por mais que não fosse possível a fixação por muito tempo em certas regiões, em virtude do esgotamento dos recursos para a sobrevivência – foi sendo modificado, devido ao seu modo de reagir às transmutações, as quais eram causadas por ele mesmo ao se deparar com as condições do meio:

Portanto, ao adquirir o poder de interferir arbitrariamente no funcionamento da natureza e ao assumir o controle de seus instintos, o homem produziu uma ruptura entre o universo natural e o universo das práticas humanas, também chamado de universo cultural⁷⁷ (BIZZOCCHI, 2003, p. 21).

Tudo isso demonstrou a superioridade da adaptação interna e externa do homem, que precisou migrar diversas vezes para sobreviver – tão grandioso foi esse feito humano, que Blainey (2009, p.11) a isto se reporta, assim: “[...] é possível que os primeiros humanos a se arriscarem em novas áreas tropicais tenham sido facilmente eliminados por predadores”. Além disso:

Entende-se por adaptação o conjunto de características que contribuem para a sobrevivência e reprodução de uma espécie num determinado meio ambiente. Nos desertos, por exemplo, os camelos são capazes de tolerar a escassez de água, devido a uma série de características que apresentam, tais como: resistência à desidratação, capacidade de utilização da água metabólica, resistência às variações internas de temperatura. Deslocando-se esses animais das regiões desérticas para as regiões árticas, eles teriam grandes dificuldades para sobreviver nas novas condições ambientais. Além de encontrarem um clima totalmente diferente, teriam de competir pelo alimento disponível com espécies extremamente ajustadas a esse ambiente, como o caribu e o boi-almiscarado. Da mesma maneira, a transferência de caribus para o deserto acarretaria, para esses animais, grandes problemas de ajustamento ao novo ambiente. Assim, pode-se concluir que, na natureza, cada espécie desenvolve suas atividades em ambientes mais ou menos específicos, explorando os recursos do meio de acordo com as características morfofisiológicas que apresenta (PAULINO, 1997, p. 142-143).

Essas inúmeras modificações da espécie, geradas não só pela adaptação, contribuíram gradativamente para o desenvolvimento dos códigos e dos signos que, hoje, são superiores aos modelos de comunicação da Era em que os símbolos e sinais utilizados eram semelhantes aos de qualquer animal quando este desejava expressar alguma ação.

Porquanto, a interação e a aptidão da sociedade com o meio promoveram

⁷⁷ Segundo a antropologia estruturalista, cujo maior expoente é, sem dúvida, Claude Lévi-Strauss, pertence ao universo da cultura tudo o que o homem acrescentou à natureza, assim como tudo o que não é hereditário, mas aprendido pelo homem (BIZZOCCHI, 2003, p. 21).

e suscitaram, quase desde sempre, a evolução e o desfrutar desta influição para se incluir num sistema socialmente acoplado, transfazendo-se num sistema com um acoplamento flexível⁷⁸. Não obstante, à custa dessas adaptações e das culturas aprendidas e transmitidas pelo homem, relima-se suas evoluções – física, mental e culturalmente.

A priori, os avanços, em relação ao desenvolvimento dos gestos, da fala, dos símbolos, ou seja, dos códigos comunicacionais, tardaram muito para progredir – posto que, inicialmente, fosse preciso ao homem desenvolver sua massa encefálica para, só então, adquirir o *know-how* apropriado aos meios tecnológicos de produção e de difusão da informação.

O homem nasce para a comunicação

A “Era dos Símbolos e Sinais”, praticamente foi a primeira das fases comunicativas humanas, se caracterizando pela emissão dos sons e das linguagens corporais, dando razão e significado à expressão “comunicação homem-natureza” à qual recorremos no início do trabalho.

Em seguida, já na “Idade da Fala e da Linguagem”, nota-se uma significativa evolução, em que o aparato comunicacional serve para memorizar e transmitir os códigos semelhantes que haviam sido criados pelos ancestrais, do que se depreende a exigência de uso de uma maior fatia das habilidades cerebrais.

A “Era da Escrita”, depois de desenvolvidos e memorizados alguns símbolos, veio para padronizar os significados de cada um deles – o que desenvolveu enormemente o conhecimento humano, pois, a partir de então, caso ele esquecesse, seria possível retornar ao local onde havia sido feito o registro.

A “Idade da Imprensa” possibilitou a propagação das informações, num momento inicial, apenas para uma elite, porém, depois, para as massas, de forma precisa, direcionada e em grande quantidade.

Na “Era da Comunicação de Massa” foi possível a aceitação das informações vindas de todos os meios até a massa. Há, neste momento, uma diluição do critério em favorecimento à satisfação do desejo.

A cultura nasce para o homem

Hodiernamente, os veículos da comunicação de massa foram e são, sem dúvida, fortes influenciadores na vida e na cultura das pessoas. Kellner (2001) retrata a cultura como uma atividade que exige muita participação, na qual as pessoas criam sociedades e identidades, mas, também, são modeladas e passam a cultivar as suas potencialidades.

Este autor demonstra que esta categoria de pensamento apresenta amplo sentido de compreensão, trazendo à baila uma série de informações a respeito

⁷⁸ Aquele em que a transferência de energia entre dois sistemas se realiza com uma eficiência da mesma ordem de grandeza, do primeiro para o segundo sistema, e vice-versa. (Quando o acoplamento é flexível, o primeiro sistema influencia o segundo e é, por sua vez, influenciado por este) (FERREIRA, 2004, p. 39).

dos muitos significados e representações existentes para a ideia de cultura em cada sociedade. Uma delas, por exemplo, e dentro daquilo que nos interessa estudar aqui, foi criada a partir da indústria cultural, por meio dos conteúdos publicados pela mídia, e se resume, culturalmente falando, basicamente naquilo que o público consegue consumir.

Junto a isso, o modo de viver e pensar da sociedade trajou-se desta ideologia modernista consumismo *mass media*, devido à inserção de ideias arquitetadas pelo Capitalismo⁷⁹.

De forma axiomática, o Homem, posto como um animal superior – mesmo que imerso no *mass media* pareça não o ser – é capaz de absorver muitas informações e, as possuindo, pode modificar seu modo de ser, reagir às ações do seu meio, criar e cultivar uma cultura:

A anatomia aristotélica ressalta a importância da distribuição da matéria nas funções orgânicas. O correlacionamento entre os estados psíquicos e os processos fisiológicos só se verifica nos seres mais desenvolvidos. Os animais superiores são dotados de matéria, forma, movimento, sensibilidade e potencialidade receptiva. Enquanto as plantas possuem apenas propriedades nutritivas, os animais são também dotados de propriedades sensitivas e motoras. O homem ocupa o vértice da pirâmide, aliando a todas essas propriedades uma potencialidade receptiva em grau elevado (ARISTÓTELES, 2006, p. 16).

Porém, mesmo que na teoria da anatomia aristotélica haja referência à importância das funções orgânicas na distribuição da matéria nos indivíduos, os antropólogos, mediante seus estudos, estão cientes de que o determinismo biológico não irá interferir na cultura que o indivíduo cultivará:

Em outras palavras, se transportarmos para o Brasil, logo após o seu nascimento, uma criança sueca e a colocarmos sob os cuidados de uma família sertaneja, ela crescerá como tal e não se diferenciará mentalmente em nada de seus irmãos de criação. Ou ainda, se retirarmos uma criança xinguana de seu meio e a educarmos como filha de uma família de alta classe média de Ipanema, o mesmo acontecerá: ela terá as mesmas oportunidades de desenvolvimento que os seus novos irmãos (LARAIA, 2007, p. 17-18).

À vista disso, e diante de toda essa potencialidade receptiva dita por Aristóteles (2006), e a faculdade de adaptação, explanada junto à antropologia por Laraia (2007), consegue-se perceber uma das razões pela qual as pessoas criam certos tipos de crenças em torno de um conceito, de uma imagem ou de um produto. O *quidam* (pessoa ou algo de pouca importância), de maneira favorável ou não, sempre irá apresentar reações às ações do meio.

⁷⁹ Segundo Claude Jessua, o termo “capitalismo”, apesar de sua desinência, não corresponde a uma construção do espírito ou a um sistema teórico. Foi forjado no século XIX por socialistas franceses, como Proudhon, Pierre Leroux ou Blanqui, que assim designavam o sistema econômico e social de sua época, um sistema que esperavam ver substituído, em um prazo mais ou menos longo, pelo “socialismo”.

OBJETOS DE CULTO, SIGNOS DA LINGUAGEM

Por estar inserido em um ambiente que possa apresentar ações negativas, o indivíduo, possuidor de habilidades (percepção e adaptação), por mais que ele tenha muitas intenções positivas, muito possivelmente se adaptará aos moldes negativos deste ambiente. Isso não significa que o meio está interferindo na sua cultura, mas sim, que o indivíduo está apresentando, por meio de sua percepção, as reações condizentes às negatividades expostas a ele. Caso ele não depare com uma ideologia que o faça aprender e o leve a ter reações diferentes dali, facilmente ele irá se adaptar às práticas ruins de onde está.

E isso se fortificará ainda mais com a potencialidade receptiva, em razão de estar sempre recebendo somente aquele aprendizado e seu lado positivo estar sendo inibido pelos hábitos ruins. Logo, mediante a essa junção de pensamentos, partindo do desenvolvimento evolutivo da espécie humana, da grande capacidade receptiva, da inserção em uma sociedade, da adaptação ao meio, e tudo isso gerando um intercâmbio individual e grupal, consegue-se chegar à hipótese de que este contexto é um dos prováveis motivos pelo qual a cultura idolátrica se forma a partir do cultivo e a veneração de celebridades, ídolos e divindades.

Há muito tempo, assim que se passou a viver em grupo e semear culturas, o homem começou a produzir imagens consideradas superiores ou, de algum modo, capazes de ir além da dele (celebridades, ídolos e divindades). E estes, ora representam o sucesso, representavam o céu, a água, o fogo ou a espiritualidade de um modo geral.

Hoje, após muito tempo de progresso no uso dos símbolos, na expansão dos diálogos e na transmissão destes para a massa, pouco mudou no tocante à veneração de imagens e o culto idólatra.

Com o amplo desenvolvimento dos veículos de comunicação de massa, espalhar o que se prega válido para todos se tornou mais fácil e atinge as pessoas de forma mais abrangente do que em qualquer outra Era. Por esta razão, é possível a Toscani (2009) comparar a existência de Jesus Cristo com uma imagem da Coca-Cola, uma vez que ambos foram sendo disseminados, por meio de uma grande campanha publicitária.

Noutros termos, o *quidam*, ao nascer, se depara com um meio em que se idolatrava ou se execrava essa personificação e seus ideais, aprendendo a louvar ou abominar Jesus Cristo ou a Coca-Cola, por exemplo: “A maior campanha publicitária da história da humanidade foi a de Jesus Cristo. Ela lançou um *slogan* universal: ‘Amai-vos uns aos outros’. E um admirável logotipo: a cruz” (TOSCANI, 2009, p. 129).

Doravante, a evolução dos códigos e dos signos encontrou meios para se desdobrar em mensagens propagandistas que se tornariam ingerências na propagação de pensamentos e, neste caso, religiosos, voltada para um determinado público a ser alcançado. Mesmo que, às vezes, não houvesse nenhum objetivo específico, ou nem ao menos se pensasse em fazer alguma publicidade com o nome de Jesus Cristo, por exemplo, a forma com que foi

alastrada a sua imagem se mostra, atualmente, como uma referência estruturada em moldes propagandistas próprios da indústria cultural.

A tecnologia da informação como avatar de sucesso e fracasso na indústria cultural

O desenvolvimento das tecnologias voltadas para amplificar os meios de comunicação de massa⁸⁰, estabelecidos mais fortemente pela indústria cultural – produzindo uma redução do senso crítico da massa, que, consequentemente, se tornava passiva às informações e mercadorias anunciadas –, conseguiu fazer com que as informações se propalassem de maneira mais energética, dando início a uma Era em que os indivíduos se tornaram mais preguiçosos no que diz respeito à ação de pensar.

No livro de Montalvão (1975) – *Moderna Enciclopédia de Relações Humanas e Psicológica em Geral* – se demonstra que o homem tende a passar por três etapas na vida, sendo: a fase do instinto, a fase do intelecto e a fase do espírito. Assim, se se considerar que o homem se deixa levar pelas imposições determinadas por outras pessoas no contexto da comunicação de massa, concluir-se-ia que poucos homens atingem a segunda etapa da vida, permanecendo todos na fase do instinto: “Nessa fase acredita que sua felicidade consiste exclusivamente na posse dos bens materiais, na fama, popularidade etc.” (MONTALVÃO, 1975, p. 15).

Por causa do potencial receptivo elevado do indivíduo, posto por Aristóteles (2006), e as inúmeras fontes de informações disparadas no ambiente social, insanamente, o obscurecimento da massa é favorecido, em consequência de que os conteúdos estão quase sempre voltados somente para os interesses de seus informantes. As mentes que passaram a pensar, a partir da “Era da Comunicação de Massa”, foram apenas as que se posicionaram por trás dos veículos de comunicação.

Este feito dificultou a organização de uma vida individual ímpar, submetendo a maioria das pessoas à deriva da organização capitalista, assim como apresentado pelo pensamento de Sennet (2007): “O problema que enfrentamos é o de como organizar as histórias de nossas vidas agora, num capitalismo que nos deixa à deriva” (SENNETT, 2007, p. 140).

Ou seja, a sociedade passou a viver cada vez mais na correria cotidiana, visando sempre o proveito e uma maneira para subsistir no nível social imposto pela ideologia apregoada pelo capitalismo de consumo. Com isso, menos tempo restou para produzir os próprios conteúdos e ideias individuais.

Os meios de transmissão das informações de massa conseguiram alcançar todas as pessoas, em qualquer lugar, inclusive nos momentos de repouso. E, como todas vivem em uma constante velocidade, quanto mais “mastigada” (fácil de compreender) se apresentar a informação, menos a pessoa

⁸⁰ De acordo com Gabriel Cohn, “o termo massa designa uma coletividade de grande extensão, heterogênea quanto à origem social e geográfica dos seus membros e desestruturada socialmente. Isto é, trata-se de um coletivo, contíguo ou a distância, de indivíduos indiferenciados quanto a normas de comportamento, valores e posições sociais, pelo menos naquilo que diz respeito a uma situação determinada” (GOMES, 2004).

terá que pensar, absorvendo-a descomplicadamente. Entretanto, quanto mais se “mastiga” essa informação na origem, mais esta informação poderá sofrer modificações: “A publicidade não vende produtos nem ideias, mas um modelo falsificado e hipnótico da felicidade” (TOSCANI, 2009).

Para melhor elucidarmos estes fatos, vejamos a semelhança alegórica que há entre o homem imerso nas teias da comunicação de massa e a atitude de uma ave fêmea ao alimentar seus filhotes.

Com o objetivo voltado para que eles, os filhotes, possam consumir o que se oferece, ela mastiga o alimento e, logo em seguida, o serve na boca de cada um, nada mais do que as partes das quais crê serem necessárias para o crescimento deles. Em algum momento, essa ave fêmea poderá triturar menos os alimentos, dando um maior trabalho para os filhotes ingeri-los – tornando-se assim, uma situação em que eles possam não apreciar.

Porém, quanto mais essa ave fêmea moer, mais fácil será para seus filhotes se alimentarem, e o farão cada vez mais com mais prazer, gerado pela facilidade com a qual o alimento lhes chega.

Desse modo, percebe-se que quanto mais mastigado se apresentar o alimento, com mais apreço será absorvido. Mas, nem por estar mais ou menos triturado, o filhote não questiona de onde veio tal comida, permanecendo à deriva do que sua genitora lhe fornece – pois se trata de um processo da natureza, no qual a genitora sabe a hora certa de deixá-lo, por si só, buscar seu próprio alimento. Contudo, só quando o filhote passa a ir até o alimento é que ele aprende de onde vem e do que é que ele está se nutrindo.

Portanto, na comunicação de massa, dentro do sistema capitalista, o homem seria o filhote que receberia, constantemente, o alimento (informação). Já, a ave fêmea, seria protagonizada pelos profissionais responsáveis por criar e transmitirem a informação. Ao tentarem nutrir a massa, com conteúdos de caráter informativo ou persuasivo, os encarregados pela produção mastigam e trituram esse alimento da maneira com a qual visam conseguir os objetivos imaginados (audiência, venda de produtos etc.).

Os filhotes, incessantemente na correria e pretendendo se alimentar de todo o tipo de informação, não questionam as fontes e embasamentos tomados pelos transmissores. Logo, se tornam consumidores à deriva do que recebem e permanecem crentes de que estão saciados do que necessitam por certo tempo.

A questão é que nem toda informação lançada pelos meios de comunicação é totalmente verdadeira, o que pode causar desconforto no receptor, ao invés de uma nutrição saudável, ou seja, no curso de nossa alegoria, ele se tornará portador de uma “obesidade informativa”.

No sentido denotativo da alimentação dada ao filhote pela ave, a natureza se mostra como intermediadora da situação e mostra ao filhote que ele está evoluindo. No entanto, no sentido conotativo, verifica-se que a natureza – a sociedade – está se tornando, ao contrário, uma entidade acrítica e deteriorada.

CONCLUSÕES

Em nossos estudos, pudemos perceber que, à custa da evolução do homem e da psicobiologia⁸¹, é que ele, o homem, gradativamente, vai se tornando um ser cultural – ampliando sua capacidade de aperfeiçoar o seu progresso e dos demais membros do grupo. Mas, não antes, de ter passado pelo estágio de ser um animal bruto e solitário, visto que tende a passar a conviver mais harmoniosamente com seus semelhantes, já que detentor de maiores parâmetros de razão sobre seus atos.

Vale dizer, que este estágio foi chamado por Rousseau de o “bom selvagem”, visto que o homem apresenta, neste ciclo existencial, uma maior familiaridade com sua natureza, momento em que reparte seu trabalho, sabendo que coletivamente ele poderá gerar mais do que é concebido pelo ambiente, sendo mais forte e mais feliz:

A natureza é o dado incontornável de onde surgem o homem e a cultura. O homem vira um ser cultural por conta de sua evolução biológica, sem dúvida; mas é pelo trabalho, isto é, a tarefa realizada como meio para se obter algo mais do que o dado pela natureza, que o homem vira verdadeiramente um ser cultural. A cultura estabelece sua própria lógica, que conflita com a natureza. Tendo saído do domínio da natureza, é pela cultura que a natureza passa a ganhar sentido para o homem. Vulgarmente falando, a cultura não está mais na natureza, mas quer “dominá-la” (GOMES, 2012, p. 28).

Submetendo-se a esta ideia de Gomes (2012), sabemos que o homem trabalha, tem razão em seus atos, vive em harmonia com seu grupo, compartilha da mesma cultura em seu meio e sabe do poder que tem coletivamente e produz cultura – já que igualmente se sabe portador de mecanismos de adaptação ambiental, como dito por Marconi & Presotto (2013).

Devido a estudos iniciados e transportados de civilizações anteriores à época de cada pensador, surgiram diversas maneiras para sistematizar o que é a categoria *cultura* – vocábulo que, segundo Ferreira (2004), vem do latim *colere*; que, em suma, quer significar o ato, efeito ou modo de cultivar – neste texto, esta definição nos serviu mais do que qualquer outra, quer vista pelo prisma da simplicidade, quer pelo da contundência.

Nota-se ainda, que a grandiosidade do verbete ‘cultura’, do modo como expusemos no curso do texto, despertou em diversos estudiosos o desejo de expressá-lo a partir de fatos complexos, criando até mesmo subitens para o significado de ‘cultura’. Mesmo que todos os pensadores apresentassem semelhanças ou não entre eles – quanto ao modo de viver, a origem, por exemplo – e, sendo a mesma ideia central da apresentada por Ferreira (2004), as afirmações observadas diante desta categoria, nem sempre conseguem ser

⁸¹ O desenvolvimento cultural do homem acha-se intimamente associado à sua evolução psicobiológica, o que lhe permitiu conquistas, cada vez mais aperfeiçoadas e complexas, no mundo cultural (MARCONI & PRESOTTO. *Antropologia: uma introdução*, 2013, p. 77).

objetivas, mantendo fronteiras tênuas em seus sentidos:

Podemos, igualmente, assumir um ponto de vista hermenêutico, admitindo, no entanto, que a interpretação tem por finalidade buscar o que o autor queria realmente dizer, ou então o que o Ser diz através da linguagem, sem, contudo, admitir que a palavra do Ser possa ser definida com base nas pulsões do destinatário. Seria mister, em seguida, estudar a vasta tipologia que nasce do cruzamento da opção entre geração e interpretação com a opção entre intenção do autor, da obra ou do leitor, sendo que, só em termos de combinatória abstrata, essa tipologia daria acesso à formulação de pelo menos seis potenciais teorias e métodos críticos profundamente distintos (ECO, 1932, p. 07).

Ao seu turno, vimos que judeu Theodor Adorno foi um dos que muito contribuiu com sua sapiência sobre a ideia de cultura. Ao vivenciar o capitalismo e o modo de vida dos norte-americanos, foi se tornando cada vez mais um crítico contundente dos meios de comunicação de massa – e nisso é que seu pensamento aqui exposto nos interessou. Entretanto, vale a ressalva, que ele só conseguiu perceber essa característica em si – voltada para a crítica da comunicação de massa – a partir do processo de nazificação do Planeta, devido ao contexto da propaganda de guerra – período entre 1933 a 1945, quando Adolf Hitler comandava a Alemanha. Mas, isto, é outra história.

É importante frisar também, que foi justamente nesta época que Adorno nos remeteu ao estudo da massificação da cultura, desvendando a filosofia utilizada pelos meios de comunicação de massa e, de certa forma, dizendo-a camuflada, para que os consumidores se sujeitassem ao consumismo e à conformidade das exigências impostas pelo sistema.

Por intermédio de seus estudos e observações, no período em que estava entre os norte-americanos, ele conseguiu notar o efeito que os veículos de comunicação de massa causavam nas pessoas. E é por meio de estudos como o nosso, que este tema tem sido sempre revisitado, para que, dentro de outros propósitos, não nos esqueçamos de quem somos, de onde viemos e o que queremos ou realmente devemos expressar por meio do *mass media*.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.
- BIZZOCCHI, Aldo. *Anatomia da cultura: uma nova visão sobre ciência, arte, religião, esporte e técnica*. São Paulo: Palas Athena, 2003.
- BLAINY, Geoffrey. *Uma Breve História do Mundo*. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2009.

AKEDIA

- DeFLEUR, Melvin Lawrence. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ECO, Umberto. *Os Limites da Interpretação*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1932.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3^a Ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- GOMES, Pedro Gilberto. *Tópicos de Teoria da Comunicação*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- GOMES, Mércio Pereira. *Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2012.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. *Antropologia: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 2013, p. 76-91.
- MONTALVÃO, Alberto. *Moderna Enciclopédia de Relações Humanas e Psicologia Geral*. São Paulo: Novo Brasil Editora Ltda., 1975.
- PAULINO, Wilson Roberto. *Biologia: genética, evolução, ecologia*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- SENNETT, Richard. *A Ética do Trabalho*. In: ___. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 117-140.
- TOSCANI, Oliviero. *A publicidade é um cadáver que nos sorri*. Rio de Janeiro: Sinergia Ediouro, 2009.

POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E SUSTENTÁVEIS: O CASE DO PRÉDIO DO INSTITUTO SÃO PAULO APÓSTOLO – ISPA, EM FRUTAL/MG

SANTOS, Sócrates José de Queiroz dos⁸²

PESSOA, Marcelo⁸³ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Este capítulo realiza um breve estudo acerca do reconhecimento da valoração imaterial e incorpórea arraigadas no espírito da comunidade de Frutal/MG. Tendo em vista que a compreensão desse patrimônio imaterial congrega valores culturais e sociais, objetivos e subjetivos, de preservação e de sustentabilidade, empreendemos uma pesquisa bibliográfica, buscando compreender o *status quo* da questão em Frutal – MG. Desse modo, nosso objetivo, é encontrar o mecanismo de valoração social e cultural do imóvel hoje denominado ISPA – Instituto São Paulo Apóstolo, bem como delimitar o território de responsabilidade do poder público sobre a memória e a história cultural da cidade e dos cidadãos no que se refere ao patrimônio cultural em foco.

PALAVRAS-CHAVE: Poder Público, Patrimônio Cultural e Imaterial, Valor Histórico e Cultural, Bem Inventariado, Desenvolvimento Sustentável

ABSTRACT: This chapter performs a brief study about recognition of intangible and incorporeal valuation rooted in the spirit of the community of Frutal/MG. Considering that the understanding of this intangible heritage brings together cultural and social values, objective and subjective, of preservation and sustainability, we undertook a literature search, seeking to understand the status quo of the matter Frutal – MG. In this way, we aim to find the mechanism of social and cultural valuation of the property today named ISPA – Instituto São Paulo Apóstolo, as well as define the territory of responsibility of public authorities on memory and the cultural history of the city and citizens with regard to cultural heritage in focus.

KEYWORDS: Government, Cultural Heritage and Intangible Heritage, Historical And Cultural Value as Well Inventoried, Sustainable Development

⁸² Servidor Público Estadual do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Mestre em Gestão Pública pela Fatec de Votuporanga/SP; MBA em Gestão Pública pela Unyleya; Pós-Graduado em Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, pela Faculdade de Políticas Públicas Tancredo Neves de Belo Horizonte/MG. Pós-Graduado em Direito do Trabalho e Direito Processual Civil pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá do Rio de Janeiro – FIJRJ. Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, Ex-membro consultivo do Conselho de Segurança Pública de Frutal/MG.

⁸³Docente do DLLCA – Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes / UEMG. Dr. em Letras / UEL – 2010. Doutorando em Linguística – UFSCAR – 2024-2028. Fomento Editorial 04-2024 – FAPEMIG / UEMG / PCRH.

INTRODUÇÃO

Como sabido, a cultura se expressa pela exteriorização dos “modos de criar, fazer e viver” (*Constituição Federal*, de 1988, art. 216). Assim, aqueles trejeitos de um determinado povo, a forma de sua comunicação, as danças, as histórias, as formas com que constroem suas residências ou uma determinada edificação que, conforme a importância para o seu povo, pode envolver toda uma comunidade, também se incluem no que chamamos de Cultura.

É um mecanismo expressivo pelo qual se traspassam as gerações, à medida que cria ou recria novas ações, valores e sentidos, formando o patrimônio cultural de um povo.

A noção de cultura, posta assim, deixa de se relacionar exclusivamente com a cultura erudita e passa a englobar manifestações populares de cultura e também de cultura de massa. Na lapidar lição de Leonardo Castriota⁸⁴, passa-se a considerar a questão imaterial da formação do significado – a dimensão viva da cultura. Essa valoração imaterial, incorpórea e arraigada no espírito comunitário local também exige a devida proteção e preservação. São valores intrínsecos e extrínsecos do imóvel do ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo), os quais se vinculam à memória e à história cultural da cidade e dos cidadãos⁸⁵:

Valor Histórico: a história da construção está relacionada com a história da cidade de Frutal, tendo em vista que se configura como o primeiro ginásio e primeira escola normal desta localidade. Especificamente sobre este valor cabe dizer ainda que o imóvel se constituiu há mais de 60 (sessenta) anos, como testemunha viva da luta dos cidadãos frutalenses – em comunidade – pela educação local. O imóvel foi o resultado da iniciativa popular, exaltada e contada por diversas fontes bibliográficas que se ocupam da narração histórica do Município de Frutal para as presentes e futuras gerações.

Valor Evocativo: Constata-se que o imóvel permeia o imaginário dos cidadãos frutalenses, máxime quando se revelou que o local foi amplamente utilizado para fins sociais (espaço de convivência e aprendizado).

Valor Paisagístico: Este valor se destaca quando se analisa a relevância da implantação do imóvel no contexto urbano. Corresponde a ampliação do conceito de patrimônio arquitetônico que se considera o entorno e a ambiência. O imóvel foi edificado em área ampla. A quadra tem dimensões maiores que as demais, ocupando uma área correspondente a aproximadamente 03 (três) quadras do Bairro Alto Boa Vista. Possui volumetria predominante e localização privilegiada, daí o seu valor ambiental, paisagístico e de referência, devido à forte presença na

⁸⁴ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 11-15.

⁸⁵ Cf. Ação Civil Pública, proposta pelo Ministério Público Estadual, sob o n.º 0271.13.0092569, em trâmite perante à 1ª Vara Cível de Frutal/MG.

paisagem urbana. A manutenção do imóvel, portanto, condiz com a preservação do equilíbrio da paisagem.

Valor afetivo: Constitui referencial simbólico para o espaço e memória da cidade, despertando sentimentos de identidade e pertencimento.

Valor de acessibilidade com vistas à revitalização/reciclagem: Facilidade de conexão da edificação com o sistema viário e a capacidade de integração com os equipamentos de lazer e cultura da cidade.

Valor de compatibilização com a estrutura urbana: A presença do prédio não impede as reformulações urbanas com a construção de novos empreendimentos no terreno.

Valor arquitetônico: Apesar das intervenções ao longo das décadas de existência da edificação, predomina o estilo de construção que remete ao *art déco* e protomoderno, estilos comuns aos colégios construídos na mesma época (anos 50 – Século XX).

Daí, a importância de se cuidar e preservar desses apontamentos representativos da história e da cultura de uma sociedade, a fim de se manter viva a sua identidade. E vejamos que se trata não só disso, mas de zelar pela duração e conservação de obras de artes, monumentos, objetos, edifícios, os usos e costumes, com o objetivo de perpetuar o valor intrínseco de indivíduos e das sociedades como valor coadjuvante da cidadania e da qualidade de vida.

Ocorre, no entanto, que nem sempre esta iniciativa é vista com bons olhos aos interesses de alguém, de um grupo ou da sociedade como um todo. Razão pela qual, pode-se imaginar como poder legítimo instituído, justamente pelo zelo do bem da comunidade, os Poderes Executivo e Legislativo como atores principais no processo de guarda da memória, o que, conforme demonstrado no presente trabalho, não postulam verdades absolutas, podendo ser também provocado o Poder Judiciário e o Ministério Público Estadual, curador do Patrimônio Histórico e Cultural de uma localidade.

Importante ressaltar que um determinado bem, para se constituir em patrimônio cultural, deve ser fruto de uma elaboração narrativa, simbólica, política, que acontece mediada por um conjunto de saberes técnicos na dotação de valor, tendo em vista a responsabilidade de guarda deste bem, o que implica sempre em seleção, ou seja, significa dizer que diante de um universo imenso de bens culturais, foram eleitos alguns e não outros para serem patrimônios.

Neste contexto, Frutal/MG se configura num bom exemplo deste tipo de sítio patrimonial, uma vez que tem registros que remontam ao ano de 1835. Assim, temos um pré-requisito histórico, a partir do qual se podem valorar os bens que tenham densidade histórica, sob pena de que nenhum subsista ao passar do tempo com suas características estruturais e valores referenciais, em especial a edificação denominada Instituto São Paulo Apóstolo – ISPA, cujo valor histórico e cultural já fora reconhecido ao ser declarado como bem inventariado.

Assim, havendo o bem a ser salvaguardado pelo Poder Público, há que se exigir que este seja protegido dentro de políticas públicas de desenvolvimento sustentável na promoção da qualidade de vida e do bem-estar social de seus habitantes, sob pena de não perdurar no tempo.

Desse modo, por meio de uma ampla revisão bibliográfica, no primeiro trecho de nosso texto, apresentamos alguns aspectos históricos relacionados ao Instituto São Paulo Apóstolo – ISPA, que são importantes a serem considerados acadêmica e juridicamente falando.

Na segunda seção, reportamo-nos aos elementos materiais, sociais e culturais que contribuem para a instituição da valoração do patrimônio histórico.

Em seguida, discorremos sobre os dispositivos legais de proteção dos valores históricos e culturais, seus conceitos, abrangências e as responsabilidades que cabem ao poder público.

Finalizando, damos, a saber, nossas conclusões e o cerne de nosso aporte bibliográfico.

ASPECTOS HITÓRICOS

A edificação, objeto de estudo no presente trabalho, foi construída no ano de 1952, tendo por escopo o funcionamento da primeira entidade de ensino⁸⁶ da cidade, denominada como “Ginásio Frutal”. De acordo com informações extraídas da obra historiográfica *Desbravadores do Carmo do Fructal – História e Genealogia de um Descendente*, da lavra de Álvaro Ferreira de Paula⁸⁷, a constituição do “Ginásio Frutal” se realizou em função de um grupo de estudantes que estavam passando férias de final de ano nesta cidade.

⁸⁶ Um ginásio é um tipo de escola de ensino secundário existente em alguns países. Por analogia, "ginásio" também se refere ao ensino realizado nos ginásios. A palavra *γυμνάσιον* [gymnasion] era usada na Grécia antiga para designar o local destinado à educação física e à educação intelectual dos rapazes. Com o último significado, de educação intelectual, o termo continuou a ser bastante usado em algumas línguas – como o alemão – enquanto em outras línguas – como o português – o termo "ginásio" passou a ser empregado, sobretudo, com o sentido de educação física. Nos países germânicos, tradicionalmente, o ginásio constitui uma escola secundária vocacionada para a preparação dos alunos para acederem a uma universidade, com características muito semelhantes às dos tradicionais liceus da Europa latina. Os ginásios têm origem na Reforma Protestante, ocorrida no século XVI. O primeiro sistema de escolas a ministrar um ensino ginásial surgiu na Saxônia em 1528. Segundo o sistema educativo do tipo germânico, os ginásios destinam-se aos alunos com maior vocação acadêmica. Estes alunos são filtrados à saída do ensino primário, por volta dos 10 a 13 anos, só aos melhores sendo permitido aceder ao ginásio. Tradicionalmente, o ginásio foca-se nas humanidades e nos estudos clássicos, com o seu currículo a incluir normalmente o ensino do latim e do grego antigo. Outras modalidades do ensino ginásial incluem as línguas modernas, as ciências, a economia e as tecnologias. Outros países – a maioria deles na Europa de Leste – introduziram o ginásio nos seus sistemas educativos, mas com características diferentes dos ginásios germânicos. Estes ginásios não correspondem a um ramo do ensino secundário, mas sim a um nível de ensino. Normalmente, o ginásio constitui a primeira etapa do ensino secundário (equivalente aproximadamente aos segundos ciclos do ensino fundamental do Brasil e do ensino básico de Portugal), com o liceu a constituir a segunda etapa. Em alguns países, existe também o pró-ginásio que constitui o ciclo preparatório do ensino ginásial. Até 1971, no Brasil, o ginásio constituía o estágio educacional que se seguia ao ensino primário e que antecedia o ensino colegial. Correspondia aos quatro anos finais do atual ensino fundamental. Para aceder ao ensino ginásial, era necessária a realização de um exame de admissão, depois de finalizado o ensino primário. O ginásio tinha uma duração de quatro anos, findos os quais, o aluno poderia aceder ao colégio, que constituiu o terceiro ciclo de estudos. Em 1971, o ginásio foi fundido com o ensino primário, dando origem ao ensino de 1º grau. Na sequência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, o ensino de 1º grau foi substituído pelo ensino fundamental. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_\(escola\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_(escola)). Acesso em 09/03/2015.

⁸⁷ PAULA, Álvaro Ferreira de. *Desbravador do Carmo de Fructal – História e Genealogia de um Descendente*. [s.l]: Edição Independente de 2004.

Liderados por Joel Furtado (acadêmico do Curso de Direito), os estudantes promoveram a “Semana de Estudos” que agitou a sociedade frutalense, especialmente os cidadãos de posse e providos de poderes políticos.

O evento visava à constituição de uma “Sociedade Anônima” capaz de obter recursos necessários à instalação do Ginásio, ante o espírito de universalização do ensino que proliferava em território nacional, em meados do Século XX. Como resultado da iniciativa dos incansáveis cidadãos, marcou-se uma solenidade pública, ocasião em que os estudantes e interessados apresentaram um Plano de Ação que possibilitava a criação de uma entidade de ensino.

Previa-se a participação do Poder Público Municipal (Prefeitura) e de mais 20 (vinte) cidadãos. Após acaloradas discussões, fez-se a leitura do anteprojeto estatutário de criação da sociedade. No dia 06 de abril de 1952, estava instituída a “Sociedade Anônima”, cujas obras se iniciaram no mês de agosto de 1952. As atividades escolares, contudo, tiveram início no ano de 1955.

Terezinha Lamounier⁸⁸ traduz, em concisas palavras, a excitação e a importância sociocultural e política daquele período embrionário da educação frutalense: “a instalação de um ginásio, em Frutal, era um sonho e uma necessidade premente. O início foi promissor. A escola foi altamente procurada e bem equipada para fazer do sonho uma legítima realidade”. O imóvel guarda a memória da luta dos frutalenses por uma educação de qualidade, do engajamento dos estudantes locais na busca por seus direitos.

O local, sem dúvida, é símbolo do anseio popular por formação e conhecimento, representando marco importante de um dos estágios de desenvolvimento e de civilização dos frutalenses. O Ginásio Frutal foi instituição responsável pelas formaturas de várias 4^a séries na cidade, demonstrando o impacto sociocultural positivo quando do início das atividades de ensino, conforme se infere da obra *Original História de Frutal*⁸⁹.

Por motivos desconhecidos, o Ginásio Frutal e a entidade mantenedora entraram em crise financeira e, no ano de 1962, as “Irmãs Salvatorianas” assumiram a gestão do prédio e das respectivas atividades educacionais, ocasião em que assumiu o título de “Colégio Normal São José”, cuja estrutura funcionou até meados do ano de 1971. Entretanto, sem maiores esclarecimentos, as Irmãs Salvatorianas desistiram do empreendimento, embora tenham conquistado ilibada reputação e prestígio regional. Ao longo dos anos, sucederam a gestão anterior, o ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo), a “APAE” (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) e o “Colégio Objetivo”, o qual manteve atividades no prédio até o ano de 2007.

A FAF (Faculdade Frutal), embora tenha alugado a edificação, não chegou a instalar as atividades de ensino superior no local. Enquanto mantido sob a gestão do ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo), o prédio foi utilizado para a realização de festas, reuniões, encontros de jovens, concílios, ultreias, quermesses, aulas de catequese etc. De averbar, ainda, que no imóvel também

⁸⁸FERREIRA, Terezinha Lamounier. *Respingos de História III – Registro de Fatos Pessoais e Acontecimentos Históricos de Frutal*. Frutal: Oficina das Artes Yara Lins, 2009, p. 7-58.

⁸⁹ FERREIRA, Jeová. *Original História de Frutal*. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins, 2002, p. 105.

funcionou uma creche da Prefeitura Municipal, em meados dos anos 80 (já no Século XX). Atualmente, o prédio, cuja propriedade é da Arquidiocese de Uberaba – Paróquia Nossa Senhora do Carmo, está sem a devida utilização, desde o ano de 2007. Passando pelo local, sobreleva notar que a estrutura do bem e alguns elementos originais estão em bom estado de conservação.

Contudo, o abandono do imóvel e sua falta de uso estão ocasionando grave deterioração, não sendo pretensioso dizer que há risco de incêndio. Porquanto, moradores de rua, andarilhos e usuários de drogas têm o mau vezo de utilizar o local como abrigo, onde utilizam substâncias entorpecentes, fumam cigarros, consomem álcool de maneira indiscriminada e amontoam lixo de toda sorte. Quem não poderia prever que, numa situação assim, degradada, não se possam atear fogo em restos de mobiliários, papeis, jornais, etc., causando incontrolável incêndio e consequentes perdas irreversíveis ao patrimônio histórico e cultural?

Nota-se pela vegetação rasteira e arbustiva, em avançado estágio de regeneração, no entorno do edifício histórico, que se deflagra risco da ocorrência de incêndios ou da propagação de insetos e vetores, inclusive em relação aos moradores vizinhos, pois não há zelo ou cuidado com a limpeza e a higienização urbana (interna ou externa) do imóvel.

Embora a Administração Pública Municipal de Frutal tenha instaurado procedimento administrativo destinado ao tombamento do bem imóvel, com fundamento no artigo 12 e consectários da Lei Ordinária n.º 4.867/2001, o bem não foi tombado, encontrando-se somente inventariado para tal.

Diante destes fatos, iniciou-se, por parte da Administração Pública Municipal, um movimento para a construção de um edifício de moradias de alto padrão, fato que, aos olhos da administração, eliminaria a problemática do abandono do local ao tempo que se daria a devida utilização ao terreno de localidade privilegiada.

Ocorre, no entanto, que outro movimento se formou, a fim de pleitear justamente o contrário: sua conservação e devida utilização pelo poder público.

Formado justamente por aquelas pessoas que conheciam a história do Instituto São Paulo Apóstolo – ISPA, algumas por terem frequentado suas dependências como alunos, outros como professores e até mesmo pessoas que participaram da construção do prédio, o Ministério Público Estadual foi acionado, o qual passou a colher informações e ouvir pessoas interessadas no desfecho.

Durante a instrução do procedimento administrativo instaurado na Curadoria do Patrimônio Histórico e Cultural, apurou-se que o bem estava dotado de condições imensuráveis de historicidade e sua manutenção era vital para manter viva a memória e a luta da sociedade frutalense quanto ao início de sua escolarização.

Por outro lado, também se apurou que a Gestão Pública atual não estava disposta a arcar com o custeio de manutenção do referido imóvel, nem buscar uma solução viável e amigável, dando por certo que iria pleitear judicialmente sua demolição para a construção do plano residencial arquitetado com empresas já interessadas, pois, para ela, o simples fato de o bem estar inventariado não era óbice jurídico.

Também se pode observar que, apesar de haver uma Secretaria de Cultura, a mesma, por meio de seu secretário, defendia a posição adotada pelo Executivo Municipal, deixando claro desconhecer os valores do imóvel, bem como a legislação patrimonial em nível nacional e local.

Assim, não restou alternativa, a não ser o intento, por parte do Ministério Público, de uma ação em busca de uma decisão judicial para que não somente se impedissem a demolição do referido imóvel, como também se obrigasse a Gestão Pública Municipal a gerir o custeio da restauração do imóvel, juntamente com a Arquidiocese de Uberaba, ação qual se encontra em trâmite, apesar de uma decisão em primeiro grau favorável.

VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

A edificação em pauta constitui um dos últimos bastiões de relevância histórica e cultural do Município de Frutal e região. O antigo prédio, hoje combalido pela inutilização, é um exemplo de manifestação e perpetuação da história e da cultura local. Durante várias décadas funcionou com fins educacionais e cumpriu – com êxito – esta missão constitucional.

Grande parte dos cidadãos frutalenses estudou nas dependências em apreço e se tornaram homens e mulheres bem sucedidos, cônscios de seus deveres cívicos. Os frutos do trabalho desenvolvido naquela edificação permanecerão na memória dos que participaram de sua existência.

Vê-se, assim, que a materialidade e a imaterialidade do bem imóvel em tela estão intrinsecamente relacionadas.

Inadmissível que tão valioso patrimônio histórico, representante da memória de homens e mulheres ilustres da região, verdadeiros fundadores da cidade, pessoas que realmente contribuíram para a noção de progresso, pertencimento e de solidariedade humana, criando um horizonte de objetivos e fins comunitários, estimulando as gerações futuras a perseguirem incondicionalmente o bem comum, seja depredado e apagado da memória de um povo.

A descrição em tela demonstra a essência do valor cultural do antigo prédio e sua vinculação com a identidade e a memória do povo frutalense. Essa memória não pode ser apagada, extinta ou se evaporar respaldada por quaisquer meios que sejam. Indubitável que a edificação em exame é um dos exemplos do salto de desenvolvimento socioeconômico e humano da comunidade local, já no início da emancipação da cidade, transformando o Município de Frutal em um polo político e econômico da região do Pontal do Triângulo Mineiro. O prédio histórico, hoje, está exposto ao risco de ser destruído e transformado em ruínas, embaraçando-se nos obstáculos da burocracia, do tempo e do espaço, fomentando o desapego da comunidade aos valores do passado e aos objetivos do futuro.

DO CONCEITO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL E DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO DOS VALORES HISTÓRICOS E CULTURAIS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Preconiza o artigo 216, *caput*, da Magna Carta, de 1988, que constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial que, tomados individualmente ou em conjunto, são portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo-se as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Doravante, o mesmo dispositivo determinou que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. No mesmo compasso, tem-se, na Constituição do Estado de Minas Gerais, que:

Art. 209 – O Estado, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, de outras formas de acautelamento e preservação e, ainda, de repressão aos danos e às ameaças a esse patrimônio.

Porém, se as pessoas forem indagadas nas ruas do Município de Frutal e região sobre o significado de patrimônio cultural, quase todos os entrevistados imaginarão que essa expressão encerra apenas as obras de arte e as manifestações eruditas da nação ou do mundo, tratando-se de bens corpóreos (casas, palácios, castelos, casarões, esculturas etc.) de tempos muito remotos, de locais distantes e de séculos inimagináveis e já sepultados pela vida moderna. No entanto, o conceito de cultura⁹⁰, do modo como aqui o adotamos, transcende essa visão restritiva, anacrônica e museográfica. Isto, porque a cultura é a maneira com a qual o homem se relaciona com a natureza e com os outros homens, ou seja, a maneira que um determinado grupo tem de cultivar a terra, as suas ferramentas, as manifestações arquitetônicas, suas construções, suas festas, seu modo de viver, interagir e fazer são partes de sua cultura e são tão importantes quanto à admiração das belas artes ou dos casarões da época colonial.

⁹⁰ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural, Valores e Sociedade Civil*. Artigo disponível em Mestres e Conselheiros. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 42.

Logo, o conceito constitucional de patrimônio cultural cristaliza em suas manifestações as especialidades de uma cultura, por isso, o patrimônio cultural é o maior depositário da identidade de um povo e dos elementos diferenciais que o caracterizam. O bem cultural (material ou imaterial) tem a função social de orientar as populações e o cidadão no tempo e no espaço, colocando cada um como partícipe de um grupo comunitário que compartilha de uma história comum e de um lugar próprio no mundo, conferindo-lhes a sensação de pertencimento sociocultural.

Muito mais que cimento, madeira, aço e formas arquitetônicas visíveis de um tempo já esquecido, os bens culturais exprimem valores de cidadania que foram agregados e cultivados pelas gerações que constituíram, de maneira dinâmica, a comunidade. Assim, em homenagem aos princípios do respeito à preexistência, da dignidade da pessoa humana e da solidariedade intergeracional, é dever da Administração Pública e da sociedade promover, preservar e proteger os bens que integram o patrimônio cultural, para as presentes e futuras gerações. Parafraseando Flávio de Lemos Carsalade, mesmo que portadores de uma mensagem do passado, os bens históricos somente possuem sentido se usufruídos no presente. Vejamos as lições do citado autor:

São os bens históricos que, também, nos orientam quando percorremos nossas cidades, através dos marcos arquitetônicos, por exemplo, ou que nos referenciam quando fruímos a nossa cultura ou quando compartilhamos nossa memória comum. Faz parte ainda dessa função social a consolidação de uma identidade coletiva, a qual faz reconhecer-nos como elos de uma comunidade e que estimula nossos laços afetivos e de cidadania. Portanto, para que o bem patrimonial possa exercer sua função mais ampla, tem que ser acessível e, para tanto, deve estar recuperado em sua potência (CARSALADE, 2009, p. 78).

Como bem assinalado pela síntese de Ana Maria Marchesan, na proteção do patrimônio cultural, deve-se tê-lo “como uma espécie de alicerce sobre o qual a civilização como um todo se edifica e evolui” (MARCHESAN, 2007. P. 49).

Salienta a mesma autora, que, “com apoio na ideia de que o ser humano necessita preservar seus laços e identidades pretéritas e presentes para edificar o futuro [...], não há que se falar em qualidade de vida”. Assim, hodiernamente, múltiplos são os mecanismos constitucionais e infraconstitucionais de preservação e de proteção do patrimônio cultural. Logo, não é apenas o tombamento, enquanto espécie de servidão administrativa que serve a tal finalidade.

Neste trabalho, a edificação conhecida na comunidade frutalense como ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo) encontra-se inventariada pela Administração Pública Municipal⁹¹. Consoante literatura léxica, inventariar significa descrever minuciosamente um bem. O inventário, *ipsis literis*, consiste no levantamento e

⁹¹Cf. Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/Cultura-Esporte-e-Lazer/bens-inventariados-imoveis.html>. Acesso: 20/03/2015.

identificação das características e valores particulares de um bem cultural, mediante à concorrência de métodos e técnicas apropriados.

Estas características são, dentre outras, de natureza morfológica, histórica, estética, artística, arquitetônica, social, paisagística, urbanística, antropológica, natural, além do estado de conservação e de dados que permitam localizar o bem cultural como autoria, data de construção ou criação, endereço completo e proprietário.

Para os bens móveis, cabe ainda fotografar de forma detalhada e para bens imóveis, além das fotos, o levantamento das plantas dos diversos níveis e fachadas e a indicação da situação do imóvel na cidade ou no meio rural, e da sua relação com o seu entorno. Uma das funções mais relevantes do inventário de um bem cultural é consolidar o interesse público, submetendo-o ao regime jurídico específico dos bens culturais protegidos conferindo-lhes restrições.

Inventariar, para a teleologia do texto Constitucional, com fincas no Direito Comparado (cujos fundamentos vêm de Portugal, Espanha e França), implica na dualidade e complementaridade: conhecer para, em seguida, proteger. Em outras palavras, sendo o inventário uma das formas constitucionais de preservação, gera-se o dever de manutenção do estado do bem na sua condição inicial, assim como desperta o dever de promover a função social, econômica e ambiental da propriedade.

A somarem-se a isso, os proprietários de bens inventariados devem facilitar o acesso dos órgãos competentes e conservá-los devidamente, consultando sempre os órgãos responsáveis pelo inventário na hipótese de intervenções, alienações ou modificações de qualquer natureza. Vale dizer: o inventário constitui instrumento jurídico-administrativo autônomo com efeitos concretos imediatos que não se vinculam ao procedimento administrativo do tombamento. Pode-se afirmar que o inventário tem natureza de ato administrativo declaratório restritivo, visto que implica no reconhecimento, por parte do poder público, da importância cultural de determinado bem, derivando, a partir da consolidação do ato, outros efeitos jurídicos voltados ao interesse supraindividual de preservação. Nesse diapasão, forçoso reconhecer que o poder constituinte originário extirpou da ordem jurídica a obtusa noção de que haveria a necessidade do prévio tombamento para a preservação de bens culturais. Ocorre que a questão independe do tombamento e sequer pressupõe procedimento administrativo dessa natureza, tendo-se em mente que o edifício já se encontra inventariado.

O inventário, neste sentido, é o procedimento administrativo pelo qual o poder público identifica e cadastram os bens culturais do Município, com o objetivo de subsidiar as ações administrativas e legais de preservação, tendo por finalidade:

I – promover, subsidiar e orientar ações de políticas públicas de preservação e valorização do patrimônio cultural; II – mobilizar e apoiar a sociedade civil na salvaguarda do patrimônio cultural; III – promover o acesso ao conhecimento e à fruição do patrimônio cultural; IV – subsidiar ações de educação ambiental nas comunidades e nas redes de ensino pública e privada.

Em linhas gerais, observa-se que o inventário é considerado como sendo um cadastro de bens de valor sociocultural, caracterizando-se, sem sombra de dúvida, como forma autônoma e autoaplicável de preservação do meio ambiente cultural, ao qual pode ser conferido status de instrumento declaratório da importância de determinado bem.

A seu turno, a professora Sônia Rabello de Castro, em sua obra *O Estado na Preservação de Bens Culturais*, dedicou o texto da introdução para asseverar sobre a importância do tema, proporcionando a seguinte lição:

Comumente costuma-se entender e usar como se sinônimos fossem os conceitos de preservação e de tombamento. Porém é importante distingui-los, já que diferem quanto a seus efeitos no mundo jurídico, mormente para a apreensão mais rigorosa do que seja o ato de tombamento. Preservação é o conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise a conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar este aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação. A par da Legislação, há também as atividades administrativas do Estado que, sem restringir ou conformar direitos, caracterizam-se como ações de fomento ou têm como consequência a preservação da memória. Portanto, o conceito de preservação é genérico, não se restringindo a uma única lei, ou forma e preservação específica (CASTRO, 1991, p. 05).

Como anteriormente sublinhado, figura o tombamento como uma das múltiplas formas de acautelamento de um bem que possui valor cultural ou histórico reconhecido pelo Poder Público e pela sociedade.

Entretanto, a preservação não possui uma única faceta deste prisma, traduzindo-se num conjunto de ações que podem ser tomadas pelo Poder Público ou mesmo por particulares que visem à manutenção da memória de uma população com referência a fatos e dados históricos.

Com efeito, o legislador constituinte federal e estadual dispensou tratamento especial à proteção do patrimônio histórico e cultural como elemento de identidade e de memória. E é nesse contexto se inclui a proteção dos bens inventariados. O mestre José Afonso da Silva preconiza que os meios de atuação cautelar do patrimônio cultural – constituídos por formas, procedimentos ou instrumentos preordenados para promover e proteger tal bem jurídico – previstos no art. 216, § 1º, da Constituição Federal de 1988. Em seguida, reconhece-se que:

[...] alguns desses meios são apropriados à formação oficial do patrimônio cultural, por constituírem técnicas jurídicas destinadas a elevar determinado bem à condição de participante desse patrimônio – tais são, por exemplo, o inventário, os registros, o tombamento e a desapropriação (DA SILVA, 2001, p. 149 e 155).

O mesmo autor destaca que a tutela dos bens identificados como de valor cultural tem por objetivo efende-los de ataques, tais como a degradação, o abandono, a destruição total ou parcial, o uso indiscriminado e a utilização para fins desviados, que envilecem o patrimônio, desnaturando seus objetivos.

Segundo leciona Carlos Frederico Marés, citado por Rui Arno Richter:

Independentemente da existência de lei regulamentadora, porém, o Poder Público pode e deve promover o inventário de bens móveis e imóveis para se ter fonte de conhecimento das referências de identidade cultural de que fala a Constituição (MARÉS, *apud* RICHTER, 2003, p. 60).

Assim, o inventário tem como um de seus efeitos exatamente a submissão do bem inventariado ao regime jurídico específico dos bens culturais protegidos e a sua qualificação como objeto material dos crimes previstos nos artigos 62 e 63 da Lei 9.605/98, que tutelam os bens protegidos por qualquer tipo de ato administrativo.

Não somente a dogmática jurídico-constitucional, como também as interpretações do Poder Judiciário evoluíram no decorrer das décadas, privilegiando o inventário como instrumento de acautelamento de bens de natureza cultural. Sobre a necessidade de preservação de bens culturais protegidos pelo instrumento do inventário, tem-se consolidado na jurisprudência as seguintes exegeses, perfeitamente aplicáveis ao caso concreto, demonstrando a dissociação entre patrimônio cultural e a figura administrativa do tombamento:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PATRIMÔNIO CULTURAL. BENS NÃO TOMBADOS. PROTEÇÃO. VIA ADEQUADA. CALÇAMENTO ARTESANAL E HISTÓRICO. INVENTÁRIO. – A ação civil pública é via adequada de proteção de patrimônio cultural representado por bens ainda não tombados. – Deve-se julgar procedente a ação civil pública que visa garantir a proteção e a manutenção de calçamento artesanal e histórico considerado patrimônio cultural municipal e estadual, por meio de inventário, cuja importância foi reconhecida pelo Conselho Municipal e pelo IEPHA/MG. (APELAÇÃO CÍVEL N° 1.0460.02.008976-5/001 – COMARCA DE OURO FINO – APELANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO MINAS GERAIS – APELADO(A)(S): MUNICÍPIO OURO FINO – RELATOR: EXMO. SR. DES. ALBERTO VILAS BOAS. PUBLICADO AOS 13/03/2009).

No mesmo sentido:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – LIMINAR – DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL – SUSPENSÃO DE OBRAS EM IMÓVEL NÃO TOMABADO – POSSIBILIDADE.

O teor do disposto nos artigos 129, III e 216, § 1º, ambos da Constituição Federal, a ação civil pública é instrumento hábil para a tutela do patrimônio histórico, artístico e cultural, podendo tal proteção recair em imóvel ainda não tombado. Uma vez presente os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, deve ser mantida a liminar que determinou a suspensão de obras realizadas em imóvel cuja preservação de suas características originais é de interesse da comunidade. (AGRADO DE INSTRUMENTO N° 1.0481.08.086874-0/001 – COMARCA DE PATROCÍNIO – AGRAVANTE(S): MARCOLINA GONÇALVES E OUTRO(A)(S) – AGRAVADO(A)(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO MINAS GERAIS – RELATOR: EXMO. SR. DES. DÍDIMO INOCÊNCIO DE PAULA. PUBLICADO AOS 24/03/2009).

Ao ser submetido ao procedimento de inventário, o edifício em questão foi guindado ao *status* de bem cultural, exigindo especial regime jurídico-administrativo de proteção, não podendo mais ser relegado ao abandono, aos ataques de depredação, à mutilação, à descaracterização e à perda da função social, econômica, ambiental e urbanística. Em consonância com as diretrizes constitucionais, o bem inventariado, porque integrante do patrimônio cultural, se sujeita a medidas restritivas do livre uso, gozo, disposição e reivindicação, tornando-se, por outro lado, obrigatória a sua preservação e conservação para as presentes e futuras gerações. Sobreditas restrições jurídico-administrativas estão em harmonia com a trilogia estrutural do Código Civil de 2002 (assentadas sobre os pilares da eticidade, da sociabilidade e da operabilidade):

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Um dos mandamentos nucleares da ordem constitucional econômica é convolado no princípio da função social da propriedade, como instrumento democrático para se assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social (artigo 170, inciso III, da Constituição Federal de 1988). Interpretando-se esse preceito normativo de modo sistêmico com o disposto no artigo 216, *caput*, da Lei Fundamental, vê-se que é dever tanto do Estado (lato sensu), quanto da comunidade, a preservação do patrimônio cultural, dever este de natureza prestacional e positiva, verdadeiro *facere*.

A proteção do acervo patrimonial especial não redunda em meros deveres negativos ou de abstenção, pois se exigem, hoje, prestações positivas destinadas à manutenção, à defesa e à conservação de bens de natureza

cultural, histórica, artística, turística, estética e paisagística. Por evidência que o princípio da função social⁹² alcança os proprietários particulares de bens declarados de relevância cultural, de maneira que não podem exercer os atributos imanentes ao direito real de propriedade de forma ilimitada e absoluta, tendo por finalidade o atendimento de interesses egoísticos ou meramente econômicos, excedendo os limites ético-sociais e econômicos impostos pelo regime jurídico especial de proteção de tais bens.

Parte-se do pressuposto de que os proprietários de bens culturais não podem exercer o direito incidente sobre eles unicamente em seu próprio e exclusivo interesse, senão em benefício da coletividade, observando-se todo o regramento constitucional e legal sobre a proteção do patrimônio cultural, sendo precisamente o cumprimento da função social que legitima o exercício do direito de propriedade.

Com base nessa verdadeira função sociocultural, porque materializada pelo efeito declaratório do instrumento de inventário, a Arquidiocese de Uberaba – Paróquia Nossa Senhora do Carmo, proprietária do imóvel em estudo, não pode demolir, modificar, mutilar ou descaracterizar a estrutura física do imóvel sem a anuência do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, sob pena de incorrer em atos ilícitos que ensejarão a responsabilidade civil, administrativa e penal dos infratores. Igualmente, não é cabível, em sede de ação civil pública, desanuviar questões atinentes à alienação, o tombamento ou a desapropriação do bem imóvel, porquanto se busca a tutela eficaz e adequada à proteção do patrimônio cultural.

Por outro lado, o reconhecimento de que determinado bem tem valor cultural não é privativo do Poder Legislativo ou do Executivo, podendo também ser emanado do Poder Judiciário. Essa a linha preconizada pela Lei n.º 7.347/85, que tornou possível a inclusão de bens no patrimônio cultural brasileiro por meio de decisão judicial, independentemente do critério administrativo.

Não se poderia excluir do debate a hipótese de que a falta de proteção de tais bens decorra exatamente da omissão do Poder Público Municipal, ou seja, da ausência de utilização concreta dos meios de acautelamento previstos na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais (inventário, registro, vigilância, tombamento, desapropriação, etc.). Se os legitimados extraordinários verificaram essas situações, é através da ação civil pública que se buscará a tutela jurisdicional específica.

Como já enfatizado, o tombamento não é procedimento constitutivo de valores culturais, pois se limita a declarar a importância cultural de determinado bem, motivo pelo qual se tem admitido que mesmo coisas não tombadas podem ser tuteladas em ação civil pública. Como sintetizado pelo Édis Milaré:

Realmente, a identificação do valor cultural de um bem não emerge da mera criação da autoridade, visto que ele já tinha existência histórica no quadro da sociedade. O fato de um bem determinado pertencer ao

⁹² MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural. Artigo disponível em Mestres e Conselheiros. *Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: IEDS, 2009, p. 17.

patrimônio cultural ou, como diz a lei, ser bem ou direito ‘de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico’, pode ser provado no curso da ação civil pública e referendado por provimento jurisdicional (MILARÉ, 2000, p. 193).

Oportuno gizar, ainda, que conforme a ficha de inventário do imóvel, o mesmo possui inexorável valor histórico e cultural, motivo pelo qual emerge a necessidade indiscutível de preservação do imóvel. Lado outro, ressalta-se que o Presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Frutal⁹³ deixa clarividente o interesse institucional no tombamento e na preservação do antigo prédio, instância sob a qual funcionaram o Ginásio Frutal, o Colégio São José, o ISPA (Instituto São Paulo Apóstolo), a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e Colégio Objetivo.

Há de ressaltar que mesmo que não houvesse indicação expressa para tombamento, permanece intacto o valor cultural do imóvel, assim como a necessidade de sua preservação. No que diz respeito à responsabilidade do Município de Frutal, mais do que competência legislativa sobre o patrimônio cultural ou a formalização de atos administrativos, como o são o inventário e o tombamento, incumbe a ele a efetiva proteção – por meio de ações concretas – de todos os bens culturais existentes em seu território.

Advoga-se que a proteção do patrimônio cultural não está entregue ao alvedrio do gestor público. Cuida-se de atividade administrativa vinculada pelas diretrizes constitucionais e pela legislação local. Todos os instrumentos de efetividade devem ser empregados pelo Poder Público, ante o dever inarredável de proteção, promoção e conservação do patrimônio cultural. Urge trazer à colação o seguinte dispositivo da Lei Ordinária Municipal n.º 4.867/2001:

Art. 1º – Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais de propriedade pública ou particular existentes no Município de Frutal que, dotados de valor histórico, estético, ético, filosófico ou científico, justifiquem o interesse público em sua preservação.

Como ensina Diomar Ackel Filho:

O dever de tutela do Município associado às obrigações federais e estaduais no mesmo sentido não se restringe a uma proteção genérica. Exige-se o cuidado específico quanto à preservação de tais bens em seu conteúdo original. A devastação e o vandalismo que, infelizmente, proliferam em nosso País, sem qualquer respeito a esses valores culturais, justificam a preocupação do legislador constituinte, tornando obrigação também do Município a adoção de medidas eficazes no sentido de garantir a incolumidade desses bens, exercendo com rigor o seu poder de polícia no que tange à matéria (ACKEL FILHO, 1992, p. 55).

⁹³ DUTRA, Ionei. [Entrevista disponibilizada em 10 de maio de 2013, a Internet]. Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/Noticias/conselho-de-patrimonio-historico-discute-tombamentos-em-frutal.html>. Acesso em 09/03/2015.

Insofismáveis, ainda, os ensinamentos de Carlos Frederico Marés, quando este nos fala sobre a obrigação do Município em proteger o meio ambiente cultural:

Para cumprir esta obrigação, compete à Administração Municipal organizar serviços próprios, não apenas para que no Plano Diretor sejam respeitados estes bens, mas para que coisas muito mais concretas possam ser aferidas, como, p. Ex., não sejam expedidos alvarás ou licenças que ponham em risco o bem pela poluição, perda de visibilidade ou qualquer outra contingência nociva ao uso. Na organização deste serviço está a primeira competência municipal, oriunda diretamente de sua autonomia: a criação de órgão, serviço ou função que, a partir de critérios dados por normas municipais fiscalizem e protejam os bens culturais (federais, estaduais e municipais) existentes no território do Município. É de se ressaltar que esta é uma competência exclusiva municipal (MARÉS, 1993, p. 33).

Outro não é o posicionamento de Édis Milaré, que enfatiza:

Não mais tem o Poder Público uma mera faculdade na matéria, mas está atado por verdadeiro dever. Transforma-se sua atuação, quanto à possibilidade de ação positiva de defesa e preservação, de discricionária em vinculada. Sai-se da esfera da conveniência e oportunidade para se ingressar num campo estritamente delimitado, o da imposição, onde só cabe um único, e nada mais que único, comportamento: defender e proteger o meio ambiente, a pretexto de que tal não se encontra entre suas prioridades públicas. Repita-se a matéria não mais se insere no campo da discricionariedade administrativa. O Poder Público, a partir da Constituição de 1988, não atua porque quer, mas porque assim lhe é determinado pelo legislador-maior (MILARÉ, 2000, p. 214 -215).

Por sua vez, aponta, ainda, Álvaro Luiz Valery Mirra:

[...] não há ingerência indevida do Poder Judiciário na esfera de competência do Poder Executivo quando impõe à Administração Pública o cumprimento de obrigações de fazer tendentes à supressão da omissão estatal lesiva ao meio ambiente, pois, na realidade, quem age em iniciativas dessa natureza é a própria sociedade, e o juiz, ao ser provocado, exerce sua atribuição precípua e específica de aplicar o direito aos casos concretos (MIRRA, 2002, p. 381).

Se não bastasse todo o elucidado, no mundo todo há movimentos para o consenso de que não há desenvolvimento onde são suprimidos direitos ou liberdades, dentre estas, se destacam as liberdades políticas e culturais, o que

nos leva a concordar⁹⁴ com o pensamento de que “a qualidade de vida nem sempre melhora com o avanço da riqueza material”.

Segundo Veiga:

A expressão desenvolvimento sustentável foi a que acabou se legitimando para negar a incompatibilidade entre o crescimento econômico contínuo e a conservação do meio ambiente. Ou ainda, para afirmar a possibilidade de uma conciliação desses objetivos, isto é, de crescer sem destruir (VEIGA, 2005, p. 19).

A gestão municipal, em anos pretéritos, já tinha sinalizado este movimento ao edificar leis no sentido de criar mecanismos de salvaguarda de bens dotados de importância à memória do seu povo, a saber⁹⁵:

Lei n.º 4.867, de 02 de Outubro de 2001. Estabelece a proteção do patrimônio cultural de Frutal, cria o conselho municipal do patrimônio cultural de Frutal e dá outras providências;

Decreto n.º 6.056 A, de 27 de Março de 2003. Cria o conselho municipal do patrimônio cultural do município de Frutal.

Decreto n.º 6.600, de 18 de Março de 2005. Decreta o tombamento da imagem de Nossa Senhora do Carmo por seu valor artístico, estilístico, cultural, religioso e histórico;

Decreto n.º 7.633, de 06 de abril de 2009. Decreta o tombamento do conjunto paisagístico Parque dos Lagos Leda Campos Borges por seu valor histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e cultural.

Decreto n.º 5.517 A, de 30 de Abril de 2009. Institui o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural – FUMPAC;

Lei n.º 5.923 A, de 15 de Dezembro de 2011. Cria o Arquivo Público do município de Frutal.

Portanto, apesar da inevitável globalização, há de se ressaltar o caráter indissociável da cultura local e de suas especificidades, a fim de se contrabalancearem as escolhas para que em um futuro próximo não conclamemos por aquilo que se tinha e que, por um descuido, hoje não é passível de ser possuído.

⁹⁴ FURTADO, Celso. O Capitalismo Global. São Paulo, Ed. Paz e Terra. 1998 *In* TORELLY, Luiz Philippe. *Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Iphan, 2012. p. 22.

⁹⁵ Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/Cultura-Esporte-e-Lazer/home-cultura.html>. Acesso em: 20/03/2015.

CONCLUSÃO

Parece-nos arrazoado começarmos pela definição do que vem a ser “cidade” (segundo o modo de entender de Robert Ezra Park, *In: VELHO, 1976*) para, então, entendermos o papel de suma importância desempenhado pelo ser humano na sua construção:

[...] cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefone, etc.: algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitalais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem, é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (VELHO, 1976, p. 24).

Enquanto que por Estado, conforme os doutrinadores, entendemos como o monopólio legítimo do exercício da força em uma sociedade com caráter monopolista político, passível de ser exercido por diferentes esferas:

Enfim, é o governo que transforma em atos a vontade do Estado, o que é suficiente para fazer dele o poder preponderante sobre todos os demais e exigir dos legisladores um contínuo aperfeiçoamento das normas que regem o funcionamento do Estado e regulam as suas relações com a sociedade, e dos tribunais a constante vigilância da adequação dos atos de governo à legislação, sem que o poder do governo se tornaria tirânico (COELHO, 2012, p. 13-17).

Pelos dois textos ora pontuados, pode-se perceber que da noção de cidade e de sociedade é que advém a função do Estado como forma de regular essa interação humana, hoje não tão importante quanto à relação Estado, governo e mercado. E foi este, justamente, o ponto central de discussão do nosso trabalho. Nas últimas décadas, houve uma expansão do conceito de patrimônio cultural, o que levou a extraí-lo da noção de políticas de excepcionalidade, além de incorporá-lo na preservação e na salvaguarda no âmbito das políticas de desenvolvimento sustentável:

Além disso, elas passaram a considerar a dimensão territorial desse patrimônio. Por essa razão, sua integração às demais políticas públicas, em busca de uma relação sincrônica e diacrônica com o desenvolvimento e o futuro, deve apontar para além do que tem sido nossa atuação histórica (TORELLY, 2012, p. 03).

No presente caso, a Gestão Pública Municipal de Frutal/MG age de forma desconexa com o rumo que tem tomado a gestão pública, em nível mundial, ao deixar de considerar aqueles bens passíveis de serem preservados e aqueles que já estão salvaguardados por atos do próprio executivo, como ocorre com o ISPA – Instituto São Paulo Apóstolo, que mesmo estando inventariado e passível de tombamento conforme procedimento administrativo, corre risco de ser destruído para a construção de um edifício residencial.

À primeira vista, o texto pode nos remeter a algo sem importância, sem aplicação imediata. Ledo engano! A problemática aqui retratada nos revela o quanto o gestor público deve estar atento às tendências do mundo globalizado. Muito mais que progresso, hoje se fala em progresso sustentável, pois os recursos naturais são escassos, assim como o são os bens passíveis de preservação da história do seu povo.

A gestão pública da cidade de Frutal/MG, em atos concatenados na sucessão do tempo, veio por destruir muitos bens patrimoniais que foram levantados à custa da história de seus habitantes, enquanto que, em algumas cidades mineiras, os gestores souberam tirar proveito desta peculiar característica e geraram, e continuam gerando, empregos e impostos com a exploração do turismo regional.

É por estas e outras questões, que o presente trabalho focou na importância que pode desempenhar um determinado bem, que, dotado de personalidade patrimonial, devido aos seus valores intrínsecos e extrínsecos, pode fazer passar de geração a geração a luta desempenhada à época por um povo ou grupo de indivíduos, o que, por si só, já é condição para sobrepor os anseios particulares e exigir a efetivação dos instrumentos adequados ao reconhecimento e sua guarda.

Assim sendo, o presente estudo buscou exemplificar, por meio do estudo de um caso prático, a importância de, enquanto gestores públicos, refletirmos acerca da necessária preservação e incorporação do patrimônio cultural como promoção da qualidade de vida e do bem-estar social a ser observado no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento sustentável.

Cabe ressaltar que hoje os tempos são outros. Dificilmente um gestor público, arbitrariamente, conseguiria destruir um bem dotado de historicidade sem ser criticado quase que instantaneamente pelas mídias sociais.

Some-se a isso a atuação do Ministério Público que, como curador do patrimônio histórico e cultural, é instituição responsável pela defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis. Essa instituição, por ser independente, não sofre influência das vontades da gestão pública, muito pelo contrário, sua emancipação lhe garante um trabalho imparcial, cabendo somente que alguém o provoque.

Em suma, cada vez mais as políticas de desenvolvimento sustentável e a dimensão de cultura estarão inseridas às outras dimensões do desenvolvimento, levando o gestor público a buscar alternativas condizentes com esta nova realidade.

REFERÊNCIAS

- ACKEL FILHO, Diomar. *Município e prática municipal à luz da Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1992.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 44 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BERNARDES, Samir Alouan. [Leis]. Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/Cultura-Esporte-e-Lazer/home-cultura.html>.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. *A Ética das Intervenções*. Artigo disponível em Mestres e Conselheiros. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural, Valores e Sociedade Civil*. Artigo disponível em Mestres e Conselheiros. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- _____. *Patrimônio Cultural*: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume. Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CASTRO, Sônia Rabelo de. *O Estado na Preservação dos Bens Culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- COELHO, Ricardo Corrêa. *Estado, governo e mercado*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012, p. 13/17.
- DA SILVA, José Afonso. *Ordenação Constitucional da Cultural*. São Paulo: Malheiros. 2001.
- DUTRA, Ionei. [Entrevista – disponibilizada em 10 de maio de 2013, a Internet]. Disponível em: <http://www.frutal.mg.gov.br/Noticias/conselho-de-patrimonio-historico-discute-tombamentos-em-frutal.html>.
- FERREIRA, Jeová. *Original História de Frutal*. Frutal: Oficina de Artes Yara Lins, 2002.
- FERREIRA, Terezinha Lamounier. *Respingos de História III*. Registro de Fatos Pessoais e Acontecimentos Históricos de Frutal. Frutal: Oficina das Artes Yara Lins, 2009.
- GINÁSIO (ESCOLA). In: WIKIPÉDIA: a encyclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_\(escola\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Gin%C3%A1sio_(escola)).
- MARCHESAN, Ana Maria Moreira. *A tutela do Patrimônio Cultural sob o enfoque do Direito Ambiental*. 1ª Ed. Ed livraria do Advogado. Porto Alegre. 2007.
- MARÉS, Carlos Frederico. *A proteção jurídica dos bens culturais*. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. São Paulo, nº 2. 1993.
- MILARÉ, Edis. Direito do ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2000.

AKEDIA

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural*. Artigo disponível em Mestres e Conselheiros. Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. *Ação civil pública e a reparação do dano ao meio ambiente*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

PAULA, Álvaro Ferreira de. *Desbravador do Carmo de Fructal* – História e Genealogia de um Descendente. [s.l.]: Edição Independente de 2004.

PARK, Robert Ezra. *A cidade*: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar 1976, p. 24.

RICHTER, Rui Arno. *Meio Ambiente Cultural*: Omissão e Tutela Judicial. 1^a Ed. Ed. Juruá. Curitiba. 2003.

SECOM. Disponível em <http://www.frutal.mg.gov.br/Cultura-Esporte-e-Lazer/bens-inventariados-imoveis.html>. Acesso: 20/03/2015.

TORELLY, Luiz Philippe. *Patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável*. Anais; v. 3 – Brasília, DF: Iphan, 2012, p. 03.

REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA, LINGUAGEM E MOVIMENTOS SOCIOCULTURAIS: PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE⁹⁶

English title: MEDIA REPRESENTATION, LANGUAGE, AND SOCIO-CULTURAL MOVEMENTS: HERITAGE, MEMORY, AND IDENTITY

PESSOA, Marcelo⁹⁷ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O presente texto, por meio de uma revisão bibliográfica, traz uma discussão sobre a relação entre manifestações sociais, culturais e os demais grupos organizados da sociedade civil que ajudaram a propor, no Brasil, definições parciais e em fluxo contínuo quanto à identidade cultural desta Ilha de Vera Cruz. A partir de argumentos da crítica pós-colonial, estética e sociológica, apontamos para direções em que as atividades socioculturais brasileiras, desde o período colonial, reservam e revelam muito do patrimônio histórico e social do povo que somos ou que ainda queremos ser. Como resultado deste ensaio, longe de descrever verdades, anunciam-se desafios, diante dos quais cada pesquisador que com nossa escrita se deparar, poderá se deter, na medida de sua coragem intelectual e na dimensão de abrangência de suas respectivas linhas de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, Cultura Brasileira, Linguagem, Representação Midiática

ABSTRACT: The present text, through a bibliographical revision, presents a discussion on the relationship between social, cultural manifestations and other organized groups of civil society who helped propose, in Brazil, partial definitions and streaming as the identity this cultural Island of Vera Cruz. Thinking from the postcolonial critique, aesthetics and sociological, aim for directions in which the Brazilian social and cultural activities, since the colonial period, reserve and reveal much historical and social heritage of the people who we are or who we want to be still. As a result of this essay, far from describing truths, announces challenges, in front of which each researcher who with our writing come across, you can pause, the extent of your intellectual courage and breadth dimension of their respective research lines.

KEYWORDS: Brazilian Identity, Culture, Language, Media Representation

⁹⁶ O presente texto investiga traços de nossa identidade sociocultural e, devido a isso, dialoga com temáticas e vieses teóricos discutidos noutro Artigo nosso, intitulado “Tropicalismo, arte, sociedade: compreensões ainda úteis para uma educação que se deseja plural”, publicado pela Revista SCIAS / COED Arte e Educação, v. 02, p. 02-16, 2014. Neste sentido, ainda que lá houvessemos tratado de questões entrecruzadas entre o Tropicalismo e a Educação Brasileira, ao revisitar meus próprios escritos, me surpreendo, não raramente, em ver o quanto sou repetitivo em minhas postulações. Portanto, *mea culpa, mea maxima culpa!* E, àqueles que nos leem com certo hábito – se é que estes existem –, informo que semelhanças entre este e aquele texto, não são meras coincidências, mas frutos de minha incompetência em realizar descobertas que possam lhes ser mais úteis – *Sorry!*

⁹⁷ Docente do DLLCA – Departamento de Linguística, Letras, Comunicação e Artes / UEMG. Dr. em Letras / UEL – 2010. Doutorando em Linguística – UFSCAR – 2024-2028. Fomento Editorial 04-2024 – FAPEMIG / UEMG / PCRH.

INTRODUÇÃO

Várias correntes artísticas ou ativistas brasileiras acabaram incorporando, meio que sem querer, o mérito positivo ou a culpa negativa de fazer transparecer por meio de seus manifestos e postulações parte da face cultural e consequentemente identitária que, ao longo de muito tempo, tem ajudado a definir o Brasil e ao seu povo (CHAUÍ, 2017)⁹⁸.

Indo diretamente ao assunto, portanto, vemos que se os integrantes de movimentos socioculturais de ontem e de hoje como a Antropofagia Oswaldiana⁹⁹ (1928), o Cinema Novo¹⁰⁰ (1955), a Poesia Concreta¹⁰¹ (1955), a Bossa Nova¹⁰² (1958), o Tropicalismo¹⁰³ (1967), a Passeata do Cem Mil¹⁰⁴, o Movimento das Diretas-Já¹⁰⁵ (1983-1984), o MST¹⁰⁶ (1984), os Caras-Pintadas¹⁰⁷ (1992), a

⁹⁸ Para entender o vocábulo “povo”, recorremos para este texto à definição de Marilena Chauí, em sua obra “Conformismo e Resistência”, de 1986, republicada em 2017. De Chauí, nos apropriamos, entre outras definições da autora, daquela que entende o povo como generalidade, como instância jurídico-política (dotada dos critérios do racionalismo da Ilustração) e como particularidade social: os “pobres”. De um lado desse entendimento, portanto, tem-se que ao povo, entendido como generalidade política, cabe a tarefa política e racional de fundação e de sustentáculo dos preceitos e ordenamentos sociais. De outro lado, temos o povo como particularidade social e, a esse “povinho” e suas necessidades básicas, diz-nos Chauí, “cabe auxiliá-lo através da filantropia e educá-lo através da disciplina do trabalho industrial, educação essencial para conter suas paixões obscuras, supersticiosas, sua irracionalidade e, sobretudo sua inveja, que se exprime no desejo sedicioso do igualitarismo” (CHAUÍ, 1986, p. 17 e 2017, p. 22).

⁹⁹ Tomamos por princípio do movimento, a data de publicação do Manifesto Antropófago, na Revista de Antropofagia, assinado por Oswald de Andrade.

¹⁰⁰ Preferimos como nascimento do movimento, a data do filme “Rio 40 Graus”, de Nelson Pereira dos Santos.

¹⁰¹ Adotamos por começo do movimento o nº 2, da “Revista Noigandres”, em que Augusto de Campos nomeia o que conhecemos hoje por concretismo.

¹⁰² Considera-se aqui, como marco inicial do movimento, o disco lançado por João Gilberto, contendo as canções “Chega de Saudade”, e “Bim Bom”.

¹⁰³ Ano do III Festival de Música Popular Brasileira da Record, considerado pela crítica como um típico “festival tropicalista”. Tem-se, então, o Movimento Tropicalista, o Tropicalismo, ou simplesmente, a Tropicália.

¹⁰⁴ Organizada no Rio de Janeiro pelo movimento estudantil, esta passeata contra a Ditadura Militar, em junho de 1968, reuniu nomes que hoje soam como improváveis sob um mesmo teto, tais como Caetano Veloso, Grande Otelo, Cacá Diegues, Chico Buarque, Clarice Lispector, Fernando Gabeira, José Dirceu, Marieta Severo, Orestes Quérzia, Tancredo Neves, Gilberto Gil e Milton Nascimento etc. – assim mesmo, tudo junto e misturado.

¹⁰⁵ Entre os anos de 1983 e 1984, esse movimento mobilizou a sociedade civil pela realização de eleições diretas, o que, de certo modo, ao mesmo tempo em que aconteceu foi frustrado, isso devido à eleição e consequente morte de Tancredo Neves.

¹⁰⁶ Ano em que, numa reunião no Paraná, com a Comissão Pastoral da Terra, decidiu-se pela fundação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), cuja pauta predominante era a luta pela não mecanização da produção e pela não construção de barragens.

¹⁰⁷ Movimento estudantil (liderado pela UNE e pela UBES) que reivindicava inicialmente o passe livre nos transportes públicos e a meia entrada em eventos, acabou se consolidando com o pedido e a consequente saída do poder do então Presidente Fernando Collor de Melo.

Passeata Gay em São Paulo¹⁰⁸ ou Movimento do Passe Livre – MPL –¹⁰⁹ (2003), a Operação Lava-Jato¹¹⁰ não atuaram ou não procedem assim, a crítica especializada, que emite suas opiniões em crônicas diárias, até mesmo por carência de fatos mais reais que surreais sobre arte, cultura, política e sociedade, tratava e ainda trata de inadvertidamente fazê-lo.

Em linhas gerais, a mídia e a *intelligentsia* atribuem a tais movimentos os moldes de representação ora de precursores geniais de uma vanguarda sabe-se lá de quê, ora o de responsáveis por retrocessos e por abalos-alavanca de um movimento psíquico, sociológico, antropológico, político ou estético qualquer os o recolocam num cenário *cult* de adoração ou num papel demoníaco de rejeição.

Assim, a crítica midiática especializada em observações sociais, ao invés de melhorar a compreensão que o público precisa ter de seu próprio tempo, adensando as questões básicas originais, pasteuriza ou maquia os fatos. Noutros termos, via de regra, algo insignificante ou irrelevante (não que os movimentos citados sejam insignificantes ou irrelevantes), posto sob os holofotes dos apetrechos vocabulares da mídia e da *intelligentsia* entorpecida pela verdade irrefutável das próprias convicções fica mais colorido e palatável (DORFMAN & MATTELART, 2007).

Neste sentido, então, é que, mais adiante, faremos algumas considerações que colocarão lado a lado da sociedade alguns dos movimentos socioculturais aludidos acima, com o intuito de demonstrar a maneira pela qual tais manifestações tomam para si os fatos sociais e culturais contemporâneos transformando-os em representações alegóricas do *status quo* por meio de usos específicos da linguagem.

DESENVOLVIMENTO

A partir de agora, portanto, nos debruçamos sobre um debate, em que o perfil sociocultural de alguns dos movimentos e ativismos sociais serão revisitados.

¹⁰⁸ A parada do orgulho LGBT é realizada na Avenida Paulista, em São Paulo, desde 1997, entre os meses de maio e junho. Na edição de 2017, reuniu, segundo os organizadores do evento, 19 Trios Elétricos e mais de três milhões de pessoas.

¹⁰⁹ Apesar do MPL ter ganho notoriedade mundial no ano de 2013, reportamos sua origem dez anos antes, em Salvador – BA. À época, houve ali intensa mobilização quanto ao preço das passagens no transporte público, o que levou a uma paralização de 10 dias da capital baiana. Em 2001, em Santa Catarina – SC, depois da chamada Revolta da Catraca, a cidade de Florianópolis parou por quase um mês. Fatos como esse eclodiram pelo país inteiro ao longo da última década e, em 2013, Estados brasileiros como São Paulo – SP, Rio de Janeiro – RJ e Minas Gerais – MG viveram dias de intensos protestos, passeatas e vandalismos. No início, as pessoas reivindicavam o passe livre e, com o passar dos dias, a pauta foi se ampliando, e as exigências chegaram à solicitação pelo fim da corrupção, a transparência nas contas públicas e a derrubada de Projetos de Lei (como o da proposta de PL 147) contrários à vontade popular.

¹¹⁰ Procedimento de investigação e de punição a corruptos no Brasil, iniciado em 2009, com desdobramentos amplamente noticiados pela imprensa nacional e estrangeira, dado aos efeitos que tem produzido.

Desse modo, iniciando aleatoriamente pela Bossa Nova (na grafia anterior à presente modalidade escrita, se escrevia Bossa-Nova, com hífen, embora hoje se admita as duas grafias, a antiga e a nova, adoto aqui a mais recente), vemos que esta manifestação sociocultural ou esta modalidade estética, como quisermos (CAMPOS, 1993)¹¹¹, se tratava de um movimento genuíno, musical e linguisticamente significativo, cujo suporte principal de expressão priorizou o rigor musical, a palavra muitíssimo bem cantada e a norma padrão de linguagem escrita.

O movimento bossanovista, além de inovar o critério de composição e arranjos poéticos das letras e das harmonias da Música Popular Brasileira, teve, especialmente com o advento da genialidade de João Gilberto, a possibilidade de fazer retirar da Música Popular Brasileira o rótulo de manifestação cultural que é fruto de uma civilização subalterna ou exótica, apondo-a sob um carimbo de *música de qualidade tipo exportação*, ao mesmo tempo em que elevava qualitativamente o registro linguístico brasileiro a um patamar de excelência diferenciado na história cultural brasileira, uma vez que pôs o povo a cantarolar pelas ruas um repertório vocabular refinado e um conjunto de excelentes melodias.

Por outro lado, não é o mesmo fenômeno que ocorreu, por exemplo, com a *performer* musical portuguesa Maria do Carmo Miranda da Cunha, que se popularizou como a brasileira Carmem Miranda (apesar de nascida em Portugal, em 1909), pois ela foi “exportada” para os Estados Unidos e para o mundo (entre 1930 e 1950) como figura de entretenimento de fácil degustação, a serviço de uma elite consumista e para a apreciação internacional do nosso exotismo étnico e cultural.

Isso se deu, mais ou menos sob os moldes do que ocorreu com o personagem de quadrinhos Zé Carioca¹¹²:

— Seria falso afirmar que Walt Disney es un mero comerciante. [...] Más allá de la cotización bursátil, sus creaciones y símbolos se han transformado en una reserva incuestionable del acervo cultural del hombre contemporáneo: los personajes han sido incorporados a cada hogar, se cuelgan en cada pared, se abrazan en los plásticos y las almohadas, y a su vez ellos han retribuido invitando a los seres humanos a pertenecer a la gran familia universal Disney, más allá de las fronteras y las ideologías, más acá de los odios y las diferencias y los dialectos. Con este pasaporte se omiten las nacionalidades, y los personajes pasan a constituirse en el

¹¹¹ Sob a liderança de João Gilberto, Tom Jobim e Vinicius de Moraes, nasceu a Bossa Nova. Sob a influência do jazz norte-americano, filhos da classe média brasileira começaram a se expressar por meio de um repertório musical requintado e tipo exportação.

¹¹² Inspirado num cartunista brasileiro, que se chamava José Carlos de Brito Cunha (conhecido por J. Carlos), o próprio Walt Disney desenhou e popularizou esse personagem – o Zé Carioca. A nota depreciativa sobre isso é que, no começo, o personagem Zé Carioca era uma homenagem ao talento do artista brasileiro e, lentamente, o desenho animado se tornou uma espécie de “embaixador” de um estereótipo que associava o Brasil e o povo brasileiro ao samba, à cachaça, ao carnaval, à preguiça, à festa e à vagabundagem.

puente supranacional por medio del cual se comunican entre si los seres humanos. Y entre tanto entusiasmo y dulzura, se nos nubla su marca de fábrica registrada. Disney, entonces, es parte – al parecer inmortalmente – de nuestra habitual representación colectiva (DORFMAN & MATTELART, 1972 republicado em 2007, p. 11).

Na contramão disso, vê-se que a Bossa Nova entrou no mercado internacional via *Carnegie Hall*, em Nova York, num show realizado em 1962. Enquanto isso, por sua vez, a Carmem Miranda subiu aos palcos estrangeiros em 1939, com um cacho de bananas na cabeça, desfilando, cantando e reiterando iconicamente nos trejeitos faciais e no rebolado do quadril a sensualidade, a estética da malandragem e o paradigma de um Brasil fornecedor *ad aeternum* de *commodities*, posição, aliás, a que se confina a América Latina como um todo até hoje.

Dez anos após o surgimento da Bossa Nova, um grupo de brasileiros, predominantemente formado por baianos, toma de assalto a Música Popular Brasileira. Gilberto Gil, Caetano Veloso, Tom Zé, Torquato Neto e Nana Caymmi indicam uma saída para o impasse de estagnação cultural tupiniquim: *habemus* a Tropicália. Augusto de Campos (1993), o mesmo que batizara o movimento concretista, lembra que, para fazer frente ao mau gosto do iê-iê-iê brasileiro, a essência deveria prevalecer sobre certas aparências.



Roberto Carlos, Erasmo Carlos e a cantora Wanderléa comandavam o Programa Jovem Guarda, aos domingos na TV Record, influenciando gerações desde 22/08/1965.

Isto é, haveríamos de retornar, lamentavelmente, ao sambão gritado, quadrado, cuja representação coletiva fora sintetizada pela Carmem Miranda e pelo Zé Carioca, reificada pelo iê-iê-iê brasileiro importado dos Estados Unidos via integrantes da Jovem Guarda.

Diante do balanço financeiro dos festivais de música da Record, continua Campos (1993), os produtores culturais abriram os olhos: como haviam perdido

dinheiro até então, o que rendia mesmo era a velha batucada. Assim, o bailão do mau gosto que, de alguma forma, foi reeditado pela inexpressividade do Festival de Música Popular realizado no ano 2000 pela Rede Globo de Televisão, faz algum sentido, especialmente se este desastre for projetado sobre o que se convencionou chamar no Brasil de “sertanejo universitário” e seus congêneres¹¹³.

Nesse Festival ainda, vale lembrar, novamente marcou presença Caetano Veloso (VELOSO, 2017). Num instante, sua “afilhada” artística, Virgínia Rodrigues, dotada de uma voz belíssima, entoava a raiz musical brasileira num canto “Olodum melismático medieval”¹¹⁴. Noutro instante, o ícone e um dos maiores expoentes dos antigos festivais, Caetano Veloso, faz a anticelebração do que poderia ter sido a retomada do *glamour* dos grandes festivais e de seus *happenings*. Cantando a letra de “Trilhos Urbanos”, Caetano Veloso fez mais do que protestar. Selou, com seu poema-canção, o fim do que nem deveria ter começado. Denunciou, por meio da palavra cantada, a distância em que aquela avacalhação de festival da Rede Globo estava de qualquer festival do passado: “o melhor o tempo esconde / longe muito longe” (“Trilhos Urbanos”, de Caetano Veloso: *Cinema Transcendental*, 1979, e *Caetano Veloso*, 1986).



CAETANO E VIRGÍNIA Rodrigues: show de encerramento

¹¹³ Nada contra a música sertaneja. O importante é que a música seja boa, esteja onde estiver. Contudo, no início dos anos 90, apesar de terem acrescentado aos tradicionais acordeões e violões, guitarras elétricas e sintetizadores (mais ou menos como fizeram os tropicalistas), a juventude dos cantores sertanejos que atualmente começam a fazer sucesso muito prematuramente, a irreverência das letras (duplos sentidos, alusões sexuais e desarranjos amorosos), a mistura de estilos e ritmos (juntando-se todos os ritmos e estilos, chega-se a nenhum) e a simplicidade dos arranjos harmônicos estão muito distantes de colocar o movimento dos musicais sertanejos universitários, como os do Axé Universitário, os do Brega Universitário, os do Forró Universitário etc. como representantes do que é do que pode a nossa língua portuguesa, a nossa música, a nossa sociedade e a nossa cultura.

¹¹⁴ Aqui, criei uma alegoria que reúne o canto folclórico e o canto religioso, misturando, consequentemente, o sagrado e o profano.

Com esse procedimento, Caetano fez o que era próprio do Tropicalismo, isto é, *fiat lux*:

O melhor o tempo esconde
longe muito longe
mas bem dentro aqui
quando o bonde dava volta ali [...]
[...] bonde da trilhos urbanos
vão passando os anos e eu não te perdi
meu trabalho é te traduzir [...]
(“Trilhos Urbanos”, de Caetano Veloso, Cinema Transcendental, 1979, e Caetano Veloso, 1986).

Segundo Campos (1993), o processo – a depreensão do caráter e de uma pretensa identidade nacional via observação das representações da cultura de massa – é bem fácil de ser entendido sob o ponto de vista dos estudos do *mass media*. A linguagem da música popular, argumenta Campos, é cultura de massa, e opera, portanto, na faixa da comunicação persuasiva, pretendendo convencer o ouvinte com base naquilo que ele já conhece, deseja e quer ouvir: isso dá, então, a tônica da validade que atribuímos à Carmem Miranda, ao Zé Carioca, à Jovem Guarda, ao Sertanejo Universitário, e também ao Movimento do Passe Livre, ao MST, à passeata do orgulho gay na avenida paulista etc.

Nessa mesma linha de explicações, encontramos o pensamento de Umberto Eco (2013) apontando que, desse mesmo modelo de convencimento do consumidor ressaltado por Campos (1993), resultaria uma espécie de confirmação do ouvinte quanto à validade das suas opiniões e convenções por intermédio da linguagem utilizada pelos operadores do sistema midiático contemporâneo.

Os tropicalistas, os estudantes, os trabalhadores rurais, cada um a seu tempo, tiveram aguda percepção, ainda que operando na faixa da inconsciência disso tudo, da crise de identidade e de participação política que se vivia no país. Quando o artista, como representante legítimo do povo, sente esse caráter duplo de crise, lembra Eco (2013), parece perceber existir uma correlação entre o sistema que organiza a tonalidade dos sons da música e a psique dos indivíduos (o que viabilizaria a já aludida justificação dos ouvintes em suas expectativas com relação à produção de música e de cultura em geral), o que, segundo Eco, também permite verificar como produto da percepção dessa correlação um retorno instantâneo ao mundo moral, ideológico e social da coletividade a ser representada:

Perguntamos, então: como impingir a esses escritores a desqualificação de alienados da realidade social, se eles estão colocando em crise justamente os esquemas simplistas e a ingenuidade encolhida daquilo que os parâmetros consensuais da cultura denominam realidade? Como chamá-los de elitistas, se estão resgatando para todo um continente a força de uma esfera cultural até então esmagada? E, se a imensa maioria de nossa população não tem acesso ou não está sendo capaz de ler e de

compreender essas criações, não reside justamente aí a grande força revolucionária dessas produções? (SANTAELLA, 1990, p. 62).

As performances tropicalistas e bossanovistas e as suas respectivas propostas harmônicas e poéticas parecem negar mesmo as regras linguísticas e tonais do fazer musical corrente. Sobre essa subversão, Eco (2013) é taxativo em afirmar que, agindo assim, o músico nega o sistema tonal não somente porque nele se sente alienado ao convencional. Mas nega-o porquê, negando, não apenas nega a estrutura desse sistema, como também nega a moral de uma ética social e teórica expressa por aquele sistema. No momento em que rompe com o sistema de difusão de informação, conclui Eco, o artista subtrai-se às condições normais de comunicação e parece agir em sentido anti-humano, ou seja, à contramão do consenso sociocultural que baliza o homem médio.

No entendimento de Santaella (1990), entretanto, percebe-se que esse artista ou ativista sociocultural que nega o sistema não age contra o senso humano. Mas, pelo contrário e antes de tudo, age em favor dele. Os participantes das passeatas deste ou daquele tempo, isto é, contra a Ditadura, a favor do orgulho gay, em apoio ao juiz Sérgio Moro e à Lava-Jata etc., podem, então, mesmo que sem querer, agir favoravelmente em sentido contrário àquilo que pretendiam defender.

O fato de haver a incompreensão de suas obras ou de seus propósitos por parte de determinadas alas da sociedade não quer dizer que seus atos não sejam subversivos ou mesmo cooptados pela hegemonia de uma prática sociocultural dominante, uma vez que surgem dentro de um sistema cultural e identitário em crise contínua, como, aliás, é o caso do contexto brasileiro, em que o rótulo de cultura de alienados se não nos cabe, cabe-nos, ao contrário, mais o de revolucionários?

RESULTADOS

Entendemos, sinteticamente, que Caetano Veloso, principal líder do movimento tropicalista, enquadra-se melhor no contexto de subversão do sistema tonal e das linguagens verbais, audiovisuais, do que no paradigma do indivíduo revolucionário (segundo nos disse o próprio Caetano Veloso, em entrevista exclusiva ainda não publicada). Autor de vasta obra parece ter tornado o conteúdo de sua obra espelho do seu agir e do seu modo particular de ver o mundo e de julgá-lo, traduzindo-o em um modelo específico de formar as ideias e de torná-las relevantes diante da relação da arte com o mundo sociocultural, articulando essas necessidades ou preocupações dentro do Tropicalismo.

O Tropicalismo, por sua vez, representou a abertura de uma etapa nova para a cultura brasileira via Música Popular Brasileira. Essa etapa se sustentou na base de um levantamento do comportamento e da tradição viva nas vilas e favelas, nas salas de reunião e nos escritórios empresariais, na recriação dos elementos folclóricos herdados das culturas geradoras da cultura brasileira. Representou também a possibilidade da insurgência e do enfrentamento ao

establishment, prática, diga-se *en passant*, bem afeita a movimentos como o MST, o Passe Livre, a Passeata dos Cem Mil, a Parada do Orgulha LGBT e os Caras-Pintadas etc.

Eco (2013) diz que o sistema de linguagem recusado pelo artista de vanguarda e consequentemente reativado pela militância sociocultural encontra-se desapossado das coordenadas da velha ordem, tal como está despojado das diretrizes canônicas do sistema de linguagem que adota em sua poética. Os estilos musicais ditos universitários reverberam essa práxis. Essa mesma dupla e velha ordem encontra reminiscências nos sistemas esclerosados dos dogmas dirigistas, aludidos anteriormente por Santaella (1990).

Nesse sentido, acentua Eco (2013), é que o protagonismo sociocultural protesta quanto às formas tradicionais e mais bem aceitas de produção cultural – o sambão quadrado e gritado é só exemplo, é apenas sintoma –, sem anulá-lo nessa rejeição, mas agindo no interior dele.

Essa relação com o contexto social não ocorre, portanto, por afinidade, mas por apagamento imaginário da distância entre o sistema político ou esteticamente orientado. Para o desentorpecimento da visão e do código social organizado, é necessário agir politicamente para fazer dar certo tudo que está acomodado e engessado sob os moldes da tendência hegemônica. É assim que os operadores da Lava-Jato, por exemplo, têm agido em nossas estruturas, mesmo sem sabê-lo.

Não alienados da relação do protagonista social com os aspectos patrimoniais da cultura brasileira, os brasileiros fizeram e ainda fazem revelar através de suas atitudes a identidade da sociedade brasileira híbrida e em formação que era e ainda é gritada pelas ruas, por meio de vozes que saíam, e continuam saindo, de bocas banguelas, num grito de gol ou num sussurro sob tortura, ou num êxtase ceremonial místico, ou numa passeata pelo passe livre, pelo *impeachment* de presidentes, ou por melhor qualidade na saúde pública.

CONCLUSÕES

Em sucinto resumo das ideias expostas, vistas aqui sob a ótica antropofágica, por exemplo, verificamos que o que se chamou de Antropofagia era um conjunto de procedimentos artísticos, mas também políticos, por meio dos quais se objetivava “deglutir” do repertório sociocultural disponível o que, para a época do advento do Modernismo no Brasil, era moderno e desenvolvido ou simplesmente estrangeiro, para depois fazê-lo retornar, revestindo-o com o nosso subdesenvolvimento tecnológico e com os nossos arcaísmos impregnados no país desde o colonialismo.

Nós, brasileiros, assim, somos frutos da assimilação histórica que uniu num mesmo corpo o belo e o feio, transformando-nos numa nação barroca da renascença, a partir da iluminação de movimentos como a Bossa Nova, a Tropicália, o MST, o Passe Livre, os recentes estilos universitários, a passeata do orgulho gay, a Operação Lava-Jato etc. Somos, por isso, maravilhosamente

terríveis por sermos social e culturalmente negros, índios, eruditos, populares, pobres, ricos, honestos e corruptos, homens e mulheres e também europeus paradoxalmente afrodescendentes assimilados e pós-modernos.

Ou seja, para sabermos mais sobre o que somos devemos considerar o que os tipos interferentes na nossa mistura étnica e cultural nos proporcionaram, e de que maneira contribuíram para a imagem que vemos ao olharmo-nos no espelho. Procedendo dessa maneira verificaremos qual o tipo de assimilação fizemos derivar desse processo, como se deu em nós a prática miscigenatória. Um bom lugar para lançarmos nosso olhar investigativo, sem dúvida, é o interior dos movimentos sociais ou nas expressões sociais de vanguarda brasileiros, tais como os aventados neste texto.

Schwarz (2008) parece lançar seu olhar nessa direção, ao dizer que a imagem tropicalista (e, por extensão, o Cinema Novo, a Bossa-Nova, a parada do orgulho gay etc.) seria capaz de encerrar em si o passado (nesse passado caberiam a estrutura rural colonial e a miscigenação para serem assimilados no processo evolutivo e de construção de nossa identidade) na forma de males ativos ou ressuscitáveis, e que também seria capaz de sugerir, como se a arte ou a mídia possuíssem um poder de predição oracular, o que ainda parece ser o nosso destino (como processo contínuo), e que seria essa a razão pela qual nós ainda não nos cansamos de olhá-las (porque o desenho que vemos é o resultado parcial da prática da assimilação e nos compadecemos narcisicamente nessa ou naquela modalidade de representação).

Perguntamo-nos, então, que tipo de estímulo – visual, intelectual, ético, estético, político – recebeu Schwarz para estabelecer o que seria ou que conteúdo teria essa imagem poderosa e perpetuadora do horizonte sociocultural brasileiro da qual nos fala, pois parece que essa imagem, da maneira como ele nos diz, é capaz de representar bem a função assimiladora que, a nosso ver, caracteriza nossa identidade, nossa cultura e todos os seus movimentos e ativismos socioculturais.

Os elementos novos e velhos de nossa linguagem social de viver concorrem para a justaposição do universo da técnica ao universo do retrógrado no processo de assimilação. A imagem síntese sociocultural brasileira, entendida como coisa exótica e aberrante no passado e, hoje, a recolocação internacional do Brasil como país emergente, não melhorou nosso status quo. Pelo contrário, denunciou e ainda denuncia o atraso do país em todos os setores da produção, dos serviços básicos à população ou da falta crônica de infraestrutura.

As comparações entre o internacional e o nacional proporcionadas pelo Tropicalismo, pelo MST, pelo Cinema Novo, pelo Passe Livre, pela Lava-Jato, pelo orgulho gay evidenciam, num contraponto com o pensamento de Schwarz, o estado simultâneo de “riqueza e de pobreza nacional” – que reúne todos os nossos extremos que oscilam entre o vanguardismo e o atraso –, e fornece um parâmetro para dimensionar o coeficiente da infelicidade estética e grotesca à qual se confina a identidade contemporânea nacional.

Wisnik (1995) ressalta que o otimismo da Bossa Nova devia ser entendido como exigência de superação (o que entendemos aqui como etapa final da assimilação) e seu complementar, em forma de pessimismo. Esses extremos foram presentificados pela Tropicália, pela Lava-Jato, pelo sertanejo universitário, que revelaram não o resultado, o produto final da assimilação, mas o processo pelo qual se dá a assimilação na história cultural da civilização brasileira.

Essa relação dialética na cultura brasileira é similar ao procedimento antropofágico. Assim, percebemos que o Brasil moderno é uma resultante paradoxal – uma nação barroca da renascença. Obscura e iluminada.

Vemos nessa resultante atualizada uma juventude alienada, que pinta a cara com as tintas do engajamento do nosso ontem, mas que, contudo, agem apenas como mímicos do passado-sambão-quadrado universitário contemporâneo midiatizado. Percebemos que nesse ritual de transmutação praticado por brancos, por índios, por brasileiros enfim, por exemplo, que nas tintas da face, há uma celebração do paradoxo de similitude entre o Brasil modernista e o Brasil moderno: o modernista absorve o índio e o reelabora, o moderno o extingue. O contemporâneo o coloca numa vitrine.

Embora possamos perceber que os brasileiros do passado e do presente possam estar, de fato, uns à procura dos outros, notamos que o processo de assimilação foi invertido: quando estes dois tempos se encontrarem, se destruirão, devido ao medo recíproco midiatricamente retroalimentado, ao invés de se “devorarem”. Em suma, vê-se no dia a dia, que o branco procura um índio tecnológico, e o índio procura um branco naturalista: caminham na mesma direção uns dos outros, mas nunca se encontram. Essa é a cara do Brasil: um caminho ainda, mas já repleto de desencontros.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Augusto. *Balanço da Bossa e Outras Bossas*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. São Paulo: Autêntica, 2017.
- DORFMAN, Ariel. & MATTELART, Armand. *Para Leer al Pato Donald – comunicación de masa y colonialismo*. España: Siglo XXI de España Editores S/A, 2007.
- ECO, U. Do modo de Formar como Engajamento para com a Realidade. In: _____. ECO, U. *Obra Aberta*. São Paulo, Perspectiva, 2013, p. 227-62.
- SANTAELLA, Lúcia. *Arte e Cultura – equívocos do elitismo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- SCHWARZ, R. *O Pai de Família e outros estudos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.
- VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Cia das Letras, 2017 (ed. Comemorativa de 20 anos da obra).
- WISNIK, José Miguel. *La gaya ciencia: Literatura y musica popular en Brasil*. Revista de Ocidente, nº 174. Madri, 1995.